

PLANO
MUNICIPAL
DE CULTURA



P O R T O A L E G R E 2 0 1 3 - 2 0 2 3

FICHA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Prefeito
José Fortunati

Secretário de Cultura
Roque Jacoby

GRUPO EXECUTIVO para elaboração do Plano Municipal de Cultura

P/CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA
Paulo Guimarães, Leticia de Cássia e Marly Cuesta

P/SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
Álvaro Santi (Coordenador), Airton Ricardo Tomazzoni dos Santos, Lúcia Maria Goulart Jahn e Jacqueline de Oliveira Mative

Equipe de ELABORAÇÃO
Pesquisa, sistematização e redação – Álvaro Santi e Leticia de Cássia
Revisão final (para a presente versão) – Álvaro Santi
Sistematização – Paulo Guimarães e Lúcia Maria Goulart Jahn
Pesquisa - Izabel Franco
Adaptação do site para consulta pública - Marcel de Aquino Goulart
Colaboração na redação – Antônio Hohlfeldt e Marly Cuesta
Apoio à pesquisa – Ismael Oliveira e Camila Justi Coan (Observatório da Cultura)
Validação final – Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO ALEGRE

Biênio 2011/2013

Titulares da Sociedade Civil: Patrícia Sacchet, Gilberto Wallace Battilana, Vinícius Mitto Navarro, Rosane dos Santos Moraes, Víctor Mateus Teixeira Neto, Francisco Fogaça Damiani, Cândido Norberto Oliveira Soares, Leticia de Cássia Costa de Oliveira, Paulo Roberto Rossal Guimarães, Antônio Inácio Matos da Silva, Thyago Cunha, Hans Baumann, Hélio Bueno da Silveira, Reinaldo Luiz dos Santos, Lauro Rossler, Dilmair Monte dos Santos, Erenita Santana Peres, Antônio Maidana Silva, Nair Tirloni, Cassius Fernando Chaves, Jorge Almeida da Silva, Adrian Darío Pajolcheck, Gilberto Machado Almeida, Lisandra Batista Félix, Ilson Renato Gomes Marques, Beatriz Gonçalves Pereira, Getúlio Gomes Soares, Gilson Petrillo Nunes.

Titulares do Poder Público: Álvaro Santi, Breno Ketzer Saul, Lúcia Maria Goulart Jahn e Eliane Petry de Oliveira

Suplentes da Sociedade Civil: Fábio Restori, Berenice Sica Lamas, Flávio Antônio Cardoso Gil, Evanir Teresinha Plaszewski, Adair Batista Antunes, Roberto Rebés Abreu, Víctor Hugo Rodrigues Amaro, Luciano da Luz Moucks, Ana Regina Jardim de Abreu, Marly Cuesta Telles de Conti, Ederson Alberto Teixeira Dornelles, Marli Medeiros, Maria Salete Silva Gonçalves, Maria Elaine Rodrigues, Leandro Artur Anton, Milton Borges Bueno, Adriana de Carvalho Justo, Leonites Gheno, Vanete Marchesin, Luis Antônio Martins Pereira, Rosele Henrique Garin, Antônio Daniel Knevez de Oliveira, Wilson Soares de Oliveira, Vítor Alves Fidell, Maria Izoete da Cunha, Roberta Cristina da Silva, Ricardo André Teer e Daniela Carvalal Israel

Suplentes do Poder Público: Eloá Muniz da Silva, Leonardo Maricato de Mello, Airton Tomazzoni dos Santos, Márcio Lontra Pinheiro e Tânia Regina de Freitas.

Mais informações sobre o CMC POA: <http://cmcpoa.blogspot.com.br>

A elaboração deste Plano de Cultura teve o apoio do Ministério da Cultura - Secretaria de Articulação Institucional, através do Programa de Fortalecimento Institucional para Implementação de Sistemas de Cultura.

Ministério da Cultura

Ministra da Cultura
Marta Suplicy

Secretaria de Articulação Institucional (SAI)

Marcelo Pedroso - Secretário

Bernardo Novais da Mata Machado - Diretor do SNC e Programas Integrados

Ângela Andrade - Coordenadora Geral de Instrumentos de Gestão do SNC

Representação Regional Sul

Margarete Moraes

Eleonora Kehles Spinato

A Universidade Federal da Bahia, através da Escola de Administração, colaborou na elaboração do Plano Municipal de Cultura, mediante Termo de Compromisso e Assistência Técnica.

Universidade Federal da Bahia

Reitora

Dora Leal Rosa

Diretor da Escola de Administração

Francisco Teixeira

Núcleo Central do Projeto:

Coordenador Geral - Ernani Coelho,

Coordenador Técnico - Vicente Federico,

Consultora Sênior - Neuza Britto,

Analistas Técnicos - Kátia Costa, Luana Vilutis e Marcelo Cruvinel,

Assistentes Administrativos - Lisandra Alcântara e Anderson Marques.

Consultoria técnica local

Consultora-coordenadora (2012) - Laura Lautert

Consultora-analista (jan.-jul. 2012) - Izabel Franco

Consultora-analista (ago.-dez. 2012) - Dunya Shams

PORTO ALEGRE, TRADIÇÃO EM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Porto Alegre tem um histórico importante de valorização da participação popular e, ao mesmo tempo, de inovações no campo da cultura. Ainda muito antes de ter uma Secretaria específica, Porto Alegre teve iniciativas de ponta, como a criação dos centros de lazer e de recreação, a tenda Municipal de Cultura e, mais tarde, já com uma pasta específica voltada para a atividade cultural, passou a desenvolver atividades como o hoje mundialmente conhecido Porto Alegre em Cena.

Nossa cidade já realizou oito Conferências Municipais de Cultura e, portanto, ao elaborar o seu Plano Municipal de Cultura, não poderia deixar de respeitar sua tradição de amplo debate. Construído a partir das demandas apresentadas nestas conferências, organizado tematicamente sob sete diferentes eixos temáticos, o Plano Municipal² de Cultura teve extensa discussão no Conselho Municipal de Cultura. Esta primeira etapa terá desdobramentos subsequentes, com uma série de rodadas para discussões entre toda a população e, enfim, devidamente referendado, será integrado ao Plano de Orçamento Plurianual do município, a ser votado pela Câmara de Vereadores da cidade.

É este o documento que tenho o prazer e a responsabilidade de apresentar aqui. Com ele, tenho certeza, o município de Porto Alegre dá um passo a mais na democratização do acesso cultural em seu território.

José Fortunati
Prefeito de Porto Alegre

TEMOS UM PLANO

O Plano Municipal de Cultura sintoniza Porto Alegre com as orientações do Plano Nacional de Cultura do Ministério da Cultura. O nosso plano da cultura representa um avanço fundamental na participação democrática e no processo de elaboração e implementação de políticas públicas para a cidade.

O que em outros tempos seria uma ficção sobre democracia hoje é realidade em nossa cidade. O processo decisório que constitui políticas públicas para a cultura é cada vez mais permeado pela participação dos cidadãos de Porto Alegre, pelas entidades representativas dos artistas, pelos ativistas culturais, pelas pessoas que vivem e gostam das atividades culturais de Porto Alegre, que com sua qualidade e pujança fazem desta municipalidade uma referência cultural para o país.

Este plano foi o resultado de aguerridos debates que ocuparam nove conferências da cultura, ou melhor, dez anos de dedicação para produzir orientações para as ações da Secretaria da Cultura para os próximos dez anos. O mais importante deste trabalho é ver que nele está contemplada a pluralidade de pontos de vista e de necessidades, de que em um esforço criativo coletivo produziu-se um documento que representa de forma democrática os anseios da comunidade em relação às políticas públicas para a nossa Cultura.

Parabéns ao Conselho Municipal de Cultura e a todos que participaram deste processo, de forma voluntária e não remunerada, imbuídos do espírito cívico de interesse público que devemos a todo momento cultivar e aplaudir.

Faço votos que este “Plano”, que agora temos, sirva de modelo e de alavanca para o desenvolvimento da nossa querida Porto Alegre e promova o constante avanço na qualidade de vida de seus cidadãos.

Temos um plano e muito trabalho para a próxima década.

Roque Jacoby

Secretário Municipal de Cultura

O PLANO. A VOZ DA CULTURA DE PORTO ALEGRE

O Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre é uma entidade civil organizada, fundado juntamente com o Sistema Municipal de Cultura da cidade pela Lei Complementar nº 399, de 14 de janeiro de 1997. Sua composição é de 85% da sociedade civil representantes de toda a cidade, compreendendo todos os segmentos culturais que a constituem. Tem como funções propor, deliberar e fiscalizar as matérias de políticas públicas culturais do município. Sua atuação funcional é lado a lado com a atuação da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.

Na construção do Plano Municipal de Cultura de Porto Alegre, o CMC POA participou como protagonista trabalhando ativamente na sua elaboração desde maio de 2012 até o seu final. O texto final do plano foi validado no conselho – momento de grande orgulho para nós, conselheiros de cultura de Porto Alegre. Nosso trabalho foi desempenhado com a visão do importante papel de controle social para que o plano terminasse no menor prazo possível e pudesse garantir e abarcar toda a participação social na cultura de Porto Alegre, desde a primeira conferência de cultura em 1995 quando se iniciou definitivamente sua construção. Foram mais de mil resoluções analisadas e sistematizadas, oriundas das nove conferências municipais de cultura, que serviram de espinha dorsal para a constituição de tal documento referencial da cultura de Porto Alegre.

O resultado de todo esse trabalho não deveria deixar de ser grandioso, principalmente pela maneira participativa e democrática com que foi constituído, resultando num plano dos mais consistentes em conteúdo e participação popular do país. São 24 diretrizes, sete grandes eixos estratégicos, 49 prioridades e 361 ações.

A gestão do CMC 2011/2013 se sente privilegiadamente honrosa por poder participar deste processo que vai intensificar a diversidade cultural da cidade. Com certeza foi o coroamento desta gestão que iniciou seus trabalhos no ano de 2009, após a reativação do conselho, ficando agora para as próximas gestões a importante tarefa de fazer valer a vontade da sociedade manifestada nesse plano.

O Plano é esta ferramenta para o planejamento das políticas públicas de cultura da cidade e assim sendo a "leal e valorosa cidade de Porto Alegre" poderá sempre contar com a participação ativa dos seus cidadãos.

Viva a nossa cultura!

CMC POA: Vivendo a cultura, transformando a cidade!

Paulo Guimarães

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

Somente na última década do século passado é que o termo “política cultural” começa a se tornar corrente no Brasil, no campo da gestão pública. Por isso, ao tratar-se do assunto convém iniciar com alguma definição definições. Para Teixeira Coelho (2004), as políticas culturais definem-se como “programas de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.” Já para Miller & Yúdice (2002), tais políticas tem sua origem nos movimentos sociais e devem visar à transformação da realidade, mais do que a eficiência na gestão pública.

Em tempos passados, nas chamadas democracias ocidentais, não havia maiores dificuldades na definição das políticas culturais públicas. Tratava-se quase sempre de políticas de fomento às artes e de preservação do patrimônio material. Os bens e serviços, disponibilizados ao público em consequência dessas ações do Estado, eram facilmente reconhecidos e enumeráveis: quadros, livros, concertos, etc.; bem como os beneficiários de tais ações: artistas e organizações do setor, de um lado, e o público de outro. O valor incontestável desses bens e serviços públicos (culturais) justificava de maneira adequada o apoio do Estado, com vistas a elevar o padrão de gosto do público ou preservar a memória coletiva; e a operacionalização desse apoio recaía naturalmente sobre algum ministério ou agência específico.

Nas últimas décadas, contudo, esse panorama vai-se tornando cada vez mais complexo. Para David Throsby (2010), dois fatores principais têm contribuído para as transformações em curso. O primeiro é a expansão do conceito corrente de cultura, em direção ao seu sentido antropológico. Embora a compreensão de cultura como modo de vida e os valores compartilhados por uma comunidade não seja novidade, o uso deste conceito como referência para ações concretas do Estado é ainda uma experiência em andamento. À medida que ela avança e se consolida, as políticas culturais, mesmo sem abandonar seus objetivos mais “tradicionais” - de estímulo às artes e proteção do patrimônio - passam a expandi-los, incluindo interfaces com o turismo, a arquitetura, a moda, o design, a gastronomia, o comércio internacional, a diplomacia, entre outros.

O segundo fator decorre das transformações radicais no espaço onde os bens culturais são produzidos, distribuídos e consumidos, processo a que costumeiramente nos referimos como *globalização*, e que pode ser definido como a combinação de três fenômenos: a redução ou extinção de obstáculos ao trânsito de recursos (principalmente o capital e o trabalho) entre países e regiões; a emergência de um mercado global, com oportunidades crescentes para grandes empresas; e o enorme incremento das comunicações.

Neste período recente, os estados democráticos vêm reconhecendo cada vez mais

os direitos “culturais” de seus cidadãos. Segundo Marilena Chauí (2006), a noção de *cidadania cultural* pode ser compreendida a partir de quatro dimensões da cultura: como *modo de vida*, a mais ampla delas, também chamada de “antropológica”; como *memória* ou patrimônio cultural, produto de sujeitos sociais e históricos determinados, que recebemos como herança e temos a responsabilidade de transmitir às próximas gerações; como *direito* à cultura, no contexto de uma sociedade democrática que visa assegurar a todos os cidadãos o acesso a esse mesmo legado; como *trabalho* da imaginação, da sensibilidade e da reflexão – não apenas de artistas e intelectuais, mas de todos os sujeitos que atuam no setor, de maneira profissional ou amadora.

A Constituição Federal brasileira de 1988 é uma das que mais extensivamente tratam dos direitos culturais, a começar pelo mais importante: o direito à liberdade de expressão. Destacam-se ainda aqueles consagrados pela Declaração Universal da ONU (1948): o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios; e o direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Tais direitos geram diversas obrigações para o Estado - União, Estados e Municípios - que deve garantir a liberdade, o acesso, a memória, a diversidade, etc. Assim, a sociedade requer dos governos uma visão cada vez mais abrangente sobre a cultura, com ações que ultrapassem o eventual.

Uma importante ferramenta que a sociedade brasileira conquistou recentemente, em benefício de seus direitos culturais, é o Plano Nacional de Cultura, aprovado em dezembro de 2010 pelo Congresso Nacional. Previsto na Constituição Federal, o PNC tem como objetivos “o desenvolvimento cultural do País e a integração das ações do poder público”, conduzindo a:

- I. Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II. Produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III. Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV. Democratização do acesso aos bens de cultura;
- V. Valorização da diversidade étnica e regional.

Quem examinar a extensa documentação produzida ao longo da construção do primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC) brasileiro encontrará motivos para crer que se trata de um caso único no mundo. Contendo um abrangente diagnóstico cultural do país, o PNC pode até ser criticado por não hierarquizar prioridades, dentre a extensa relação de linhas de ação que apresenta. Mas é inegável o êxito alcançado no processo através do qual foi produzido, envolvendo centenas de milhares de cidadãos de todos os cantos do território brasileiro. Boa parte desse processo encontra-se registrado em documentos disponíveis na Internet.

Ao ser aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei 12.343/2.010, que instituiu o PNC, veio coroar o que foi provavelmente o maior, mais complexo e bem sucedido processo participativo de *elaboração* de políticas culturais. Dizer isto não significa que sua *execução* se encontra garantida, mas a partir de agora os gestores públicos em todo o país dispõem de uma referência, um patamar mínimo de consenso sobre o qual elaborar, debater, implementar e avaliar suas políticas de cultura. Engana-se porém quem achar que se encontra concluída a etapa de planejamento, restando agora somente executar o PNC - ou, em linguagem mais franca, cumprir as promessas ali contidas. A tarefa de planejamento desdobra-se em duas dimensões: a temporal e a federativa.

Quanto à primeira, não há dúvida que qualquer plano, mesmo estabelecido em lei, necessita ser atualizado periodicamente, sob pena de gradualmente perder sentido, desconectando-se da realidade, sempre cambiante, e tornando-se inútil. Quanto à segunda, sendo a vida cultural única e diversa em cada estado e município brasileiros, é necessário que cada governo e cada comunidade tomem a si a tarefa de, examinando o que se construiu no plano federal, decidir pela aplicação do que mais lhe convém, no seu próprio território.

Porto Alegre teve um papel destacado, não apenas pela participação de seus cidadãos na elaboração do PNC, mas pelo pioneirismo na instituição de mecanismos de participação social no governo do Município, inclusive no campo da cultura. Um momento crucial nesta trajetória foi a criação do Orçamento Participativo (OP), em 1989. Ao receber a chancela da ONU e do Banco Mundial, a experiência do OP trouxe notoriedade internacional ao Município, servindo de exemplo a outras cidades no Brasil, como Belém e Belo Horizonte, e no mundo, como Montevidéu e Barcelona.

Alguns anos mais tarde, em dezembro de 1995, Porto Alegre realizaria sua primeira Conferência Municipal da Cultura (I CMC), com a participação de 73 entidades, 197 delegados e cerca de 200 observadores. Ainda que não se cogitasse, naquele momento, a formulação de um *plano*, mas apenas, de forma mais modesta, “debater os rumos da vida cultural na cidade”, a I CMC produziu um documento com 157 propostas, entre as quais é possível destacar: “Maior integração entre os órgãos municipais que atuam na cultura” (eixo “Política cultural, descentralização e democratização”); “Aumento de recursos orçamentários para ação direta do Município e para os fundos já existentes” (eixo “Financiamento e distribuição da produção cultural”); “Criação do Conselho Municipal de Cultura” (eixo “Formas de representação”), além de diversas propostas relacionadas à proteção do patrimônio histórico (eixo “Cultura e desenvolvimento urbano”).

Uma das consequências imediatas da I CMC foi a criação do Conselho Municipal de Cultura (CMC), em janeiro de 1997, instituição presente à época em não mais de duzentos municípios brasileiros, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE. Quase uma década mais tarde, apenas um em cada quatro conselhos municipais de cultura apresentava, em sua composição, maioria da sociedade civil, segundo a mesma pesquisa. A mesma Lei Complementar 399/97, que criou o CMC, instituiu o Sistema Municipal de Cultura, englobando, além daquele, o Conselho Municipal do Patrimônio

Artístico, Histórico e Cultural (COMPAHC), as Secretarias Municipais de Cultura e Educação e a Fundação de Educação Social e Comunitária (atual FASC).

Desde então, a CMC vem se realizando periodicamente até os dias atuais, contribuindo para consolidar o diálogo entre gestores e comunidade, como instrumento essencial de planejamento. Esse diálogo, ao longo das últimas décadas, não se resumiu às oito conferências bienais: no OP, criou-se uma plenária temática exclusiva para a cultura, e comissões de cultura nas diversas regiões da cidade; entidades de classe surgiram, organizando a representação da sociedade civil; outros fóruns sucederam-se, propondo debates setoriais ou específicos.

Porto Alegre notabilizou-se, ainda, pela realização, a partir de 2001, do *Fórum Social Mundial*, evento que reuniu lideranças da sociedade civil do mundo todo, em contraposição ao Fórum Econômico de Davos, sob o lema “Um outro mundo é possível”. Paralelamente ao I FSM, a Prefeitura de Porto Alegre convocou o *I Fórum de Autoridades Locais*. Tendo surgido com muita força o tema da cultura nesta ocasião, decidiu-se realizar, no ano seguinte, a *I Reunião Pública Mundial da Cultura*, aberta também a representantes da sociedade. Este encontro aprovou uma proposição, a ser levada ao *III Fórum de Autoridades Locais*, no ano seguinte: uma *Agenda 21 da Cultura*, que a exemplo da Agenda 21 do Meio-Ambiente, estabelecesse diretrizes consensuais para políticas locais de cultura em favor do desenvolvimento e da diversidade. O documento, elaborado nos anos seguintes, foi aprovado em maio de 2004, durante o *IV Fórum de Autoridades Locais*, realizado em Barcelona, na abertura do *Fórum Universal das Culturas*. Atualmente, é endossado por mais de 200 cidades dos cinco continentes.

A construção coletiva e colaborativa deste Plano Municipal de Cultura, tendo como referência principal os resultados das oito conferências, dá continuidade a esse processo.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Porto Alegre é a capital mais meridional do Brasil (latitude 30º Sul, longitude 51º Oeste). Com as quatro estações bem definidas (clima subtropical úmido) e a 10 metros do nível do mar, possui uma geografia diversificada, com morros, baixadas e um grande lago, o Guaíba, distando 2.027 quilômetros de Brasília. A cidade possui 608 praças urbanizadas, 72 quilômetros de orla fluvial e mais de 1,3 milhão de árvores plantadas em vias públicas. Sua população de 1.409.351 habitantes está distribuída em uma área de 496.684 km², sendo a 11ª capital mais populosa do Brasil e a 13ª em densidade demográfica (2837,52 hab./km²), segundo o Censo 2010 do IBGE. Ainda segundo o IBGE, em 2010 o PIB de Porto Alegre foi de R\$ 43,038 bilhões - 8º entre as capitais.

Indicadores

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, a renda per capita média de Porto Alegre cresceu 72,05% nas últimas décadas, com uma taxa média anual de 36,95% de 1991 a 2000 e de 25,64% de 2000 a 2010, passando de R\$ 1.021,93 em 1991 para R\$ 1.758,27 em 2010. A extrema pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70 (em reais de agosto de 2010) permaneceu em 2,37% nas medidas de 1991 e 2000, passando a 0,92% em 2010 (PNUD, 2013).

A desigualdade, medida pelo Índice de Gini, passou de 0,57 em 1991 para 0,60 em 2000 e permanecendo 0,60 em 2010 (PNUD, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Porto Alegre era 0,805, em 2010, 7º entre as capitais brasileiras. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,8 e 1). A capital do Rio Grande do Sul ocupa a 28ª posição, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e a 1ª posição em relação aos 496 municípios do Rio Grande do Sul (PNUD, 2013).

Conforme o índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE) da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), Porto Alegre ocupa a 4ª posição entre os municípios do Estado.

O porto-alegrense, ao nascer, tem uma esperança de vida de 76,4 anos (PNUD, 2013) e, em 2011, conforme dados do ObservaPoa, a Taxa de Mortalidade Infantil atingiu o menor valor desde 1991, 9,14 por mil nascidos vivos, uma diminuição acumulada de 38,41% entre 2000 e 2011, acompanhando a tendência nacional. A taxa de mortalidade infantil do Brasil, que é de 21,64 por mil nascidos vivos (IBGE, 2010), declinou 28,03% durante a década de 2000.

Entre os porto-alegrenses acima dos 15 anos, 2,27% são analfabetas. A taxa nacional de analfabetismo é de 10% (IBGE, 2010) e a Região Metropolitana de Porto Alegre

está entre as regiões metropolitanas do Brasil com o menor índice de analfabetismo (3,7%).

Em relação ao IDEB do ensino fundamental, Porto Alegre não atingiu as metas propostas no último levantamento, obtendo 4,4 para as séries iniciais e 3,6 para as séries finais. As metas eram de 4,5 e 3,8, respectivamente.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 27,73% e no período entre 1991 e 2000, 61,68%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 15,08% entre 2000 e 2010 e 14,39% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 2,31% no período de 2000 a 2010 e 31,52% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 8,88% entre 2000 e 2010 e 24,12% entre 1991 e 2000.” (PNUD, 2010).

O Município administra 41 escolas de educação infantil (3.914 matrículas), 54 de ensino fundamental (40.097 matrículas) e dois de ensino médio (1.963 matrículas); além de 189 creches comunitárias conveniadas.

De acordo com o documento *Porto Alegre em Análise 2013*, publicado pelo ObservaPoa, em 2010, 94,26% de domicílios possuíam esgoto sanitário adequado; 99,19% das residências tinham energia elétrica da companhia distribuidora; 93,79% das moradias apresentavam iluminação pública no seu entorno e; 99,35% dos domicílios tinham abastecimento de água pela rede geral.

Ainda segundo o ObservaPoA, o número de moradias consideradas precárias passou de 39.816 em 2000 para 56.024 em 2010, um aumento de 22%, representando 11% das moradias da cidade. Esse percentual é equivalente ao de Belo Horizonte (11,51%), superior ao de Curitiba (8,12%) e ao de São Paulo (9,95%) e inferior ao de Belém (52,43%), ao de Recife (21,73%) e ao do Rio de Janeiro (19,89%)”.

Em, Porto Alegre, no ano de 2010, havia aproximadamente um carro para dois habitantes, segundo o DETRAN. O índice de motorização da cidade (0,49) era menor que Curitiba (0,68), São Paulo (0,62) e Belo Horizonte (0,56) e maior que Rio de Janeiro (0,37) e Recife (0,34).

Em 2011, Porto Alegre possuía 8,3km de ciclovias, passando para 10,35km em 2013. A malha cicloviária da capital gaúcha é inferior a de outras capitais como Recife (13,2km), Belo Horizonte (36 km), São Paulo (63,5km), Curitiba (123 km) e Rio de Janeiro (228,8km).

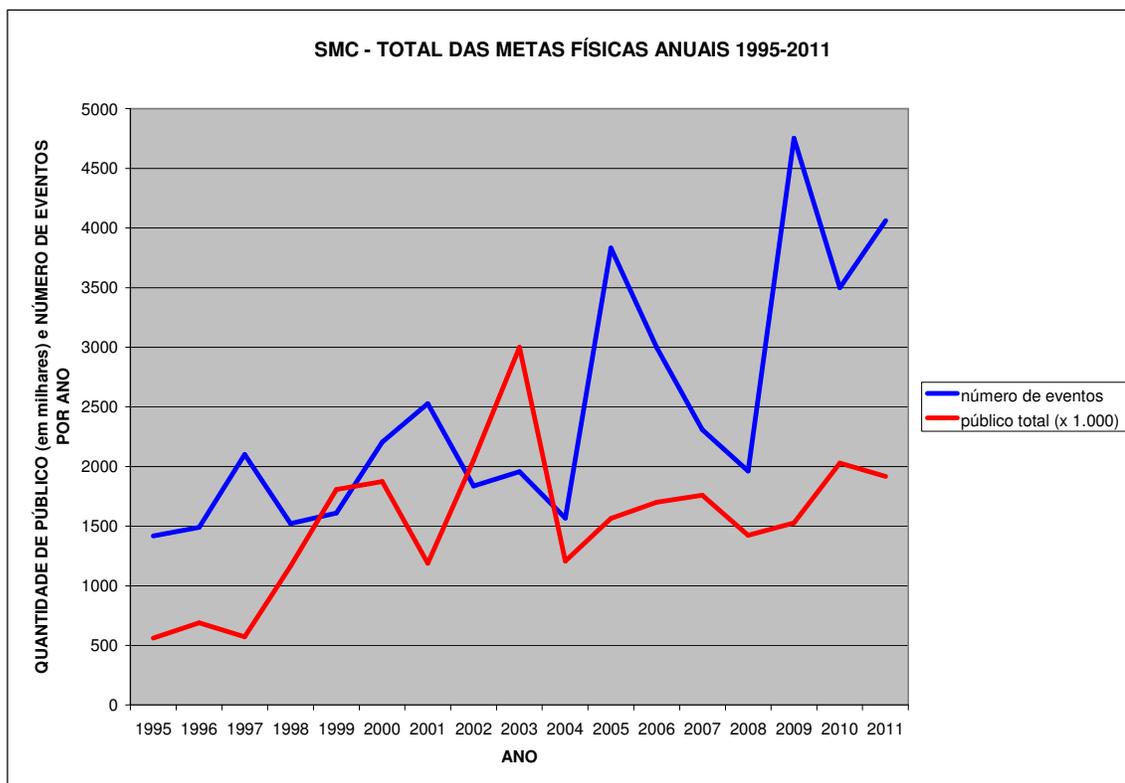
Comparando-se a outras capitais, a taxa de homicídios de Porto Alegre — 33,1 óbitos por 100 mil habitantes — era, em 2010, duas vezes maior do que a da capital paulista (15,1), aproximando-se das taxas do Rio de Janeiro (29,50) e Belo Horizonte (30,5) e menor que as de Curitiba (43,6) e Recife (43,5).

Porto Alegre é o terceiro destino brasileiro para eventos internacionais. Nos últimos três anos, a cidade foi sede de 260 eventos internacionais, nacionais e regionais, com mais de um milhão de visitantes. Possui 3,5 mil restaurantes e 12,7 mil leitos em 80 hotéis.

Deslocamentos:

4h	Santiago/Chile
2h30min	Rio de Janeiro
2h	São Paulo
2h	Asunción/Paraguai
1h45min	Buenos Aires/Argentina
1h30min	Montevideo/Uruguai

DIAGNÓSTICO CULTURAL



POLÍTICAS MUNICIPAIS DE CULTURA EM PORTO ALEGRE

É importante ressaltar que as políticas culturais do Município datam de muito antes da criação da SMC e são, em certos casos, inovadoras no contexto nacional.

Em 13 de junho de 1926, deu-se a estreia da Banda Municipal, formada por iniciativa da Intendência Municipal, que para isso precisou trazer do exterior uma parte significativa de seus 60 integrantes. Suas apresentações regulares, franqueadas ao público, logo passaram a acontecer no Auditório Araújo Vianna (AAV), construído em 1927 especialmente para abrigá-la. Banda e Auditório constituíram assim, os primeiros equipamentos culturais públicos com o propósito de ampliar o acesso à música de concerto. Além disso, a iniciativa teve como consequência a qualificação da atividade musical na cidade, com o conhecimento aportado pelos instrumentistas estrangeiros, com formações e especialidades diversas, que aqui se estabeleceram.

O projeto da BMPA era talvez ambicioso demais para os horizontes da cultura local à

época, e oneroso para as finanças municipais. Assim, logo após reorganizar a BMPA, em 1948, com a metade de seus componentes, em 1953 o Município colocaria todos seus recursos (humanos, financeiros e logísticos) à disposição da recém-criada Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. O apoio, decisivo para a consolidação desta, teve como subproduto a desativação completa daquela, em 1963. Em 1976, a Banda seria reativada, voltando a participar ativamente da vida da cidade até o presente, mesmo que em condições distantes daquelas em que foi idealizada.

O apoio às atividades culturais, pelo Município, começa a ser organizado através da Divisão de Cultura, criada em 1955 (Lei 1.413), vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Por outro lado, muitas instituições nasceram a partir de iniciativas privadas dos próprios artistas, como é o caso do Atelier Livre. Outras, como o Theatro São Pedro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, remontam ao século XIX.

Assim, não foi surpreendente que, a partir de 1950, a antiga Banda Municipal se fundisse com a recém-criada Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), mais tarde transformada em Fundação, atualmente integrada à estrutura da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. Mas, naquele primeiro momento, o fato de a Diretora da Divisão de Cultura ser a cantora lírica Eny Camargo propiciou a Porto Alegre um ciclo virtuoso de criações operísticas, a partir da década de 1960. Isso se deveu, especialmente, ao fato de, em 12 de março de 1964, ter-se inauguradas as novas instalações do Auditório Araújo Vianna. Originalmente localizado na Praça da Matriz, junto aos três Poderes, o auditório foi desativado para dar lugar ao novo prédio da Assembleia Legislativa do estado. Transferido para o Parque Farroupilha, sua inauguração – com amplo espaço a céu aberto – permitiu as primeiras montagens operísticas, sendo “Aída”, de Verdi, ainda hoje lembrada por quem pode assisti-la, com a utilização inclusive de animais trazidos do Jardim Zoológico de Sapucaia do Sul. As temporadas de óperas, tendo sempre à frente o maestro Pablo Komlós, regente da Ospa, desdobraram-se ao longo da década de 1970.

Em 1959, Porto Alegre passa a ser a primeira cidade brasileira a contar com um Plano Diretor definido em lei, como coroamento de um longo processo de normatização do planejamento urbano. Dois anos depois, realiza-se na UFRGS o I Seminário de Defesa e Estudo do Patrimônio Cultural do RS, tido por muitos como um marco no processo de formação de uma consciência coletiva do patrimônio.

Também o Atelier Livre de Porto Alegre foi criado ainda no ano 1961, começando a funcionar no ano seguinte, por sugestão de Iberê Camargo. A instituição teve o escultor Xico Stockinger como seu primeiro diretor e perdura até hoje, tendo formado diversas gerações de artistas plásticos, especialmente nos campos da gravura em madeira (xilo) e metal, escultura e terracota, além de desenho e pintura.

Nos anos 1960, e especialmente nos anos 1970, apesar das dificuldades geradas pelo estrito controle censório pós-golpe de 1964, a Divisão de Cultura continuou sua atividade com forte dinamismo. Em 1970, inaugura-se o Teatro de Câmara, viabilizado pela adaptação de uma garagem da Prefeitura. Projetado para durar ao menos dez anos, após algumas reformas, ainda atende ao público no mesmo endereço. Em 1978, é a vez do

Centro Municipal de Cultura, complexo com duas salas de espetáculos (a Sala Álvaro Moreyra, de câmara; e o Teatro Renascença, espaço mais amplo e bem equipado). O Centro abriga, ainda, a Biblioteca Municipal Josué Guimarães e o Atelier Livre, além de permitir outras atividades, como exposições periódicas, em seu saguão.

Ao mesmo tempo, e visando atender a um projeto de popularização da cultura, foram instituídos a Tenda de Cultura, estrutura de lona circense itinerante que durante o dia oferecia oficinas com materiais recicláveis disponíveis nas próprias comunidades e nos finais de semana, à noite, recebia programação artística variada; e o Carrossel de Cultura, estrutura móvel montada sobre um caminhão que permitia a apresentação de espetáculos noturnos.

Complementarmente, em convênio com a PUCRS, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como então se denominava, criou os cursos do Centro de Lazer e Recreação – CELAR, em nível de especialização, formando mão-de-obra especializada em lazer. Seguindo a tendência então relativamente inovadora da Europa, a SMEC aproximava atividades culturais e artísticas das de recreação, valorizando suas mais diversas finalidades. Criaram-se, assim, os Centros Municipais de Lazer e Recreação (hoje Centros de Comunidade), em quatro bairros populares: Parque Madepinho (no Bairro Cavallhada) e Restinga, na Zona Sul; e Vila Ipiranga e Vila Floresta (atual Jardim Floresta), na Zona Norte da cidade, estruturas que permanecem em atividade, vinculadas à FASC. Além de piscinas e parque de esportes, estas instalações possuíam salas para oficinas variadas e atividades culturais que eram devidamente programadas pela Divisão de Cultura.

É nos anos 70 também que se institucionaliza de maneira mais ampla a proteção ao patrimônio edificado por parte do poder público. Primeiro, com a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC (Lei 4.139/76); a seguir, pela declaração de 47 bens imóveis como de “valor histórico e cultural e de expressiva tradição para Porto Alegre, para fins de futuro tombamento e declaração de utilidade pública” (Lei 4.317/77); pela criação do Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - FUMPAHC (Lei 4.349/77), com o propósito de “prestar apoio financeiro aos projetos, serviços ou obras atinentes à recuperação ou preservação do patrimônio histórico e cultural da Cidade”; e finalmente pela promulgação da primeira lei de tombamento municipal (Lei 4.665/79). Naquele período a cidade posicionava-se de maneira pioneira no tema, considerando-se que segundo o IBGE pouco mais de uma dezena de municípios (0,21%) dispunham de alguma legislação de proteção ao patrimônio ao final da década de 1970.

Estava, pois, amadurecida a possibilidade de criação de uma Secretaria de Cultura específica, desmembrada da Secretaria de Educação e Cultura, o que ocorreu, efetivamente, através da Lei 6.099/88, que simultaneamente criava o Fundo Pró-Cultura (FUNCULTURA), com a finalidade de “prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, aos projetos, obras e serviços necessários à criação, à recuperação e à conservação de equipamentos culturais da SMC”. Naquele momento, no país, segundo o IBGE, somente 0,13% dos municípios contavam com fundos de cultura. Ainda em 2006, segundo a mesma fonte, apenas 40% dos municípios com mais de 500 mil habitantes dispunham de órgão

gestor exclusivo para a cultura.

Em 1991, a SMC entrega ao público a Usina do Gasômetro, centro cultural mais visitado do Estado, que hoje abriga diversas salas de exposição e oferece residência para grupos teatrais e musicais, os quais ministram oficinas e apresentam espetáculos; além do Teatro Elis Regina, em construção. Há mais de uma década a Usina abriga também a Sala de Cinema P. F. Gastal.

Em 1993, é a vez do FUMPROARTE - Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural, num momento em que apenas 0,59 % dos municípios brasileiros contavam com fundos de cultura. Além do relativo pioneirismo que levou outros municípios a se inspirarem na criação de seus próprios fundos de fomento, o FUMPROARTE incorporava desde sua criação a participação da comunidade, que elege dois terços da comissão encarregada de selecionar os projetos que serão financiados pelo Município. Em 2006, segundo a MUNIC/IBGE, dentre os 5,1% de municípios que contavam com fundos, somente um terço contava com participação da sociedade civil na gestão desse mecanismo. É um dos motivos que explica o destaque recebido pelo FUMPROARTE em diversos prêmios nacionais.

Em 1997, o Conselho Municipal de Cultura, foi criado pela Lei Complementar nº 399, de 14 de janeiro de 1997, a mesma que institui a convocação para a conferência municipal de cultura. O conselho é instituído com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas das políticas e matérias públicas de cultura. Na mesma lei nº399/97, anexa o Decreto nº 11.738 que regulamenta e instituiu o Sistema Municipal de Cultura e oficializa a Conferência Municipal de Cultura. Esta deliberação modicou o cenário de gestão de políticas públicas de cultura da cidade garantindo com o Sistema Municipal de Cultura, a integração entre os órgãos que trabalham com a cultura em Porto Alegre.

SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Porto Alegre conta com um Sistema Municipal de Cultura (SMC) desde 1997. Criado através da Lei Complementar 399, o SMC compõe-se “minimamente” pelas secretarias municipais de Cultura e Educação, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), pelo Conselho Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural.

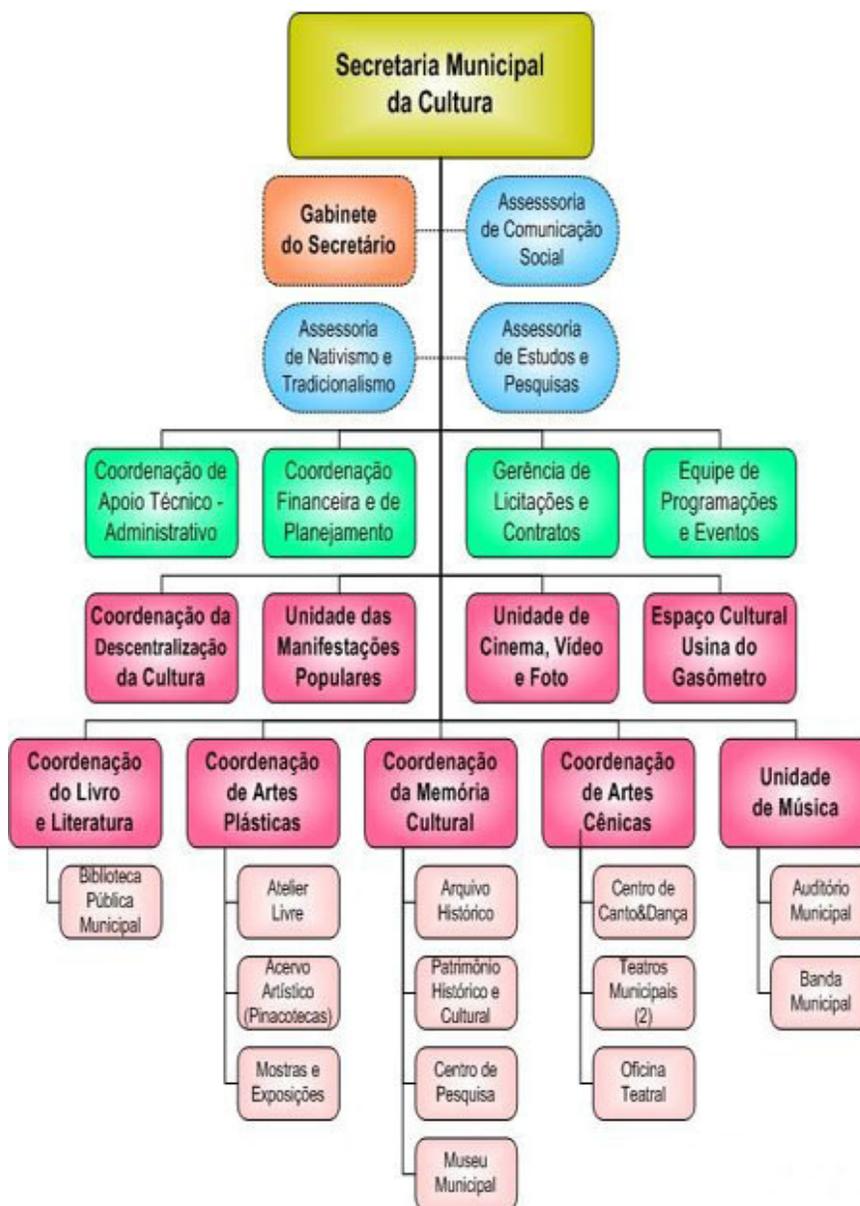
Contudo, com a adesão do Município ao Sistema Nacional de Cultura, Porto Alegre deverá adequar sua legislação aos parâmetros definidos na Emenda Constitucional 71/2012, o que implicará em integrar ao SMC os demais componentes do sistema, tanto os já existentes (como os fundos FUNCULTURA, FUMPROARTE, FUMPAHC etc.) quanto aqueles que venham a ser criados, caso do Plano Municipal de Cultura ora em construção.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

No dia 3 de fevereiro de 1988, foi sancionada a lei a Lei nº 6.099 que criava a Secretaria Municipal de Cultura e o Fundo Pró-cultura do Município de Porto Alegre. O projeto foi uma iniciativa dos funcionários da então Divisão de Cultura, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Foram criadas inicialmente as coordenações de Artes Visuais, Artes Cênicas, Livro e Literatura e Memória Cultural, além das assessorias de Comunicação, Promoções, Estudos e Pesquisas, Apoio Técnico-administrativo e Administração de Fundos. Com o tempo, foram implantadas as coordenações de Música, Cinema, Vídeo e Fotografia, Descentralização da Cultura e Manifestações Populares. Em 1993 a secretaria instalou-se em sede própria, no prédio restaurado para este fim, na Av. Independência, 453, Casa Firmino Torelly.

Organograma da SMC



CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE CULTURA

Em dezembro de 1995, coroando as iniciativas culturais realizadas desde o início do século XX, os porto-alegrenses iniciaram o processo de discussão das políticas públicas, com a realização da I Conferência Municipal de Cultura, fórum este, amplo, democrático e participativo. Neste primeiro evento, que iniciou com as pré-conferências em dezembro daquele ano e finalizou com a plenária final em maio de 1996, reuniram-se mais de 70

entidades e representações de cultura da cidade. Com temas que abrangiam a democratização, o financiamento e a distribuição cultural, além de questões sobre o desenvolvimento urbano e formas de representações na política cultural da cidade, o fórum criou o Conselho Municipal de Cultura, com base na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e nas Leis Complementares nº 267, de 16 de janeiro de 1992, e 293, de 28 de abril de 1993, a mesma lei que oficializou a realização da Conferência Municipal de Cultura.

No ano de 1997, foi realizada a 2ª Conferência Municipal de Cultura, que teve como abordagem a cultura e a globalização. No eixo de política cultural, destacam-se as colocações sobre a efetivação de um internacionalismo e um trabalho de integração sociocultural latino-americano, dentro das políticas do MERCOSUL. Também se destaca, diferentemente dos temas da primeira conferência o acréscimo do eixo “identidade e cultura popular” que exaltava o reconhecimento de uma autonomia e identidade cultural das mais variadas regiões da cidade.

Em 1999, foi realizada a 3ª Conferência Municipal de Cultura, já com uma participação mais efetiva do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre. Além dos temas habituais das conferências anteriores foi trabalhado também a memória cultural, com ênfase para a criação do Centro de Referências Afro-Brasileiro, histórias do bairros de Porto Alegre, percepções do espaço urbano, gestão do patrimônio arqueológico e a implementação do Sistema Municipal de Arquivos, já deliberado na ICMC. Também contou com resoluções que apontavam uma mudança na percepção do espaço escolar, como espaço cultural por excelência, bem como o apontamento da cultura como indutora nos processos educativos escolares. A comunicação comunitária, a pluralidade das manifestações culturais e a indicação de estratégias para um turismo cultural, também foram apontados como resoluções.

O ano de 2002 foi da produção da 4ª Conferência Municipal de Cultura, que teve como acréscimo temático questões sobre gênero, raça e etnia, salientando a mulher, negro e índio como públicos desfavorecidos com o fomento da gestão pública local. Outros pontos trabalhados com ênfase foram a transversalidade entre a gestão pública, em relação ao artesanato, fiscalização da distribuição dos produtos culturais e questões sobre meio-ambiente, reconhecendo o Guaíba como fator ambiental-cultural.

A 5ª Conferência Municipal de Cultura realizou-se em 2003 e teve como uma das temáticas a cultura como eixo central à gestão pública. Algumas das resoluções de destaque foram a criação de um “Plano Diretor de Desenvolvimento Cultural de Porto Alegre”, com o intuito de fomentar atividades culturais como estratégias de sustentabilidade da diversidade cultural, frente ao avanço hegemônico da globalização. Também aponta para a promoção da cultura para a terceira idade dando acesso a esta parcela da população porto-alegrense através de ações em grupos, com realização de oficinas.

Em 2005, ocorreu a 6ª Conferência Municipal de Cultura com eixos de cultura, educação e desenvolvimento em relações para construir a cidade. O destaque desta conferência foi com base no artigo 1º da Lei nº 81459/91, que dispõe sobre a criação da política nacional de arquivos públicos e privados. A resolução era para a criação de um

sistema de uma gestão documental. Nesta conferência foi solicitado deliberado a criação do Centro de Pesquisa e Experimentação em Dança.

Em 2009, aconteceu a 7ª Conferência Municipal de Cultura que foi orientada pelo tema geral da 2ª Conferência Nacional de Cultura, “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”. O tema geral foi dividido em cinco eixos temáticos: EIXO I - Produção Simbólica e Diversidade Cultural, EIXO II - Cultura, Cidade e Cidadania, EIXO III - Cultura e Desenvolvimento Sustentável, EIXO IV - Cultura e Economia Criativa e EIXO V - Gestão e Institucionalidade da Cultura. Todos os segmentos culturais se encontraram na Usina do Gasômetro e resultaram em mais de 200 propostas para a política pública de cultura da cidade.

A 8ª Conferência Municipal de Cultura aconteceu em 2011 e teve como eixos a Cultura como Cidadania, Diversidade, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Com a reunião de todos os segmentos culturais da cidade na Assembleia Legislativa, o fórum atraiu aproximadamente 800 pessoas entre as pré-conferências e a conferência principal. Foram discutidas as mais de 200 resoluções da 7ª Conferência e levantadas novas propostas para o encaminhamento do Plano Municipal de Cultura.

Em 2013, a 9ª Conferência Municipal de Cultura ocorreu nos dias 3, 4 e 10 de agosto, com a incumbência principal de debater as propostas para o Plano Municipal de Cultura. Simultaneamente, ocorreu a consulta pública do Plano de Cultura na Internet¹, ao longo de todo o mês de julho. As propostas da sociedade civil foram acolhidas pelo site e pela participação de corpo presente na Conferência. Posteriormente foram sistematizadas e incluídas no PMC de Porto Alegre.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Criado pela Lei Complementar nº 399, de 14 de janeiro de 1997, o Conselho Municipal de Cultura tem na sua formação 85% de conselheiros da sociedade civil. É composto por todas as regiões geopolíticas da cidade, de segmentos culturais e de membros da gestão pública municipal. Tem como funções: propor, deliberar e fiscalizar as matérias e políticas públicas de cultura. Os conselhos setoriais são:

COMPAHC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural

Criado pela Lei 4.139/1976, o Conselho do Patrimônio Histórico Cultural é o órgão de assessoramento e colaboração com a Administração Municipal em todos os assuntos relacionados ao Patrimônio Histórico e Cultural. Suas funções são: estabelecer critérios e valores para o enquadramento de bens como Patrimônio Municipal; opinar sobre a inclusão de bens no Livro Tombo; apreciar as propostas de instituição de Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural; e manifestar-se sobre projetos ou planos de construção, conservação, reparação, restauração, adaptação ou

¹ No site <http://pmcportoalegre.com.br>

demolição em bens integrantes do patrimônio do Município. Além disso, o Conselho deve manter permanente contato com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à obtenção de recursos, cooperação técnica e cultural para planejamento da preservação e revitalização de Bens Históricos e Culturais. O Compahc é composto por quinze membros designados pelo prefeito, dos quais oito da Prefeitura Municipal e sete vinculados a entidades relacionadas à questão do patrimônio. As entidades que participam do Conselho são: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Instituto de Arquitetos do Brasil, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, Associação Rio-grandense de Imprensa, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil.

Em concordância com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, o COMPAHC deverá modificar seu nome para “Comissão Setorial do Patrimônio Histórico e Cultural”.

CMLL - Conselho Municipal do Livro e da Leitura

Criado pela Lei nº 11.226/2012, o Conselho Municipal do Livro e da Leitura é um órgão da SMC, com representações da sociedade civil. Tem como funções deliberar, normatizar, fiscalizar e ser consultivo para questões referentes à políticas públicas do livro e leitura. Em concordância com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, CMLL deverá modificar seu nome para “Comissão Setorial do Livro e Leitura”.

FUNDOS DE FOMENTO À CULTURA

FUMPAHC - Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural

Sancionado pela Lei 4.349/77, foi o primeiro fundo de cultura a ser criado na cidade. Tem o propósito de prestar apoio financeiro aos projetos, serviços ou obras atinentes à recuperação ou preservação do patrimônio histórico e cultural da Cidade. Tem natureza contábil especial, sendo seus recursos provenientes de dotações orçamentárias específicas do Município; contribuições ou transferências dos setores público e privado e resultado operacional próprio. É gerenciado pela Administração de Fundos da Secretaria Municipal da Cultura.

FUNCULTURA - Fundo Pró-Cultura

Sancionado pela Lei 6.099/88, a mesma que cria a SMC, o Funcultura tem como finalidade a prestação de apoio financeiro, em caráter suplementar, aos projetos, obras e serviços necessários à criação, à recuperação e à conservação de equipamentos culturais da SMC. Seus recursos são provenientes de dotação orçamentária própria, representada, no mínimo, pelo valor correspondente a 3% (três por cento) da cota-parte estimada, em cada exercício, para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que trata o inciso II,

do artigo 25 da Constituição Federal; contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores público e privado; resultado de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, da área cultural; recolhimentos feitos por pessoas físicas ou jurídicas correspondentes ao pagamento de tarifa ou preço público de utilização dos equipamentos culturais, espaços comerciais conexos ou complementares aos mesmos; resultado operacional próprio; outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinários que, por sua natureza, lhe possam ser destinados. É gerenciado pela Administração de Fundos da Secretaria Municipal da Cultura e controlado pela Junta de Administração e Controle (JAC), formada pelos coordenadores de área da SMC e presidida pelo Secretário.

FUMPROARTE - Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural

Sancionado pela lei 7328/93, presta apoio financeiro a projetos artístico-culturais, selecionados mediante concursos públicos anuais. Seus recursos são provenientes da dotação orçamentária própria, representada, no mínimo, por um valor equivalente ao montante anualmente destinado ao FUNCULTURA; de contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores públicos ou privados; do resultado de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na área cultural; de outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, lhe possam ser destinados; de reembolsos dos empréstimos mencionados no art. 2º da lei de criação. É administrado por uma gerência (ainda inexistente no organograma da SMC), conjuntamente com a Administração de Fundos da Secretaria Municipal da Cultura. A aplicação dos recursos é decidida pela Comissão de Avaliação e Seleção (CAS), composta por seis representantes eleitos anualmente pelo setor artístico-cultural, além de três representantes da administração municipal. Podem ser apresentados projetos por pessoas físicas e jurídicas que proponham ações em qualquer área cultural.

FUMPOA - Fundo Monumenta Porto Alegre

Criado pela Lei 8.936/02, destina-se à aplicação de recursos em ações de conservação de bens submetidos à intervenção do Programa Monumenta em Porto Alegre, especialmente no Centro Histórico, estendendo-se eventualmente a outros locais de interesse cultural. É um instrumento promotor da preservação e divulgação do patrimônio cultural e deve sustentar suas ações no longo prazo, dando suporte financeiro a ações locais. Seu recurso é proveniente das dotações orçamentárias próprias e créditos adicionais suplementares a ele destinados; de aluguéis, arrendamentos e outras receitas provenientes de imóveis que sejam destinadas ao FUMPOA; produtos de alienação de imóveis adquiridos com recursos do FUMPOA; recursos provenientes de convênios, acordos e outros ajustes; contrapartidas de convênios aportados ao Município; receitas decorrentes da aplicação dos recursos financeiros disponíveis; contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas,

públicas e privadas, nacionais e estrangeiras; receitas provenientes de serviços e eventos diversos; resgates de empréstimos concedidos a proprietários de imóveis privados restaurados com recursos do programa Monumenta ou FUMPOA; recursos provenientes de contribuição de melhoria gerada na área do projeto; ou outras receitas.

Fundo de Fomento ao Trabalho Continuado em Artes Cênicas

Instituído pela Lei 10.742/2009, destina-se a apoiar grupos estáveis de teatro, dança e circo. É gerido pela Coordenação de Artes Cênicas da SMC, operando através de concursos públicos anuais.

Sistema de Informação Cultural

Iniciativa do Observatório da Cultura, o Sistema de Informação Cultural de Porto Alegre (SiC-PoA) foi lançado em 25 de março de 2013. Viabilizado por intermédio de financiamento obtido mediante aprovação de projeto no programa Barcelona Solidária, com recursos da Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID), o SiC-PoA tem como objetivos o mapeamento colaborativo dos recursos culturais da capital, desde os espaços até os agentes culturais, de escolas de arte a empresas, associações e indivíduos das diversas especialidades; a divulgação de oportunidades de interesse da comunidade, tais como editais de fomento, espaços de divulgação e distribuição de obras; além da divulgação de recursos para a capacitação dos agentes da cultura local.

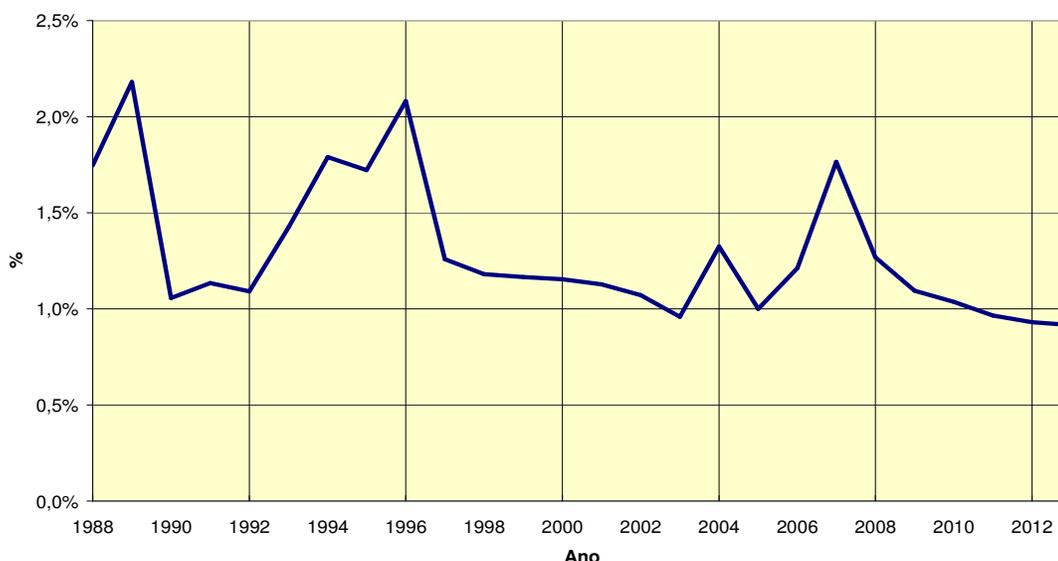
GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NA ATUALIDADE

Orçamento da cultura

SMC: Orçamento 2013		
Sub-função	R\$	%
Administração Geral	24.906.246	50,9
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.312.734	4,7
Difusão Cultural	21.703.710	44,4
Total	48.922.690	100,0

Atualmente, a SMC administra um orçamento de R\$ 48.922.690 (2013), correspondente a 0,91% do total do orçamento municipal. Seu quadro de pessoal é composto de 214 servidores, correspondente a 1,6% do quadro total da Administração Centralizada. Ao longo dos 25 anos de existência, o orçamento da cultura apresentou variações, mantendo-se numa tendência decrescente, entre pouco menos de 1% e pouco mais de 2%:

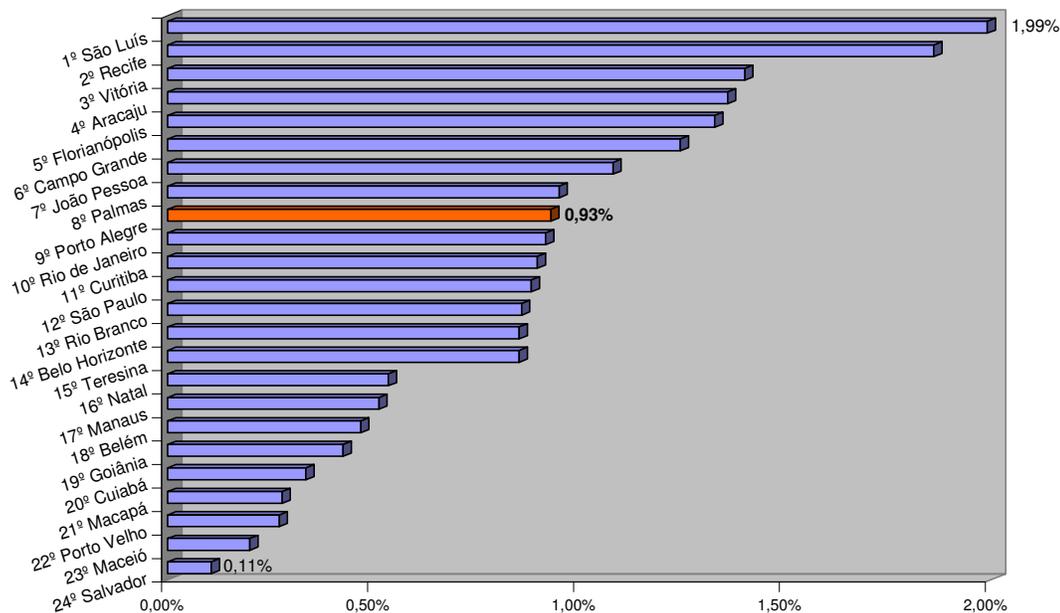
SMC - % orçamento anual, cfe. LOA (1988-2013)



No que diz respeito ao percentual do orçamento destinado à cultura, Porto Alegre

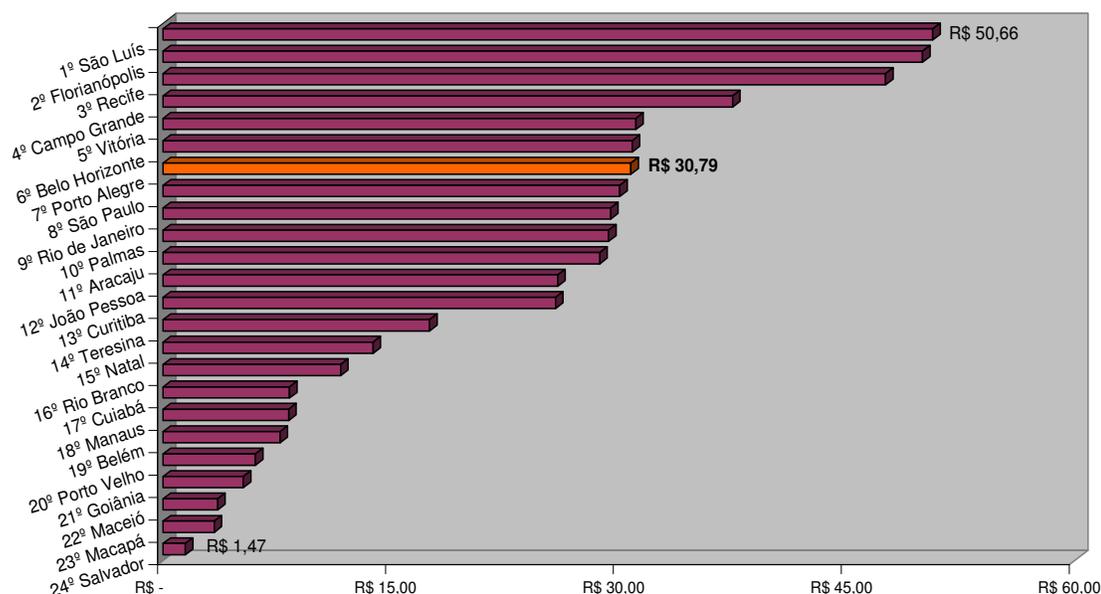
ocupa a nona posição na comparação com as demais capitais brasileiras, ficando à frente das três maiores - Rio, São Paulo e Belo Horizonte, conforme quadro abaixo:

Capitais brasileiras - % das despesas na função cultura, cfe. LOA 2012



Na comparação do gasto *per capita* - isto é, a divisão do orçamento da cultura (em R\$) pela população do município - Porto Alegre sobe para a sétima colocação, com gasto superior a R\$ 30 por habitante, conforme quadro abaixo:

Capitais brasileiras - despesa *per capita* na função cultura, cfe. LOA 2012



Outro levantamento, realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, em 2007, indica tendência a estabilidade nesse ranking, pois naquele ano Porto Alegre ficou na sétima posição entre as capitais dos 27 estados, com 1,3% da Receita Corrente Líquida aplicada em cultura.

Consumo e participação cultural

Pesquisa realizada pela SMC no ano de 2001 revelou grandes desigualdades no acesso aos produtos e serviços culturais, variando em função da renda, da escolaridade e da localização geográfica da oferta desses produtos e serviços. Assim, os índices de frequência do público a espaços considerados “culturais”, envolvendo deslocamento físico (como ir ao cinema, teatro, shows de música ou galerias de arte), podem variar de menos de 10 a mais de 50%, conforme a região de residência.

Os dados não destoam daqueles divulgados anos mais tarde pelo governo federal, por ocasião do lançamento do *Programa Mais Cultura*, segundo os quais 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus; 93,4% jamais frequentaram alguma exposição de arte e 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança.

Porto Alegre também é a capital com o maior número de ouvintes de rádio (73%), segundo o IBOPE, na comparação entre nove capitais. A mesma pesquisa apurou os principais interesses do ouvinte, conforme a capital onde reside, destacando-se no perfil do porto-alegrense um interesse acima da média pelo rock, tanto o nacional (29%, contra a média nacional de 21%) quanto o cantado em inglês (27 contra 19% na média), pelo funk (22% contra média de 12%); música eletrônica (24 a 17%), música clássica (11 contra

6,1%), folclórica (14 contra 4,2%) e jazz/blues (10% contra 4,1% em média); e uma baixa penetração da música gospel/religiosa (9,9 contra média nacional de 19%)

Ainda segundo o IBOPE, a cidade também tem os níveis mais elevados de acesso à internet, com o índice de 38% da população (empatado com o DF).

Outro dado notável na pesquisa do IBOPE diz respeito as diversas práticas de lazer da população. Quando comparadas as diversas opções declaradas pelos respondentes, a opção “ir a shows e concertos musicais gratuitos”, por exemplo, só aparece em cinco das nove capitais (São Paulo, BH, Recife, RJ e PA). 5,2% dos porto-alegrenses declararam exercer esta opção de lazer, colocando a cidade em 2º lugar nacional, somente atrás de Recife. A disponibilidade desta opção de lazer para a população identifica uma iniciativa, por parte do poder público, em benefício do acesso à cultura.

Ainda segundo a pesquisa do IBOPE, o público porto-alegrense é o que mais vai ao cinema em termos percentuais: 21,9% declararam ter ido ao menos uma vez ao cinema, no último mês. Segundo a mesma pesquisa, o público porto-alegrense é o que menos aprecia o cinema nacional, sendo o mais fiel à produção de Hollywood, ainda que curiosamente seja também o que mais assiste A outras produções estrangeiras.

Em relação à oferta de salas de cinema, Porto Alegre vem se mantendo em posição de destaque há algum tempo. Em termos absolutos, é hoje a quinta capital com maior número de salas (66), e em termos relativos ocupa o primeiro lugar entre as cidades com mais de 500 mil habitantes, com uma sala para cada 21,3 mil habitantes, oferta quase quatro vezes maior que a média brasileira (que é de 81,8 mil hab./sala) (ANCINE, 2011)

Entre as capitais brasileiras, Porto Alegre não se destaca pela quantidade de bibliotecas, ocupando uma posição intermediária (15ª de 27), com 1,31 bibliotecas por 100 mil habitantes. Já em relação ao hábito da leitura de jornais e revistas, o Município destaca-se à frente das oito outras capitais pesquisadas pelo IBOPE em 2005, com 68% dos habitantes tendo lido ao menos um título de jornal por semana e 55% tendo lido um título de revista por semana.

Em 2014, o Observatório da Cultura realizará a pesquisa intitulada “Usos do tempo livre e práticas culturais dos porto-alegrenses”, a qual pretende obter informações úteis para o planejamento das políticas culturais no Município, através de entrevistas com uma amostra significativa da população sobre seus hábitos de lazer e consumo cultural. A pesquisa conta com apoio do Governo do Estado, através do Fundo de Apoio à Cultura-FAC, que aportará 50% do custo total.

PANORAMAS SETORIAIS

Artes Cênicas

Na atualidade, Porto Alegre destaca-se no cenário nacional, por sua produção teatral. Os aproximadamente 80 grupos de teatro, entre amadores e profissionais, em atividade são responsáveis pela produção e circulação de espetáculos dos mais diversos gêneros e formas, garantindo uma oferta cultural diferenciada tanto em quantidade como em qualidade.

A cidade oferece 12 mil assentos, em locais de espetáculos com porte e características variáveis, os quais sediam no mínimo uma apresentação teatral anual. Espaços tradicionais com programação regular, a maioria públicos, convivem com outros, alternativos, que atendem solicitações pontuais, envolvendo-se diretamente com projetos específicos, abrigando apresentações teatrais eventualmente. Desse total de assentos, 620 são oferecidos pelos teatros municipais - Teatro Renascença, Teatro de Câmara Túlio Piva e Sala Álvaro Moreyra, os quais receberam 35.063 pessoas somente em programações teatrais em 2011.

Porto Alegre também se caracteriza como polo de criação e investigação do teatro produzido para a rua. Com tradição no gênero, a cidade acolhe aproximadamente 25 grupos entre aqueles que têm um importante histórico de produção continuada para locais abertos e aqueles que experimentam a rua como local para performances e apresentações episódicas, o que tem ocorrido com cada vez mais frequência nas ruas das grandes cidades.

Os prêmios Açorianos de teatro e Tibicuera de teatro infantil, criados em 1977 e 1979, respectivamente, recebem anualmente cerca de 40 inscrições de novas produções de teatro para adultos e para público infantil, muitas delas financiadas com recursos do município, concedidos através do Fumproarte. Em suas 18 edições, o fundo investiu mais de R\$ 5 milhões (valores não corrigidos) em artes cênicas (circo, dança e teatro). Também importante é referir que desde 2010 a SMC mantém o Programa de Fomento ao Trabalho Continuado em Artes Cênicas que, em suas duas primeiras edições, já investiu R\$ 200 mil em recursos orçamentários para manutenção de grupos.

Desde 1988, o Município promove, através da SMC, o Concurso Nacional de Dramaturgia - Prêmio Carlos Carvalho, ora em sua oitava edição.

Artes Plásticas

Para delinear o cenário das artes plásticas em Porto Alegre é preciso considerar a rede de relações estabelecida entre artista/obra/público permeada pelo mercado, pelo museu, pela crítica e pela academia.

No âmbito universitário, a permanência do Instituto de Artes como formador acadêmico é potencializada pelo fato de consolidar, a partir da década de 1990, programas de pós-graduação com reconhecimento nacional e internacional. Também lidando com o ensino, porém com enfoque na orientação prática do fazer artístico, o Atelier Livre tem sido fundamental nos últimos cinquenta anos para a formação de sucessivas gerações que marcaram o cenário local. Aglutinador cultural, pelos seminários, pelo festival de arte e pelos incontáveis encontros promovidos, representa um vigoroso polo institucional na cidade. Outros ambientes públicos, tais como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul – MARGS, o Museu de Arte Contemporânea – MAC/RS e as Pinacotecas Aldo Locatelli e Ruben Berta, constituem espaços de memória, onde coleções constituídas ao longo dos anos ajudam a definir identidades e alteridades culturais. O retorno da Pinacoteca Aldo Locatelli para o Paço dos Açorianos e a futura instalação da Pinacoteca Ruben Berta, prevista para 2013, em sede própria na Rua Duque de Caxias, são indícios da consolidação de espaços museais qualificados para a arte, nos quais é possível captar a transitoriedade e as diferenças das linguagens artísticas.

A diversidade de instituições privadas destinadas a exposições de artes visuais foi ampliada consideravelmente pela conjuntura socioeconômica que marcou os anos 1990 e que implicou na retração relativa do poder público no âmbito cultural e na ascensão de agentes privados. Neste contexto, a Bienal de Artes Visuais do MERCOSUL, o Santander Cultural e a Fundação Iberê Camargo realizam megaproduções amparadas por consideráveis cifras financeiras. Também com sistemática realização de eventos expositivos estão o Studio Clio, a Galeria do Instituto Goethe, a Fundação ECARTA e o Espaço ESPM. O acesso à obra de arte pelo público é, desta maneira, considerável, pois estas instituições promovem sistematicamente exposições, além de debates, encontros com artistas e lançamento de publicações. Iniciativas recentes como a Galeria Subterrânea, constituída por um grupo de artistas, e projetos alternativos como o Grupo 3x4, o Projeto Jabutipê, Estúdio Híbrido, La Photo Galeria, Galeria Virtual VendoARTE, compõem um mosaico de possibilidades para a exibição, apreciação e venda da obra de arte. Também não devem ser desconsiderados bares e restaurantes que tradicionalmente exibem a produção local, tais como o Zelig, o Pinacoteca Café e o Atelier das Massas.

Assim, o artista que realizou sua formação no Instituto de Artes, no Atelier Livre ou mesmo com professores independentes pode participar de editais para expor ou pleitear bolsas, construindo gradativamente um currículo que inclui a edição de materiais impressos ou digitais (sítios, blogs) com textos críticos elaborados por artistas ou por pesquisadores, curadores ou críticos locais, alguns destes detentores de notório reconhecimento nacional. Outro aspecto a ser assinalado é a inconstância da crítica na imprensa local, marcada, todavia, com exceções no que tange a grandes exposições e/ou pautas estabelecidas sem

critérios bem definidos, em que pesam relações pessoais ou políticas. Todavia, há de se assinalar o surgimento de jovens jornalistas atuando na rede pública local (TVE, FM Cultura) e em grandes jornais (Zero Hora e Jornal do Comércio), conquistando espaços qualificados para a divulgação de exposições de artistas locais.

Para além dos oásis da crítica, o Prêmio Açorianos de Artes Plásticas está configurado como uma instância de consagração para artistas, pesquisadores, grupos e instituições, com notável abrangência e preenchendo a lacuna decretada pelo fim dos salões de artes plásticas.

No âmbito associativo, a tradicional Chico Lisboa permanece ativa, promovendo exposições, encontros de artistas e atuando como agregadora em paralelo a outras entidades setoriais, tais como as dos ceramistas (ACERGS) e a dos escultores (AEERGS), todas pleiteando políticas públicas sobre aspectos pertinentes a sua área de atuação, assim como buscando parcerias privadas visando a promoção dos artistas associados.

Por fim, as galerias privadas, ampliadas em quantidade e qualidade, hoje oferecendo ao mercado a fotografia (La Photo) e também o vídeo (Galeria Mamute). Trabalhando em sua maioria com o sistema de exclusividade com os artistas, configuram-se numa via de obtenção de renda para os produtores, todavia com claros limites no que tange ao conservadorismo dos potenciais compradores frente à produção contemporânea, que rompe os suportes tradicionais e que atua no âmbito das linguagens híbridas.

De qualquer forma, hoje o cenário artístico em Porto Alegre está distante do que Iberê Camargo definiu como “marasmo cultural”, no início da década de 1960. A agenda de exposições é intensa, assim como a produção reflexiva divulgada em seminários e publicações. Também é evidente a sofisticação das proposições curatoriais que entrelaçam a produção contemporânea com a memória artística porto-alegrense. Ações educativas promovidas pela Bienal do MERCOSUL, pela Fundação Iberê Camargo e pelo Santander Cultural ampliam os segmentos atraídos para o universo das artes plásticas e formam apreciadores e possíveis produtores de arte e significados artísticos. Contudo, há de se apontar a timidez nos projetos em rede. Existe neste aspecto um potencial latente a ser explorado no que tange às conexões entre diferentes instituições públicas e mesmo entre estas e organizações sociais e entidades privadas. Neste sentido, o caminho está em aberto.

Audiovisual

A cidade de Porto Alegre conta com um circuito exibidor bem amplo para atender a sua população e, em termos proporcionais, é a cidade brasileira com o maior número de salas por habitante no País: uma sala para cada 21,3 mil habitantes. Atualmente, são 73 salas em atividade, sendo que 10 podem ser incluídas no que chamamos de circuito alternativo ou de arte, que também é o mais expressivo do Brasil em termos proporcionais

Um dado significativo é que, das dez salas do circuito alternativo porto-alegrense, quatro são de gestão pública. A Sala P. F. Gastal é mantida pela Prefeitura de Porto Alegre,

e as salas Paulo Amorim, Eduardo Hirtz e Norberto Lubisco são mantidas pelo governo estadual. Há uma quinta sala, a Sala Redenção, mantida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas que costuma não ser incluída nesta conta por exibir apenas programação em DVD, sempre com entrada franca.

Apesar dessa situação confortável, a capital gaúcha vem sofrendo uma crescente diminuição de seu público cinéfilo. Cada vez menos espectadores parecem dispostos a assistir bons filmes nacionais ou produções de cinematografias periféricas, que passam rapidamente pelo circuito local e são tratadas com relativa indiferença. As dez salas do circuito alternativo da cidade atraem uma média de apenas 11 espectadores por sessão, o que representa um número total de cerca de 3.000 espectadores por semana.

Se no início dos anos 2000, o Rio Grande do Sul havia recuperado a posição de terceiro maior produtor de cinema do Brasil, graças a iniciativas públicas como o Prêmio RGE/Governo do Estado, posto pela primeira vez conquistado nos anos 70, com o sucesso dos filmes de Teixeira –, ao longo da última década essa situação reverteu-se. Ainda assim, a cidade conta com um número significativo de empresas produtoras e distribuidoras no setor. Com a ausência dos prêmios do governo estadual nos últimos anos, o Fumproarte consolidou-se como fonte de financiamento praticamente único para a produção, especialmente de curtas-metragens, que costumam ser premiados nacionalmente.

Em termos de reflexão, Porto Alegre conta há 10 anos com a revista de crítica de cinema *Teorema*, considerada a publicação mais importante do gênero no País, pela qualidade de seu conteúdo e longevidade.

Dança

Porto Alegre é uma cidade com uma intensa e diversificada produção em dança. Atualmente são mais de 80 grupos e companhias de estilos como balé, danças urbanas, dança do ventre, danças de salão, dança contemporânea, sapateado, flamenco, danças cigana, jazz, danças étnicas e folclóricas, entre outras. Além disso, a área reúne mais de 50 centros de formação entre escolas e academias especializadas na formação em dança, que movimentam mais de sete mil alunos por ano matriculados. Muitos desses profissionais vêm ganhando destaque, atuando em inúmeros grupos e companhias graças à excelência de formação que a cidade oferece.

Ao mesmo tempo, inúmeros eventos passam a integrar o calendário cultural da cidade: Festival Internacional Dança Ponto Com, Congresso de Salsa, Maratona de Dança da Cidade, Mostra de Dança de Rua de Porto Alegre, Festival Internacional do Tango, Mostra de Dança Verão, Festival Internacional do Folclore, Brasil em Dança, Festival Vem Dançar, Quartas na Dança e a Maratona do Samba.

Este dinamismo teve repercussão recente na Conferência de Cultura, com a proposta de criação de uma Companhia Municipal de Dança, que assegure um trabalho continuado na área, com a possibilidade de manutenção no Município de profissionais

qualificados.

Livro e Leitura

A cidade de Porto Alegre constitui um cenário literário consideravelmente relevante no âmbito nacional e internacional. O evento literário de maior destaque na capital é a Feira do Livro, que, já com seus 57 anos ininterruptos, é a maior feira a céu aberto das Américas - também declarada patrimônio imaterial da cidade.

Assim como a Feira do Livro, o encontro mais popular e abrangente dentro da comunidade interessada no consumo de literatura de Porto Alegre, outras iniciativas vêm tomando espaço na agenda cultural do município. Uma delas é a FestiPoA Literária, evento que, como o próprio nome propõe, festeja e discute a literatura. Criada por Fernando Ramos, editor do jornal cultural *Vaia*, a FestiPoA chegará a sua 6ª edição em 2013. Mais recentemente, houve a primeira edição da *Odisseia de Literatura Fantástica*, promovida pela editora Argonautas e dedicada a um específico nicho de leitores.

Além dos conhecidos saraus que ocorrem em diferentes localidades - como o Sarau Elétrico, no Bar Ocidente; o Sarau da Zona Sul, no Iaiá Bistrô; o Cabaré do Verbo, na Casa de Cultura Mario Quintana; e o Sarau no Quarto, no Centro CEEE Cultural Erico Verissimo -, algumas livrarias trabalham como fomentadoras da articulação cultural porto-alegrense. Entre as 67 livrarias estabelecidas em Porto Alegre (de acordo com o levantamento da Câmara Rio-Grandense do Livro), diferenciando-se do modelo tradicional mercantil de livraria, elas produzem oficinas, leituras, seminários, debates e outros gêneros de encontros cujo ponto central é a literatura.

Há também um visível crescimento no mercado editorial quanto ao número de editoras. Conforme a reportagem de Augusto Paim, jornalista cultural, à *Revista da Cultura*, esse fenômeno ocorre essencialmente no nosso estado, como evidencia "o surgimento de dezenas de novas editoras, especialmente no Rio Grande do Sul, onde, apenas em todo o ano de 2009, 146 empresas registraram-se como editoras de livros na Junta Comercial do Estado. No mesmo período, apenas duas foram oficialmente extintas".

Como incentivo à produção e movimentação da literatura na capital, a Prefeitura do município realiza, através da Secretaria Municipal da Cultura e da Coordenação do Livro e Literatura, uma série de eventos, concursos, prêmios e oficinas literárias. Ao longo do ano, um calendário diverso comporta atividades como o Festival de Inverno, que conta com um ciclo de palestras e cursos durante uma semana; o 24 Horas de Cultura, que promove semelhante atividade, mas durante o intervalo de um dia; e outras programações relativas a cada proposta e motivação cultural. Mas outro é o evento, produzido pela SMC e CLL, considerado de maior relevância para o gênero de produção literária no estado: o Prêmio Açorianos de Literatura. Juntamente com os concursos *Histórias de Trabalho* e *Poemas no Ônibus* e no Trem, ele é um dos principais fatores incentivadores para a construção de um polo produtor e articulador da cultura e, conseqüentemente, da literatura porto-alegrense.

ALGUNS MOMENTOS HISTÓRICOS

Traçar um esboço do desenvolvimento da cultura e das artes em uma cidade com as dimensões de Porto Alegre não é tarefa fácil. Ainda assim, vale a pena destacar alguns pontos.

Sem dúvida, o primeiro aspecto marcante da cultura da cidade é sua posição geográfica. Capital do estado mais meridional do país, sua história se confunde com a da conflituosa fronteira entre o Brasil e a América espanhola e, com a consolidação desta, assume papel de elo estratégico entre as duas culturas. O clima subtropical, diferenciado em relação à maior parte do país, também deixa sua marca na cultura. E finalmente, o forte fluxo migratório europeu iniciado em 1824 veio acrescentar componentes decisivos para a constituição de sua fisionomia cultural.

No século XX, a cidade assume protagonismo político em diversos momentos decisivos, como durante a Revolução de 1930 ou no episódio da Legalidade em 1961.

Sociedade Parthenon Literário

Criada em 1868 e atuante até 1885, a *Sociedade Parthenon Litterario* foi concretizada num período de expansão das ideias republicanas e abolicionistas, em plena Guerra do Paraguai, angariando associados de toda a província. O Parthenon precedeu em 30 anos a criação da Academia Brasileira de Letras, publicando diversas obras literárias, entre as quais se destacam a *Revista do Parthenon Literário*, que circulou ao longo de uma década, veiculando todos os gêneros literários. Em suas páginas, é notável o esforço de vários escritores locais que buscam, mesmo sob a influência do romantismo europeu, apropriar-se das paisagens locais e do linguajar gaúcho.

Centrada nas figuras do renomado médico e escritor Caldre e Fião e do então jovem Apolinário Porto Alegre, o Parthenon não se ateve, como o nome poderia fazer crer, aos assuntos literários, mas atuou de forma pioneira em prol da instrução pública, ao oferecer cursos noturnos para adultos, criar uma biblioteca e um pequeno museu, além de promover conferências públicas sobre temas como a Revolução Farroupilha ou os direitos das mulheres. No plano político, promoveu os ideais republicanos e o abolicionismo, angariando fundos para libertação de escravos e discutindo o papel social da mulher.

O teatro

Data de 1794 a construção da Casa da Ópera, primeiro local dedicado às artes cênicas na capital (embora haja testemunhos de que mesmo antes disso representava-se em outros locais). Ao ser demolida, em 1839, esta casa, já se encontrava em franca

atividade o Teatro D. Pedro II (onde se deu a fundação do Partenon Literário, em 1868), e iniciara-se a construção do futuro Theatro São Pedro, a ser inaugurado em 1858.

Cabe destacar a criação do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fundado em 1958 e que desde 2007 oferece o Programa de Pós Graduação, em nível de Mestrado, o que tem contribuído decisivamente para a qualificação dos que se dedicam às artes cênicas em nossa capital. Hoje em dia, existem diversos cursos livres de teatro, o que amplia, não só a mão de obra especializada quanto o público interessado em teatro. Além do mais, a cidade tem tradição na formação de bailarinos, graças às diversas academias existentes, pelo menos, desde os anos 1930.

A Casa A Electrica

Em 1913, Porto Alegre torna-se uma das cidades pioneiras no então recente ramo da música gravada, e sedia a segunda fábrica de discos planos da América Latina: a Casa A Electrica. Músicos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires gravaram aqui, rendendo um grande mas efêmero sucesso ao empreendimento, arquitetado pelo italiano Saverio Leonetti, que também chegou a fabricar gramofones. A fábrica fechou em 1923.

A imprensa

Cem anos decorreram desde a elevação de Porto Alegre à categoria de cidade, até o surgimento do primeiro jornal do estado, o *Diário de Porto Alegre*, em 1827. Poucos anos depois, os ideais políticos que levaram à Revolução Farroupilha tiveram na imprensa seu principal veículo, o que motivou o surgimento de diversos jornais, muitos de vida efêmera. O lançamento do *Correio do Povo*, em 1895, deu feição industrial a essa imprensa.

A Livraria do Globo

Fundada em 1883, acumulando os serviços de livraria, gráfica e editora, a *Livraria do Globo* logrou alçar, nos anos 1930, Porto Alegre ao status de polo editorial nacional, ao lançar no mercado autores locais como Érico Veríssimo e Mário Quintana, além de traduções de autores estrangeiros como Balzac, Aldous Huxley e Marcel Proust. Viveu seu auge nos anos 1950, chegando a ter filiais em três cidades gaúchas, além de escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1948, transformou-se em Sociedade Anônima, e em 1956 a empresa se dividiu em Livraria do Globo e Editora Globo.

A Feira do Livro

Em 1955, um grupo de livreiros e editores locais, interessados em ampliar o público leitor, inaugura a primeira Feira do Livro de Porto Alegre, com apenas 14 expositores. Após mais de meio século de existência ininterrupta, a Feira apresenta-se hoje como um dos maiores eventos culturais do Estado e do País. Fiel aos objetivos iniciais, mantém-se em

seu local tradicional a céu aberto, a Praça da Alfândega, embora tenha incorporado outros espaços à volta, para abrigarem sua extensa programação, que envolve shows, cursos, palestras e sessões de autógrafos para todos os públicos. Realizada pela Câmara Rio-Grandense do Livro, associação empresarial sem fins lucrativos, a Feira recebe regularmente apoio financeiro do Município, assim como incentivos fiscais do Estado e União, que permitem ao evento a obtenção de patrocínios.

O Grupo Quixote

Um movimento literário que merece registro, além do Partenon Literário, foi o promovido pelo grupo *Quixote*, criador da revista do mesmo nome, que circulou entre 1947 e 1952. Num cenário de redemocratização do país, um pequeno grupo de estudantes de direito reúne-se com a intenção de “refletir sobre a situação da cultura no Estado e criar um canal para a publicação de seus trabalhos”. Entre eles, intelectuais que viriam a se destacar nacionalmente, como Raymundo Faoro e Wilson Chagas. A poesia teve notável expressão no grupo, pelo seu caráter renovador, destacando-se a produção de Paulo Hecker Filho, Heitor Saldanha e Sílvio Duncan, entre outros. Em 1958, o *Quixote* realiza, em Porto Alegre, o I Festival Brasileiro de Poesia.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho

Em 1947, o governo do Estado decidiu trazer de Santana do Livramento os restos mortais do herói farroupilha David Canabarro. Paixão Cortes, então estudante do Colégio Júlio de Castilhos, reuniu um pequeno grupo a cavalo, para oferecer uma escolta de honra aos despojos. Na Praça da Alfândega, onde se deu a cerimônia, conheceram Barbosa Lessa e o poeta Glaucus Saraiva. Poucos dias depois, iniciava-se no Colégio Júlio de Castilhos a primeira Ronda Crioula, iniciando-se aí a tradição anual de, ao apagar-se a chama simbólica ao final da Semana da Pátria, acender-se com uma centelha dela o Candeeiro Crioulo, que arde até o dia 20 de setembro, que a partir de então se tornaria a data magna do Rio Grande do Sul.

Devido à repercussão positiva dessa primeira Ronda Crioula, 24 jovens fundavam, em 24 de abril de 1948, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), o “35”, com os objetivos de “zelar pelas tradições do Rio Grande do Sul, suas lendas, canções, costumes, etc., e consequente divulgação pelos Estados irmãos e países vizinhos; pugnar por uma sempre maior elevação moral e cultural do Rio Grande do Sul; e fomentar a criação de núcleos regionalistas no Estado, dando-lhes todo apoio possível.

Em 28 de outubro de 1966, criava-se em Porto Alegre o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), entidade associativa que congrega atualmente mais de 1.400 CTGs e entidades afins. Sociedade civil sem fins lucrativos, o MTG dedica-se à preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha. Porto Alegre tem 53 entidades filiadas ao MTG, integrando a 1ª Região Tradicionalista juntamente com outros 10 municípios da Região Metropolitana. Anualmente, o movimento tem seu auge no mês de setembro, quando

ocorrem as comemorações da Semana Farroupilha, em memória da Guerra dos Farrapos, ocorrida a partir de 1835.

A Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

A OSPA foi fundada em 1950, tendo a sua frente o maestro Pablo Komlós, regente húngaro que a dirigiu até 1978, responsável pela permanência, solidificação e prestígio adquirido pela orquestra gaúcha em todo o país. Até o ano de 1964, a OSPA era mantida com a colaboração de sócios da comunidade local. Após estudos, no dia 22 de janeiro de 1965, a então Sociedade Orquestra Sinfônica de Porto Alegre teve autorizada a sua encampação pelo Governo Estadual e, através do decreto de lei nº 17.173, foi transformada em Fundação, sob forma autárquica. Os músicos foram reconhecidos nos seus direitos como funcionários públicos. Desde então, mantida e administrada pelo Governo do Estado, a OSPA é um órgão da Secretaria Estadual de Cultura.

Ao longo de mais de seis décadas de atividades, a OSPA mantém programação regular de concertos semanais, atingindo um público abrangente e diversificado e tendo recebido muitos artistas de renome como solistas ou regentes convidados. Já foi iniciada a construção do Teatro que deverá sediar a orquestra, em terreno doado pelo Município junto ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho.

O Cinema

O Rio Grande do Sul foi pioneiro na exibição e produção cinematográfica no Brasil. Nomes como Eduardo Hirtz, P. F. Gastal e Teixeira foram ícones de relação do gaúcho com a linguagem cinematográfica. De acordo com o historiador Antônio Jesus Pfeil, a primeira exibição cinematográfica no Rio Grande do Sul foi realizada em Porto Alegre, por Francisco De Paola com um “Phonographo” de Edison, em quatro de novembro de 1896, seguido pelo seu concorrente George Renauleau que fez a sua apresentação, três dias depois com um projeto dos Irmãos Lumière. As apresentações eram uma novidade, realizadas em circos e em companhias de espetáculos de variedades. Em 1897 o ilusionista Faure Nicolay se apresenta com seu cinematógrafo no Teatro São Pedro e foi um sucesso. O cinema, considerado linguagem de classe popular, estava sendo exibido antes das peças nos teatros, arte de elite na época. Entrando no século XX, o primeiro cinema de Porto Alegre foi o Recreio Ideal, inaugurado em 20 de maio de 1908. Vendido logo no início para Hirtz & Cia, tornou-se ponto de encontro da elite porto-alegrense. A partir deste momento muitos cinemas foram inaugurados e iniciou-se uma produção cinematográfica no Rio Grande do Sul. Eduardo Hirtz começa a diversificar seus negócios e parte para produção de cinema e em 1910 lançou o segundo filme de enredo da América Latina, intitulado *Ranchinho do Sertão* inspirado no poema de Lobo da Costa, *Ranchinho de Palha ou Aquele Ranchinho*.

De acordo com a pesquisadora Miriam de Souza Rossini, nos anos 20 o cinema gaúcho estava em alta no Estado e tanto na produção local e na exibição de filmes os

números eram significativos. Nesta década foram realizados aproximadamente sete filmes de ficção-mudo, com temáticas do urbano e rural. Destacam-se neste período o western de Eduardo Abelim *Em defesa da irmã*, de 1926. Em torno de 10 cineteatros foram construídos em Porto Alegre neste período, destacando-se a inauguração do Cine-Teatro Capitólio. Já nas décadas seguintes o cinema gaúcho perdeu o glamour, mas ainda em 40 surge na cena cultural o jornalista e crítico de cinema Paulo Fontoura Gastal que trouxe para a história do cinema gaúcho, sua paixão pelo cinema. Além de escrever muito, Gastal foi o criador do Clube de Cinema de Porto Alegre e idealizador do Festival de Cinema de Gramado. Somente no cenário cultural da década de 60 surge o revolucionário Vitor Mateus Teixeira, o Teixeira, cantor, ator, roteirista, diretor e produtor. Teixeira realizou 12 películas com temáticas urbana e rural.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Culturas Populares e Tradicionais

Povos Indígenas

Pesquisas arqueológicas recentes realizadas no solo de Porto Alegre registraram vestígios cerâmicos de mais de nove mil anos de idade. Já foram encontrados vestígios de distintos grupos: Caingangue, que pertenciam à região do Planalto; Minuano, da região do Pampa e Guarani, oriundos da Amazônia, cada um com sua própria organização social, língua e cultura. Atualmente, habitam Porto Alegre remanescentes de dois desses grupos: Guarani e Caingangue. Entre suas atividades de subsistência está o artesanato com fibras de vegetais e esculturas de madeira, comercializados em feiras e outros pontos de venda no centro da cidade.

Povos Quilombolas

Os quilombos urbanos são grupos sociais de resistência a um sistema de exclusão, comunidades de ascendência marcadamente negra – mas não exclusivamente – não raro empobrecidas, com *ethos* e costumes diferenciados dos grupos que os circundam, e que se mantêm apesar de amplos processos de enobrecimento urbano e segregação de seus antigos vizinhos. Em Porto Alegre resistem grupos nos seus território de origens: Alpes, Família Silva, Fidelix, Areal da Baronesa e Comunidade da Vila dos Sargentos. Estas comunidades são organizadas através da Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul.

Quilombo Família Silva

O bairro Três Figueiras abriga há mais de 60 anos os descendentes da Família Silva, que moram no final da rua projetada João Caetano, entre a Avenida Carlos Gomes e Nilo Peçanha. Formada por 15 famílias, vivendo em pequenas casas de madeira, esta população habita um dos espaços mais valorizados de Porto Alegre. Com o avanço dos condomínios de luxo no seu entorno, a família sofreu várias tentativas de retirada.

Sua origem estaria ligada à Colônia Africana, antigo bairro de Porto Alegre, mas laudo antropológico finalizado no ano de 2004 aponta que os seus fundadores teriam vindo do interior do Rio Grande do Sul. Seus avós maternos, Naura Borges da Silva e Alípio Marques dos Santos, naturais de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul, respectivamente, foram sucedidos por seus pais, Anna Maria da Silva e Euclides José da Silva, ambos de São Francisco de Paula, na ocupação do território e na perpetuação de seus modos de vida e organização social. Não obstante, a relação com a Colônia Africana

existiu, pois alguns membros da comunidade referiam-se ao lugar onde haveria vivência religiosa ligada aos cultos de matriz afro-brasileira.

Alguns dos filhos exercem a profissão dos seus pais, como a de jardineiro; os demais membros trabalham em casas do entorno, como auxiliar de limpeza, cozinheira ou carregador de tacos de golfe no Country Club. Seus integrantes preservam os conhecimentos ancestrais de ervas medicinais.

Quilombo do Areal

Comunidade que se reconhece como legatária do Areal da Baronesa, antigo território negro de Porto Alegre, famoso por ser isolado, pelas casas de religião, pelo Carnaval de rua e por seus músicos populares. Ocupa um beco, a que chamam de avenida – pequena rua com casas geminadas. As sociabilidades de rua e as relações de auxílio mútuo caracterizam o “morar em casa de avenida” – modo de vida que é um dos elementos centrais na identidade dessa comunidade.

As aproximadamente 80 famílias vivem em uma das últimas “avenidas” da região, a Luís Guaranha, historicamente ocupada por famílias negras. As fachadas de antigas casas são preservadas, por seu caráter histórico. Através de participação política, lideranças da comunidade obtiveram no Orçamento Participativo da cidade a construção de 12 novas casas no local. Seus integrantes trabalham como serventes, domésticas, brigadianos, entre outros.

Historicamente, esta área ficou na memória dos habitantes da cidade, principalmente os antigos carnavalescos, como o “Areal da Baronesa”, um dos mais antigos arraiais de Porto Alegre. Inicialmente formado pela Rua do Arvoredo, (atual Fernando Machado), teve sua origem no século XVIII; posteriormente (início do século XIX) este local ficou conhecido por Emboscadas. Na região, passava o Arroio Dilúvio, que posteriormente seria canalizado, tendo seu curso desviado, mas à época provocava constantes alagamentos, principalmente na Rua da Margem (atual João Alfredo).

A partir de meados do século XIX, este arraial já compreendia um número maior de ruas, abertas em função da necessidade de proprietários de pequenas chácaras de escoarem sua produção de alimentos até o centro da cidade. No ponto mais ao sul da Cidade Baixa, estava uma porção de terra conhecida como Ilhota, que com as cheias do riacho formava uma verdadeira ilha, habitada por pessoas de baixa renda. Na margem esquerda, ficava o local conhecido por Arraial ou Areal da Baronesa, onde atualmente situa-se a Praça Cônego Marcelino, e as ruas Baronesa do Gravataí, Barão do Gravataí, Cel. André Belo e Miguel Teixeira.

O Arraial da Baronesa era uma extensa área de terra que pertencia a João Baptista da Silva Pereira, Barão de Gravatahy, que ali mantinha uma chácara, onde construiu um palacete, na década de 1820. A denominação de Areal da Baronesa, por sua vez, tem seu nome ligado tanto à Baronesa de Gravatahy quanto à grande quantidade de areia que o fluxo do riacho depositava nas proximidades da sua foz com o Guaíba.

Com as constantes cheias do Areal e os consequentes alagamentos, a herdeira da

chácara, Baronesa do Gravatahy, já com avançada idade e sem recursos financeiros, entrou com um pedido na Câmara para a divisão e arreamento do local, logo deferido. Com a morte da proprietária e a abolição da escravidão, o Areal foi ocupado por negros alforriados, os quais passaram a trabalhar nos solares da região. A maioria dos ex-escravos migrou para regiões próximas ao Centro, onde ocuparam casebres, pensões e quartos de aluguel.

Além da identidade cultural e étnica deste território, a ideia de ocupação territorial negra já estava presente anteriormente (início do séc. XIX), quando esta parte da Cidade Baixa era conhecida como Emboscadas, local que servia de refúgio para os escravos evadidos da servidão. Formado por um mato cerrado de moitas e capões e por acidentes do relevo, eventualmente acoitava também ‘criminosos’, como revelavam os cronistas, que classificavam o espaço de sinistro e perigoso.

As representações negativas sobre o Areal e demais territórios negros são veiculadas através das crônicas quase diárias dos periódicos da época. Com um novo projeto de cidade ordenada, os becos e cortiços foram eliminados, e os mais atingidos neste processo de “limpeza” e reordenamento espacial localizavam-se na área central da cidade. Os becos foram os principais “alvos” desta reordenação na região da Cidade Baixa: Beco do José de Souza, da Olaria, Israel Paiva (Rua Sarmento Leite), Beco do Firme (Rua Avaí). O Beco do Céu e da Preta foram retirados posteriormente, no processo de expulsão da população negra do Areal.

O Quilombo dos Alpes

Formado por cerca de 70 famílias que vivem nos altos do Morro dos Alpes, no bairro Cascata, região Glória, descendentes de Edwirges Francisca Garcia, que para lá teria fugido, proveniente de uma chácara no bairro Lami, tendo se estabelecido com seu esposo entre o final do século XIX e início do século XX. Atualmente, habitam o local netos, bisnetos e tataranetos da matriarca. Seus integrantes trabalham nas proximidades, prestando serviços domésticos, de segurança, pedreiro, eletricista, entre outros. Criam cabras e praticam extrativismo de brotos de bambu e ervas nativas, desenvolvendo no local atividades de criação de aves e cultivo de pomar e canteiros de ervas medicinais.

Em meio a este lugar ermo das trilhas do Morro dos Alpes, nascem três dos seus quatro filhos: Carlos Francisco, Arminda e Paulo. Com o avanço da ocupação do arraial, Dona Edwirges, tentando proteger sua família, vai subindo paulatinamente até os altos do morro. Os membros da comunidade – filhos, netos e agregados dos outros dois casamentos de Dona Edwirges – formaram a comunidade e conviveram com suas memórias, seu conhecimento da natureza (uso das ervas e chás) até o ano de 1998, quando a matriarca faleceu, aos 108 anos. Atualmente, a maioria de seus descendentes permanece habitando o local; outros moram nas proximidades, ao longo da Estrada dos Alpes, ampliando a abrangência territorial da comunidade, que sofre o constante assédio da especulação imobiliária.

Comunidades tradicionais

Família Fidélix

Família Fidélix é como se denomina a comunidade localizada na região do bairro Cidade Baixa, na Rua Otto Ernest Maier, limitada por um lado pela Rua Sebastião Leão e pelo outro lado pelo Hospital de Porto Alegre. Com 32 famílias, na sua maioria egressa da cidade de Santana do Livramento, a comunidade foi fundada há cerca de 30 anos, na década de 1980.

Os fundadores Sérgio Ivan Fidélix, Milton Waldir Teixeira Santana e Hamilton Correa Lemos vieram para Porto Alegre nesta mesma década. Encontravam-se nos mesmos lugares de lazer, um bar situado na Rua Lima e Silva (as casas desta rua têm seus fundos voltados para a Rua Otto Ernest Maier), e acabaram ocupando o espaço que, segundo seus relatos, era um “mato só”. Quando se referem a este espaço e seu entorno no passado, remetem-se a outro território na memória da cidade de Porto Alegre, a Ilhota do qual se dizem legatários.

Seu crescimento deu-se na década de 1940. O Projeto Renascença (que propunha um renascimento de um novo lugar apagando sua desorganização e pobreza), executado na década de 1970, canalizou o Arroio Dilúvio, formando a Avenida Ipiranga, e parcelando a área em lotes comercializados pela especulação imobiliária. Sua população, na maioria, foi removida para a área da Restinga Velha. Parte desta área, no final da década de 1970, foi cedida para a construção do Hospital de Porto Alegre, vinculado inicialmente ao funcionalismo municipal.

O entorno foi então ocupado pelos integrantes da Comunidade Família Fidélix, que paulatinamente construíam suas moradias, nas décadas posteriores 1980 e 1990, constituindo lugares de lazer como o campo de futebol. Fortaleceram os laços de compadrio e de vizinhança, ampliando o espaço de atuação política com a fundação da associação de moradores e quilombola para as demandas sociais e o pleito de regularização da terra.

Vila dos Sargentos

No bairro Serraria, às margens do Lago Guaíba, encontra-se a Vila dos Sargentos, com aproximadamente trezentos domicílios, considerada uma das comunidades mais pobres e violentas da cidade. Está situada em uma zona sujeita às cheias do Guaíba. Como em muitas favelas, ali ocorre o tráfico de drogas, tendo sido presa uma quadrilha em maio de 2011. Um incêndio destruiu dez moradias da vila em dezembro de 2011, e o trabalho dos bombeiros foi prejudicado devido às ruelas de difícil acesso da vila e pelo fato de as habitações serem conjuntas. A principal via do bairro é a Estrada da Serraria, que nasce na Estrada Juca Batista e termina na Estrada Retiro da Ponta Grossa. Atualmente está em construção no bairro a maior estação de tratamento de esgoto sanitário de Porto Alegre, a ETE Serraria, uma das obras do Projeto Integrado Socioambiental (Pisa).

Povos de Terreiros

Na pesquisa publicada em 2011 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares, o maior percentual de casas de terreiro está em Porto Alegre (1.342 casas), seguida de Recife (1.261) e de Belém (1.089) e o menor percentual está em Belo Horizonte, onde foram identificadas 353 casas. Os povos de terreiro se destacam pela diversidade plural: candomblé, umbanda, batuque, nação, tambor de mina, xambá, omolocô, pajelança, jurema, quimbanda, xangô, entre outras. Segundo o mapeamento, resultado da pesquisa, os terreiros têm uma ampla dimensão comunitária e caráter étnico, por sua organização social e pelo trabalho tradicional desenvolvido. A maior parte dessas comunidades faz um trabalho social com a distribuição de alimentos para participantes e não participantes da crença, resguardando a segurança alimentar e a nutricional, ofertando alimentos culturalmente adequados.

Veja o mapeamento no link:
http://www.mds.gov.br/sesan/terreiros/paginas/terreiros_portoalegre.htm

Principais Festas Populares

- Festa de Nossa Senhora dos Navegantes
- Festa da Consciência Negra do Morro da Conceição
- Festa do Divino Espírito Santo, Pentecostes
- Romaria das Águas
- Festa de São Jorge
- Via Sacra do Morro da Cruz
- Festa de N. Sra. Aparecida
- Festa para a Mãe Oxum
- Parada Livre
- Festas Juninas e Julinas
- Semana Farroupilha
- Carnaval - Desfile de Escolas de Samba - Sambódromo
- Carnaval Blocos de Rua
- Carnaval Ensaio Geral das Escolas de Samba - Muambas
- Carnaval Comunitário

Principais Festivais

- Festival de Teatro de Rua de Porto Alegre
- Festival de Internacional de Teatro Estudantil (FITE)
- Festival Internacional de Teatro de Porto Alegre (POA EM CENA)
- Festival de Inverno
- Festival de Arte Cidade de Porto Alegre
- Videoarte nos Jardins do DMAE
- Democracine
- Fantaspoa
- Cine Esquema Novo
- Festival Internacional de Folclore de Porto Alegre
- Festival da Musica Popular da Grande Cruzeiro
- Festival de Música e Manifestações da Cultura Hip Hop
- Festival de Percussão de Porto Alegre (PercPOA)
- Porto Verão Alegre
- Feira do Livro de Porto Alegre
- Festival Internacional Dança.Com
- Festival Internacional de Tango de Porto Alegre
- Rodeio Crioulo de Porto Alegre
- FestFoto
- Festival Internacional de Música Livre
- Festival Vem Dançar
- Mostra Profissional de Danças de Salão ASGADAN
- Folclorando – Festival Internacional
- Maratona de Samba Porto Alegre
- Encontro de Dança RS
- Festival Internacional de Música Livre
- Festival do Livre Olhar
- Festival Internacional de Cinema Verão
- Bienal de Arte do MERCOSUL

- Feira do Livro de Porto Alegre
- Festas da Horti-fruticultura de Porto Alegre
- Semana Municipal do Hip Hop
- Semana Municipal da Região da Cruzeiro

Principais Fóruns, Congressos e Conferências

- Fórum Permanente dos Conselhos de Porto Alegre
- Fórum Permanente do Hip Hop Gaúcho
- Fórum Permanente de Dança ASGADAN
- Fórum Social Mundial – Fórum Temático
- Congresso da Cidade
- Fórum Mundial da Bicicleta
- Fórum Internacional do Software Livre
- Congresso de Inovação
- Congresso Internacional de Salsa Porto Alegre
- Fórum de Autoridades Locais
- Fórum Mundial da Educação
- Conexões Globais
- Conferência de Turismo Criativo

EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues

No início dos anos 70, o Governo Militar implantava o Projeto Renascença, destinando recursos para a recuperação de áreas deterioradas em grandes capitais. Porto Alegre investiu na região conhecida como Ilhota, entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus. Ali foi idealizado o Centro Municipal de Cultura, inaugurado em 1978 pelo então prefeito Guilherme Vilella. Com área construída de 3.636 m², o espaço foi projetado pelos arquitetos Edgar do Valle e Sérgio Matte, abrigando desde então o Atelier Livre, a Sala Álvaro Moreyra (110 lugares), Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, Teatro Renascença (300 lugares), café e um saguão que permite a realização de exposições. Também abriga o administrativo da SMC do segmento da Coordenação do Livro e Leitura. Em 1986, passa a se chamar Centro Municipal de Cultura e Lazer Lupicínio Rodrigues.

Atelier Livre de Artes Plásticas

No final do ano de 1960, por sugestão de um grupo de artistas que dividiam um espaço de criação, entre os quais Iberê Camargo, Regina Silveira e Clébio Sória, a então Secretaria Municipal de Educação e Assistência decide criar o Atelier Livre de Artes Plásticas, que a partir de 1962 recebe uma sede no Mercado Público, oferecendo aulas regulares e oficinas de desenho, gravura e escultura. O espaço logo se torna referência no meio artístico. Em maio de 1966, inaugura-se uma galeria de arte municipal, no mesmo espaço. Em 9/11/1978, após um período em local provisório, o Atelier muda-se para sua atual sede, no Centro Municipal de Cultura, então inaugurado. Atualmente com mais de meio século de existência, o Atelier Livre ofereceu, em 2012, 98 cursos regulares, com cerca de 500 alunos matriculados.

Sala Álvaro Moreyra

A sala foi batizada com o nome do jornalista, cronista, poeta e teatrólogo porto-alegrense, Álvaro Moreyra que fundou no Rio, em 1927, o “Teatro de Brinquedo”, o primeiro movimento estruturado no país de renovação do teatro. Em 1937, criou a “Companhia Dramática Brasileira”, a qual juntamente, com sua esposa Eugênia Álvaro Moreyra excursionou pelos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e fez temporada de três meses no Teatro Regina, do Rio.

A sala tem espaço para atividades múltiplas, no qual se realizam conferências,

seminários, palestras, cursos, ballet, audiovisuais e peças teatrais. Plateia com 110 cadeiras e área de 172m², sendo 12,3m de largura; 6,5m de altura e 7,5m de profundidade. Depósito de móveis, vestiários, cabine de som e luz.

Teatro Renascença

Há mais de 30 anos é um dos grandes palcos das diversas manifestações artísticas da cidade. Inaugurado em 11 de novembro de 1978 está situado dentro do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues e é administrado pela Coordenação de Artes Cênicas da Secretaria Municipal da Cultura. Tem uma arquitetura contemporânea com linhas retas e ambientes envidraçados e possui um palco italiano com área de 14,85m² por 10,50m²; área constituída de 1.134m²; quatro camarins; sistema próprio de iluminação e som; ar-condicionado, refletores, bilheteria, "foyer" e uma plateia com 300 lugares em dimensões de palco e plateia.

Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG)

Com a construção do Centro Municipal de Cultura Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues, em 1978, a biblioteca do antigo Edifício Intendente Montauray e, posteriormente do Edifício IPASE, passou a fazer parte do novo complexo cultural de Porto Alegre, Centro Municipal de Cultura Lupicínio Rodrigues. Em 1986 a Biblioteca de Porto Alegre passou a ser chamada oficialmente de Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG), em homenagem estabelecida pelo Decreto Municipal 8778, ao importante escritor gaúcho. Neste momento a biblioteca começa a fazer parte da Coordenação do Livro e Literatura da Secretaria Municipal da Cultura. Em seu espaço, além dos serviços de consulta e empréstimos do seu acervo, ocorrem seminários, exposições, encontros e oficinas. A BPMJG também realiza a Feira de Troca de Livros de Porto Alegre, no Parque Farroupilha, no mês de outubro. A BPMJG executa programas de incentivo à leitura e formação de leitores através da Feira de Troca de Livros, do Projeto Descarte, da contação de histórias, etc. A Feira de Troca de Livros tem edição anual, no mês de outubro, no Parque Farroupilha. Envolve público e bibliotecas existentes na Grande Porto Alegre. O Projeto Descarte visa fazer circular o livro e auxiliar na montagem de bibliotecas comunitárias, oferecendo o acervo descartado ou excedente. A BPMJG possui um acervo de 33 mil exemplares, com obras didáticas, técnicas, literatura de ficção e não ficção, periódicos, CDs e DVDs. A biblioteca também oferece sinal de internet gratuita e sem fios (wireless lan) a seus usuários. A biblioteca está integrada ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que tem investido na modernização da biblioteca através do programa Mais Cultura.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho

A história do Arquivo Histórico inicia-se em 1830, quando a Câmara Municipal de Porto Alegre solicita que os documentos do seu Arquivo sejam colocados em ordem e

inventariados, além de mandar construir móvel adequado para sua guarda. Desde então, sucessivos atos administrativos do Município preocuparam-se com a preservação da memória documental, a cargo de diversos órgãos e setores, conforma a evolução da estrutura administrativa, até sua oficialização, através da mesma lei que criou a SMC. Sediado em um casarão do século XIX, restaurado em 1994, o Arquivo organiza, guarda e conserva cerca de um milhão e trezentos mil documentos, disponíveis à consulta pública, por constituírem importante fonte para pesquisas sobre a cidade. Possui a incumbência de recolher, higienizar, recuperar e/ou restaurar, ordenar, acondicionar e preservar os documentos de terceira idade, produzidos e recebidos pelos poderes municipais de Porto Alegre. Sob sua guarda estão documentos datados desde 1764, que registram a formação e as transformações da cidade, oriundas dos poderes executivo e legislativo, além de jornais e revistas que nos permitem conhecer e entender a história de nossa cidade. No entanto, o papel da instituição transcende a preservação, investindo também em atividades de formação de crianças e jovens, para a valorização do patrimônio natural e cultural.

Museu Joaquim José Felizardo

Criado por decreto em 1979, por iniciativa dos historiadores Nilo Ruschel e Walter Spalding, o museu da cidade tem como sede o Solar Lopo Gonçalves, construído entre 1845 e 1855, tombado em 1979 e inaugurado em 1982 como sede do Museu. Em 1993, passou a denominar-se Joaquim José Felizardo, em homenagem ao historiador e primeiro secretário de cultura do Município. O Museu possui sob sua guarda três importantes acervos sobre a História de Porto Alegre: histórico, fotográfico e arqueológico.

O acervo histórico é composto por cerca de 1.300 peças, referentes a doações de objetos de cidadãos porto-alegrenses, desde fins do século XIX. Trata-se de objetos de naturezas diversas, bens pertencentes aos intendentos municipais de Porto Alegre, peças de indumentária, instrumentos musicais, mobiliário, entre outros, pertencentes aos cidadãos porto-alegrenses. O acervo fotográfico é composto por aproximadamente 20.000 fotografias, diapositivos e negativos, reunidas na Fototeca Sioma Breitman, parte do qual se encontra digitalizado e disponível para pesquisa. O acervo arqueológico compreende 120.000 peças, entre fragmentos e objetos inteiros, referentes a sítios de ocupação pré-histórica e histórica do município de Porto Alegre. Trata-se de peças cerâmicas, líticas, peças em louça, em vidro, em metal, em couro e em osso.

Centro Cultural Usina do Gasômetro

Inaugurada de 1928, a Usina do Gasômetro gerou energia elétrica à base de carvão mineral para a cidade até 1974. Com 18 mil m², foi uma das primeiras edificações em concreto armado do Estado. A chaminé com mais de 100 metros de altura, marca indelével na paisagem urbana, foi construída somente em 1937, atendendo às reclamações pela fuligem depositada sobre a vizinhança. Testemunho da industrialização do país, após a desativação foi abandonada e esteve ameaçada de demolição, sendo tombada pelo

Município em 1982. Restaurado, o prédio foi aberto ao público em 1991, constituindo hoje um dos maiores e mais ativos centros culturais do Estado, abrigando espaços variados de exposições como a Sala de Cinema P. F. Gastal, o Teatro Elis Regina, o Cibernarium, as galerias Iberê Camargo, dos Arcos e Lunara, e diversas salas multiuso, além de dois cafés e setores administrativos da Secretaria Municipal de Cultura como as coordenações de Música, Manifestações Populares, Descentralização da Cultura, Artes Plásticas e Cinema-Vídeo e Fotografia.

A Usina sedia também 15 companhias artísticas de Porto Alegre, além de disponibilizar espaço para a participação permanente de outros 50 grupos de arte. A programação conceitual da Usina é trabalhada através de seu principal projeto, Usina das Artes, criado em 2005 e transformado em Lei Municipal em 2009, visando o processo continuado de desenvolvimento de linguagem nas artes cênicas. Outros projetos são o Usina na Praça, projeto da Coordenação de Música que desde 2010 ocupa o estacionamento aos domingos, no período de abril a novembro, com espetáculos gratuitos de música, dança, teatro, circo, mágica e capoeira, priorizando o artista local e a diversidade; Usina da Educação, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação e a Fundação de Educação e Cultura do Sport Club Internacional, que visa ampliar a presença da arte na educação e recebe semanalmente 70 alunos de escolas municipais para oficinas de teatro, música, informática, dança, grafite, entre outras. A Usina recebe anualmente, cerca de um milhão de visitantes, incluindo alunos de 300 escolas de todo o Estado.

Sala P F Gastal

Inaugurada em 25 de maio de 1999, a Sala P. F. Gastal é o primeiro cinema da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. A sala recebe o nome em homenagem ao jornalista pelotense, Paulo Fontoura Gastal (1922-1996), o qual foi o maior crítico de cinema que o Rio Grande do Sul já teve. Responsável pela formação de várias gerações de cinéfilos, começou a publicar seus artigos em 1941, passando pelos mais importantes veículos de imprensa do estado. Principal mentor do Clube de Cinema de Porto Alegre, que ajudou a criar em 1948, e um dos idealizadores do Festival de Gramado, P. F. Gastal, como era conhecido por seus leitores e admiradores, encarava o cinema como a maior de todas as artes e notabilizou-se por defender o filme de autor diante das exigências do cinema comercial. A sala tem como característica uma programação calcada em três eixos: lançamento de filmes brasileiros e produções de cinematografias alternativas; realização de ciclos cinematográficos e uma programação de cinema infantil. Desde a sua inauguração, a Sala tem oferecido regularmente sessões fechadas para grupos que, de outra forma, dificilmente teriam acesso ao cinema. Através de parcerias com órgãos públicos como a FASC e a Secretaria Municipal de Educação ou com organizações não governamentais de diferentes naturezas, a Sala P. F. Gastal recebe a cada ano centenas de estudantes e espectadores em situação de vulnerabilidade social. Localizada no terceiro andar da Usina do Gasômetro, a Sala P. F. Gastal tem 118 lugares e está equipada com um projetor de última geração, da marca alemã Kinoton, com capacidade de exibir filmes tanto na bitola de

35 mm quanto na de 16 mm. Contando ainda com som Dolby Estéreo e ar condicionado central, é um cinema que oferece ao espectador conforto e qualidade de projeção. A sala funciona de terças a domingos.

Teatro Elis Regina (em construção)

Projeto de criação de espaço cênico na Usina do Gasômetro já ultrapassa mais de décadas para sua efetivação. O projeto que havia sido retomado em 2007 com a transformação do local da antiga Sala Elis Regina em um teatro, dentro da segunda etapa do processo de revitalização da Usina do Gasômetro, foi orçado em R\$ 3 milhões. O futuro teatro está localizado no segundo andar da Usina, com área de 745m² e capacidade para até 400 pessoas. Os recursos da obra são oriundos da Secretaria Municipal de Cultura e da parceria com o Grupo RBS. Quando concluído o Teatro Elis Regina terá poltronas móveis, que poderão adaptar-se tanto ao formato de arena quanto ao tradicional estilo italiano, dependendo do tipo de apresentação desejada.

Usina do Papel

Programa constituído em 1992, no Centro Cultural Usina do Gasômetro, tem o objetivo de criar e manter um espaço de referência para a cidade no âmbito da reciclagem, utilizando o papel como recurso e tematizando as formas contemporâneas de produção, consumo e descarte deste bem cultural tão presente em nosso cotidiano. Alguns de seus projetos:

- Papel Social - com objetivo de inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, através do trabalho educativo, com geração de renda para seus participantes. Conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e da Fundação de Assistência Social e Cidadania.
- Vitrine do Papel - Incubadora de aprendizagem comercial localizada no térreo da Usina do Gasômetro, para comercializar os produtos e instruir os jovens do Projeto o Papel Social nos aspectos de gestão comercial. Permite visibilidade adequada ao trabalho ambiental e social que realizamos, além de gerar renda para artesãos responsáveis por seu funcionamento.
- Cursos - Cursos teórico/práticos de Papel Artesanal, com material didático dirigido para a formação qualificada de multiplicadores.
- Visitas monitoradas - De educação ambiental: demonstração interativa da reciclagem artesanal de papel. De educação patrimonial: visita guiada no prédio da Usina do Gasômetro com ênfase em sua história, ambiente e atividades atuais.
- Papel Velho & Papel Antigo - Visitas semanais teatralizadas no Arquivo Histórico de Porto Alegre (AHPAMV), para alunos de primeira a quarta série do ensino fundamental, em parceria com o AHM. O trabalho obteve seleção estadual no

prêmio Rodrigo de Mello Franco.

Galeria Iberê Camargo

Espaço que homenageia um dos maiores artistas do Brasil, o gaúcho Iberê Camargo. Localiza-se no térreo do Centro Cultural Usina do Gasômetro. Espaço fechado e climatizado, expõe projetos participantes do edital de ocupação anual, promovido pela Coordenação de Artes Plásticas, além de exposições institucionais e projetos de intercâmbio.

Galeria dos Arcos

Localizada no pavimento térreo, é a primeira galeria porto-alegrense destinada exclusivamente a exposições fotográficas. Considerada um marco para a cidade, ela mantém uma relação direta e orgânica com a linguagem da fotografia. É administrada pela Coordenação de Cinema, Fotografia e Vídeo da SMC.

Galeria Lunara

Localizada no quinto andar da Usina do Gasômetro, a Galeria Lunara foi inaugurada em 26 de junho de 2001 e homenageia um dos pioneiros da fotografia local, Luís Nascimento Ramos, o Lunara. Com temática do cotidiano da cidade de Porto Alegre, Lunara realizou registros das primeiras décadas do século XX. A galeria é administrada pela Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia da SMC.

Complexo Cultural do Porto Seco

A ideia da construção de um palco adequado para o Carnaval de Porto Alegre nasceu em 1992. Inicialmente, foram consideradas áreas no Parque Marinha do Brasil e no Bairro Humaitá, definindo-se como o local definitivo o chamado Porto Seco, na Zona Norte. Em 2004, realizou-se ali o primeiro desfile oficial do Carnaval. Criado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, ganhador do cobiçado Prêmio Pritzker de Arquitetura, o complexo possui 15 barracões, onde são confeccionadas as fantasias, alegorias e adereços, bem como as alegorias para o desfile. A pista de desfile tem 450m de comprimento por 10m de largura, contando com uma área de concentração com 150 metros quadrados. Possui capacidade para 16 mil espectadores, distribuídos entre arquibancadas e camarotes, além de 20 frisas no nível da pista. O Complexo Cultural do Porto Seco tem capacidade total prevista para 160 mil pessoas.

Pinacoteca Rubem Berta

O número 973 da Rua Duque de Caxias em breve abrigará a Pinacoteca Rubem Berta, após a conclusão do restauro e adaptação do prédio, que contará com áreas de

exposição, de guarda e acondicionamento de acervo, documentação e ação cultural, além de uma cafeteria. O prédio, situado em frente ao Solar dos Câmara, está inventariado como de interesse sociocultural, com vistas à preservação pelo poder público municipal, e é considerado um exemplar expressivo do estilo eclético em Porto Alegre. Construído em 1893, foi modificado em 1916, quando assumiu sua forma atual.

A Pinacoteca Rubem Berta abrange uma coleção de 125 obras doadas à Prefeitura de Porto Alegre em 1971 pelos Diários e Emissoras Associados e apresenta um recorte heterogêneo na sua composição. A obra *The Rejalma*, de 1673, do holandês Jeronimus Van Diest, é provavelmente a pintura mais antiga em acervo público no Rio Grande do Sul. Além desta marina do século XVII, a coleção contempla nomes consagrados da pintura nacional de significado histórico como Almeida Júnior, Pedro Américo, João Batista da Costa e Eliseu Visconti. Possui ainda nomes representativos no desenvolvimento do modernismo no Brasil do porte de Di Cavalcanti, Portinari, Flávio de Carvalho e Lasar Segall. Predominam na Pinacoteca, porém, trabalhos de artistas que marcaram o panorama artístico sobretudo nos anos 60, entre os estrangeiros podem ser destacados os trabalhos de Allen Jones, Alan Davie e Graham Sutherland; além de obras de contemporâneos como Tomie Ohtake e Manabu Mabe. Pode-se dizer que a coleção oferece a oportunidade de vislumbrar um panorama histórico e de estilos da arte brasileira, em particular no século XX.

A origem da Pinacoteca Rubem Berta remonta aos anos 1960, fruto de um projeto pessoal do magnata das comunicações Assis Chateaubriand de criar museus regionais em vários pontos do país. Para constituir esse rico acervo, Chateaubriand contou com a colaboração do crítico de arte, marchand e mentor do Museu de Arte de São Paulo (MASP), Pietro Maria Bardi.

Pinacoteca Aldo Locatelli

Esta coleção reverencia a memória do artista plástico ítalo-brasileiro Aldo Locatelli (Villa d'Almè, 1915 — Porto Alegre, 1962) e teve seu início na Câmara de Vereadores de Viamão, ainda no século XVIII. Em 1925, foi responsável pelo Salão de Outono que revelou nomes como Antônio Caringi, João Fahrion e Sotero Cosme. Além dos citados, a coleção compreende obras de Pedro Weingärtner, Augusto Luiz de Freitas, Francis Pellichek, De Martino, Antônio Cândido de Menezes, Libindo Ferraz, Edgar Koetz, Luiz Maristany de Trias, entre outros. Ao longo dos anos 1970, permaneceu, juntamente com a pinacoteca Rubem Berta, em salas do Paço Municipal, eventualmente expostas ao público. Com a requisição do prédio para outras atividades, o Acervo passou a dificuldades de espaço e de conservação das obras. Em 1982, como não haviam instalações adequadas para acondicionamento e exposição das obras, a Prefeitura e o Governo do Estado firmaram um convênio permitindo que as Pinacotecas recebessem espaço na Reserva Técnica do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli - MARGS, assim como uma Sala de Exposições neste museu. Concluído o projeto de climatização da sala de exposições e da reserva técnica do Paço Municipal (Praça Montevideu, 10), a Pinacoteca Aldo Locatelli retornou

oficialmente a sua sede original, no dia 18 de setembro de 2008.

Casa Torelly

Imóvel tombado em 1987, de estilo renascentista, foi adquirido por Firmino Torelly, burguês industrial e comercial da época. O projeto de restauração da Casa Firmino Torelly ficou sob responsabilidade da Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (Ephc) da Secretaria Municipal da Cultura (SMC). Completamente restaurada, passou a abrigar, a partir de 17 de agosto de 1993, parte da área administrativa da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. O espaço da recepção da casa, também é um espaço expositivo, aberto por editais.

Cine Theatro Capitólio (Cinemateca Capitólio)

Cinema de referência da cidade desde a primeira metade do século XX, o prédio foi inaugurado em 1928. O prédio foi projetado e construído pelo engenheiro Domingos Rocco e seu primeiro proprietário foi Luís Faillace. Neste mesmo período, mais nove cineteatros foram construídos em Porto Alegre. O Capitólio possuía um equipamento moderno, oferecendo 1.295 lugares para espetáculos variados, entre projeções de filmes, apresentações de ballet e teatro, até concursos de misses. Em 1969 foi arrendado pelo Grupo Serrano de São Paulo e batizado com o nome de Cine Premier. Infelizmente a programação já não era tão popular e o prédio sofreu alterações na fachada e espaços internos. Em 1994, o prédio foi fechado definitivamente, sendo finalmente tombado em 2002, quando passou para o Município. Em 2004, iniciou-se o processo de restauro através da parceria entre este e a Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul (FUNDACINE), com o apoio da Associação dos Amigos do Cinema Capitólio (AAMICA). O projeto disponibilizará uma nova funcionalidade ao prédio, transformando-o em na Cinemateca Capitólio, que deverá ser administrada pela FUNDACINE em conjunto com a SMC, reunindo o acervo audiovisual do Estado. Seus espaços internos foram reorganizados, criando-se uma sala de cinema de 188 lugares, salas de projeção multimídia, área de acervo, biblioteca, café e espaço de exposição. Com recursos da Petrobrás, por meio da Lei Rouanet, e do Ministério da Cultura, o projeto ainda está em fase de produção. A Cinemateca Capitólio está localizada na esquina da rua Demétrio Riberio com a Avenida Borges de Medeiros.

Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães – Ramal 1 Restinga

Inaugurada em novembro de 2001, em uma das salas do Centro Administrativo Regional do bairro Restinga, tem a função de disponibilizar o acesso ao conhecimento e lazer. O acervo é constituído por sete mil volumes e dividido em: obras de referência, obras gerais, periódicos e livros infantis e infanto-juvenis.

Auditório Araújo Vianna

Inaugurado originalmente em 1927 como local de concertos da Banda Municipal, junto à Praça da Matriz, o auditório ao ar livre com 1200 lugares foi batizado com o nome do compositor gaúcho José de Araújo Vianna (1871-1916). Em 1964, como parte do acordo entre Estado e Município para construção do Palácio Farroupilha, sede da Assembleia Legislativa, construiu-se novo auditório, no interior do Parque Farroupilha, agora com capacidade para 4.500 pessoas, tornando-se o maior equipamento cultural em lugares sentados de Porto Alegre, à época. O projeto foi dos arquitetos Moacyr Moojen Marques e de Carlos Maximiliano Fayet. Na década de 70, o espaço tornou-se referência para apresentações de MPB e, já na década de 80, o espaço ficou desativado quase um ano por falta de recursos para mantê-lo. Em 1992, o espaço volta à cena musical dos porto-alegrenses, com a inauguração do Espaço Radamés Gnattali e com os ensaios da Banda Municipal de Porto Alegre, bem como de outros grupos musicais. Em 1996, após reforma que incluiu a troca dos assentos, reduzindo a capacidade para 3200 lugares, foi reinaugurado o Auditório, com o show histórico de João Gilberto, incluindo uma cobertura de lona tensionada que possibilitava o uso em dias de chuva, porém prejudicava a acústica do local. Em 1997, o Parque Farroupilha foi tombado e conseqüentemente o auditório teve sua garantia de preservação. A discussão da nova estrutura de uma cobertura foi para o orçamento participativo que decidiu, ainda na década de 90, que a questão era de prioridade. Em 2005, com o vencimento da lona, o auditório foi interditado. Devido à necessidade de refazer a cobertura, incluindo vedação acústica - em função do ruído que perturbava a vizinhança - e a escassez de recursos, a Secretaria Municipal de Cultura publicou edital convidando empresas privadas a captarem recursos e executarem a obra, recebendo em troca a concessão do espaço. A empresa Opus Promoções ganhou a concorrência e, no final de 2012 inaugurou um modernizado espaço com 3.024 lugares, tendo solucionado os problemas de acústica. O Município reservou-se o direito de utilizar anualmente até um máximo de 25% das datas (91 dias do ano). Localizado na Avenida Osvaldo Aranha, s/nº. Bairro Bom Fim.

Memorial do Mercado Público

Equipamento vinculado à Coordenação da Memória da Secretaria Municipal da Cultura, localizado no segundo pavimento do Mercado Público (loja 38). Inaugurado em 1999, o Memorial do Mercado Público Central destina-se a preservar e divulgar a história do Mercado à população porto-alegrense e aos visitantes de outras localidades. A partir de 2008, passou a abrigar a exposição permanente "História do Mercado", que resgata o processo que levou ao tombamento do Mercado Público como patrimônio da cidade, fazendo referência aos aspectos que lhe conferem identidade e que no imaginário social prevaleceram, abrindo caminho a sua preservação e tombamento em 1979. Desde 2010, o Memorial passou a abrigar o Observatório da Cultura e, no ano seguinte, teve reaberta a Livraria Ilhota. Em 2012, o Memorial recebeu 20.814 visitantes, dos quais aproximadamente uma terça parte residentes na Capital, outro terço residentes no interior do Estado e o

restante de fora do Estado (incluídos aí 4,5% provenientes do exterior).

As dependências do Memorial foram atingidas pelo incêndio de seis de julho de 2013, não havendo previsão para a sua reabertura até o momento.

Solar da Travessa Paraíso

Prédio em arquitetura colonial, construído em 1820, na Travessa Paraíso, no Morro Santa Teresa. Foi reconhecido como sítio arqueológico em 1994, tendo sua posse dada à Prefeitura de Porto Alegre. Sua reinauguração ocorreu em 2000, após restauração. Atualmente é sede do Festival Internacional de Teatro de Porto Alegre – POA Em Cena.

Teatro de Câmara e Centro Cultural Túlio Piva

Criado em 1970, o Teatro de Câmara foi o primeiro sob responsabilidade da administração municipal. Construído em um antigo depósito de automóveis, tinha a proposta de uma curta duração de cinco anos, devido ao Plano Diretor da cidade. Com a alteração do plano, o teatro permaneceu, tendo sido reinaugurado em 1999 com o nome atual, em homenagem ao violonista e um dos maiores compositores de MPB gaúcho. Com o objetivo de promover a memória do músico, o local abriga ainda uma coleção de objetos pessoais, pertences e originais da obra do artista. Também promove seminários e cursos. O teatro possui palco italiano (com frente curva). Área total: 750m², plateia com 215 lugares, três camarins, banheiros adaptados para pessoas portadoras de deficiência física, uma rampa de acesso junto ao acesso principal, estacionamento para até 20 carros.

Estúdio Geraldo Flach

Estúdio de gravações, inaugurado em 2012 com a função de proporcionar para os músicos artistas populares da Capital o registro dos seus trabalhos fonográficos com a gravação de CDs sem custos para o artista e com alta qualidade técnica. O estúdio tem atributo de Ponto de Cultura, tendo sido viabilizado sob a forma de parceria entre o Ministério da Cultura e o Município, e é administrado pela Coordenação de Descentralização da SMC.

Cine Teatro Imperial

O prédio do Edifício Imperial, antiga sede dos Cines Imperial e Guarany foi inaugurado em 18 de abril de 1931 e tombado pela Secretaria Municipal da Cultura em 2004. Considerado o cinema mais luxuoso da época da cidade, é um dos exemplares mais sofisticados da arquitetura *Art Déco* no Brasil e um dos marcos da verticalização em edificações residenciais no centro de Porto Alegre. Conforme acordo firmado em 2008 entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Caixa Econômica Federal, o prédio irá abrigar, por 30 anos, o novo Conjunto Cultural da Caixa e o investimento está orçado em cerca de R\$ 18

milhões nas obras de restauração. O projeto prevê a recuperação da concepção original da casa de espetáculos, disponibilizando ao público, novamente, um cine-teatro com capacidade para aproximadamente 800 lugares, com camarins, um museu, espaços para oficinas, seminários, sala de dança, cafeteria, foyer e revistaria e banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais. A Prefeitura cedeu à Caixa Econômica Federal (CEF) os cinco primeiros pavimentos mais uma área de terreno livre nos fundos, onde será erguida uma nova edificação. Os andares superiores servirão de sede administrativa da SMC. A área total do espaço será de 8,8 mil metros quadrados e a previsão era que a obra fosse concluída em 15 meses. O projeto é gestado pela SMC, SPM, SMOV e PGM. O prédio está localizado na Rua dos Andradas, nº 1051/1073, no Centro Histórico.

Casa Godoy

A Casa Godoy representa um marco referencial na paisagem e na vida social de Porto Alegre, pois é um raro exemplar do estilo *art nouveau* já construído na cidade. Pertenceu ao médico Dr. Jacintho Godoy e foi local onde a ciência médica e a sociedade se encontraram durante duas décadas - de 1939 a 1959 - constituindo-se parte do testemunho histórico da cidade. Localizada à Avenida Independência, o imóvel foi construído em 1907, tem 719,39m² de área construída, detalhes projetados meticulosamente e adequação para cada espaço desde o desenho aos materiais utilizados nas esquadrias, pisos, paredes, forros e mobiliário. A Casa Godoy foi tombada em 1996 e adquirida pela Prefeitura. Nela está instalada, desde 1998, a Coordenação da Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural.

Centro Cultural Companhia de Arte

Durante os anos 80, a Caixa Econômica Federal adquiriu um imóvel de nove andares com um pequeno teatro, situado na Rua dos Andradas. No local, funcionou uma agência bancária, que acabou desativada no final daquela década. O imóvel foi então cedido à Associação dos Funcionários do Banco (APCEF-RS), que manteve ali sua sede, dando início à existência da Companhia de Arte. Rapidamente, o local transformou-se em ponto de encontro de artistas e intelectuais da cidade e, em 1998, quando a APCEF-RS mudou-se para sede própria, a gerência do espaço ficou sob responsabilidade de gestores e artistas que frequentavam o local. Iniciou-se então um movimento que iria definir o futuro do prédio: de um lado a CEF, que pretendia leiloar o imóvel e do outro os artistas, reivindicando a manutenção de um espaço único na cidade para ensaios, montagens, aulas, oficinas, apresentações e convívio. Ao final dos anos 90, aconteceram diversas manifestações pela cidade, organizadas por artistas e entidades culturais, chamando a atenção da sociedade e poder público para a cultura local. Finalmente, em 2000, a mobilização da classe artística conseguiu que o Município, através do Prefeito Raul Pont, comprasse o imóvel, cedendo-o se para uso dos artistas. Foi então criada a Associação do Centro Cultural Cia de Arte, a qual em 2004 firmou com a Prefeitura um Termo de Cessão de

Uso, passando a gestão do espaço para um Conselho Gestor, eleito entre os sócios. A gestão é independente, cabendo à Associação a responsabilidade por buscar recursos para manutenção e melhorias do espaço. A cedência do espaço do restaurante e as taxas de manutenção recebidas pelo uso das salas e do teatro ajudam a manter o espaço, bem como a Prefeitura, que contribui com as despesas de água e energia elétrica. O Termo foi renovado em 2012.

ESPAÇOS DE USO NÃO-EXCLUSIVO PARA A CULTURA, SOB RESPONSABILIDADE DE OUTROS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Centro Municipal de Eventos Almir Azeredo Ramos

O Centro Municipal de Eventos da Cultura Gaúcha Almir Azeredo Ramos homenageia líder tradicionalista e comunitário, Almir Azeredo Ramos, falecido aos 47 anos, em 2000. Foi coordenador da primeira região do MTG. O centro tem área total de 2.900m², distribuída entre térreo e mezanino e custou R\$ 2,351 milhões ao Município. O local comporta duas mil pessoas, contando com um estacionamento com 90 vagas. O espaço foi projetado para a realização de atividades relacionadas com a cultura gaúcha durante todo o ano, como feiras, bailes, festivais nativistas, leilões, exposições e acampamentos.

O espaço é de responsabilidade de uma comissão composta pela SMC, responsável pela programação, pela SMAM, responsável pelo terreno, pelo MTG e pela APERGS, mas atualmente é gerido somente pela SMAM.

Paço Municipal

Construído entre 1898 e 1901 para ser a sede da Intendência de Porto Alegre que até então não possuía sede própria, funcionava em prédios alugados no centro da cidade. José Montaury de Aguiar Leitão, eleito em 1897 pelo Partido Republicano Rio-grandense, assume o compromisso de construir uma sede própria. Entre as primeiras providências estão o aterro da Doca do Carvão e a venda de terrenos da municipalidade para angariar recursos.

O projeto - encomendado ao Engenheiro Oscar Muniz Bittencourt - foi submetido, devido ao centralismo do Governo do Estado, a Júlio de Castilhos, que não o aprova, encarregando o arquiteto João Antônio Luiz Carrara Colfosco, italiano de Veneza, para desenvolver novo projeto. O prédio do Paço Municipal traduz o gosto pela monumentalidade e pela suntuosidade eclética vigorantes no Rio Grande do Sul no período positivista. Em um pavimento localizam-se os gabinetes do prefeito e do vice-prefeito. Em outro, as pinacotecas Rubem Berta e Aldo Locatelli, antes sediadas no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs), além do auditório e a galeria dos ex-prefeitos. O porão passou a abrigar os Memoriais do Paço e da Cidadania, proporcionando aos visitantes o encontro da atmosfera da velha intendência municipal com as luzes e as cores do presente. O porão, espaço até então praticamente desconhecido da população, foi resgatado, ocupando um lugar nobre no

Paço Municipal. É onde se localiza o marco zero da cidade. O edifício foi tombado pelo município em 21 de novembro de 1979.

Rede Municipal de Ensino de Educação Infantil

A Rede Municipal de Ensino possui 34 Escolas Municipais de Educação Infantil de tempo integral e sete Jardins de Praça que oferecem Educação Infantil nos turnos da manhã e da tarde. Além desse atendimento em escolas exclusivamente infantis, as quatro escolas de Educação Especial e outras 29 de Ensino Fundamental também oferecem turmas de jardim. Ao todo, 5.757 crianças de 0 a 5 anos são atendidas em escolas próprias do município.

Rede Municipal de Ensino de Fundamental

A rede é composta por 54 escolas de ensino fundamental, que atendem crianças de 6 a 14 anos que frequentam à escola pelo o tempo de duração de nove anos. A proposta pedagógica está organizado em três ciclos e visa a respeitar o ritmo, o tempo, as experiências e as características da faixa etária dos alunos, facilitando a continuidade de suas aprendizagens durante os três anos de cada ciclo. O ensino é ofertado em quatro áreas do conhecimento: Expressão, Ciências, Educação Física e Artes, Pensamento Lógico-Matemático. É ofertado também o Complemento Curricular, também no turno inverso, como Teatro, Música e Artes Plásticas, Informática, Língua Estrangeira, Letramento. Nas escolas existem as Coordenações Culturais que são responsáveis pela ampliação da participação dos alunos/as e da comunidade nos eventos culturais da cidade.

Rede Municipal de Ensino de Médio

Somente são duas escolas, EMEM Emílio Meyer e EMEB Liberato Salzano Vieira da Cunha, com os cursos de Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico nas áreas de Informática Educativa, Administração – Marketing e Gestão de Recursos Humanos, Contabilidade e Desenvolvimento de Software. Ambas as escolas oferecem, além desses cursos, o Curso Médio Modalidade Normal, criado para atender a demanda de formação de educadores populares que trabalham com o Mova e com os demais programas de alfabetização de jovens e adultos – PROAJA, bem como com as creches comunitárias, projetos vinculados à SMED , além de oficinas abertas para a comunidade, como Informática, Dança, Teatro, Cerâmica, Papel reciclado, Auxiliar Administrativo, Música, Desenho e Robótica.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Município de Porto Alegre, teve seu início no ano de 1989. Tem o objetivo geral Promover a escolarização dos jovens e adultos que

não tiveram acesso ou não tiveram oportunidade de continuar os estudos do ensino fundamental e médio na idade própria favorecendo a reflexão sobre a cidadania. A EJA funciona à noite nas 35 escolas da Rede Municipal de Porto Alegre. O Centro Municipal de Educação do Trabalhador (CMET) Paulo Freire oferece EJA nos três turnos, além de atender o Projeto Compartilhar (turmas de extensão para os funcionários da Prefeitura).

Educação Especial

São quatro escolas com educação especial e com ciclos de formação de alunos de 6 a 21 anos e mais uma Escola de Surdos bilíngue, LIBRAS - como a primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua.

Memorial da Câmara Municipal de Vereadores

O Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre é responsável pela elaboração, desenvolvimento e realização de projetos na área de história política do Legislativo Municipal. A organização de eventos culturais, agendados pela Mesa Diretora e pelos Vereadores, também faz parte dos trabalhos desenvolvidos. Tem como missão propagar a cultura e a história do legislativo de Porto Alegre, recuperando, divulgando e disponibilizando o conhecimento amplo e irrestrito à comunidade porto-alegrense através de seu acervo e de suas atividades educacionais. O Memorial conta com dois espaços: Sala da Administração do Memorial, no térreo, onde se desenvolve o processo de organização, arquivamento e pesquisa dos acervos do Memorial da Câmara Municipal e o Laboratório de Preservação do Acervo Documental da CMPA, no térreo, onde documentos de importância para a história da Câmara Municipal e da cidade de Porto Alegre são recuperados, visando à preservação da memória do Município.

Museu Itinerante Memória Carris

O Museu Itinerante Memória Carris abriga a história da Cia. desde 1989, levando para escolas e eventos da cidade suas memórias, assim como a sua relação com o desenvolvimento urbano da capital gaúcha. O ônibus que abriga o Museu é um modelo monobloco da Mercedes-Benz, ano 1984, e sua estrutura é a monumentalização de um período da história dessa empresa, bem como de Porto Alegre. Está desativado.

Galeria de Arte do DMAE

O Centro Histórico-Cultural Antônio Klinger Filho, mais conhecido como Galeria de Arte do DMAE, abriga em seus espaços exposições de Arte Contemporânea entre outras atividades culturais e educativas. Foi inaugurado em 1986 nos jardins da Hidráulica Moinhos de Vento, onde antes abrigava um dos reservatórios d'água para o abastecimento de Porto Alegre. Por essa razão, a Galeria possui uma estrutura arquitetônica diferenciada, tornando

seus 16 pilares e um pé-direito de mais de 3,80m de altura, um grande desafio criativo.

Centro Esportivo e Cultural Bom Jesus

Inaugurado no dia 30 de setembro de 2012, o Centro Esportivo e Cultural Bom Jesus (CECBJ) é um espaço sob a coordenação da SMJ. O Centro oferece aos moradores da região atividades de esporte, educação, cultura e lazer. As atividades são realizadas para toda a comunidade e incluem academia para a 3ª idade, caminhada orientada, ginástica, alongamento, dança, capoeira, aulas de futebol e multiesportes (oficinas de vôlei, basquete, pingue-pongue etc.).

Telecentros

Coordenados pela SMDHID, os Telecentros Digitais de Cidadania são de acesso público à informática, ou seja, locais de livre acesso equipados com microcomputadores com uma série de softwares instalados, conectados à Internet, que podem ser utilizados pelos usuários para acessar páginas da web, correio eletrônico, produzir trabalhos e documentos, desenvolver estudos e pesquisas, bem como capacitar-se através dos cursos e oficinas oferecidos. No Telecentro você encontra informação, conhecimento, qualificação profissional e cultura por meio da tecnologia digital. O Programa de Inclusão digital visa garantir à população o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, através dos recursos tecnológicos das redes de computadores. Os Telecentros estão sendo instalados em diversas regiões do Município de Porto Alegre. Seu objetivo é possibilitar ao cidadão, especialmente o de baixa renda, o livre acesso às tecnologias de informação e comunicação. E em função dessa iniciativa, muitos usuários terão a oportunidade de usufruir os inúmeros benefícios ligados ao uso dos recursos digitais, melhorando sua condição de vida.

Ginásio Tesourinha

Espaço coordenado pela SME tem atividades para adultos e idosos como Alongamento, Caminhada Orientada, Capoeira, Dança, Ginástica Chinesa e Localizada, Grupo de Convivência, Kung Fu, Musculação, Tai Chi e Yoga, e para crianças e adolescentes: Basquete, BrinquEsporte, Futsal, Ginástica Artística, Handebol e Vôlei.

Ginásio Municipal Lupi Martins

Espaço coordenado pela SME tem atividades para crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Ônibus Brincalhão

Criado em 1998, o ônibus é um projeto em parceria com a Carris. O Brincalhão é um dos muitos programas de recreação da SME. É um ônibus adaptado, com brinquedos, jogos e outros equipamentos, que funciona como uma "brinquedoteca" itinerante. A iniciativa tem por objetivo atender o público infantil em eventos recreativos de associações de moradores, entidades assistenciais, escolas públicas, creches comunitárias da rede municipal.

Unidades de Conservação Ambiental de Porto Alegre

- Parque Saint'Hilaire - sob coordenação da SMAM, tem o nome em homenagem ao biólogo francês, que esteve no Brasil em 1820, Augustin François Cesar Provensal Saint'Hilaire, estudioso que contribuiu para os estudos da flora e da fauna no Rio Grande do Sul. A história do parque confunde-se com a utilização da área. Criado oficialmente em 1947, como Jardim Botânico Municipal, foi enquadrado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2003, pelo decreto 14.289, passando a ter a denominação Parque Natural Municipal Saint'Hilaire. O parque está inserido na área de domínio da Mata Atlântica, a segunda maior floresta em diversidade biológica e também a segunda mais devastada do planeta, sendo considerado área prioritária para conservação da biodiversidade. O parque é um refúgio para a vida silvestre da região metropolitana, com uma biodiversidade composta por 12 espécies de mamíferos, 47 de répteis, 23 de anfíbios e 14 espécies de peixes. Conta com quatro canchas de bocha, três quadras de vôlei, quatro de futebol de campo, três de futebol society e duas quadras de futebol de salão, além de 120 churrasqueiras. A entrada é gratuita.
- Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger - inaugurada em 1975 tem uma variedade de ambientes do local, com matas ciliares, banhados, juncais, matas de restinga, maricazais, vassourais e campos arenícolas, contribuiu também para variedade de espécies de flora e fauna, permitindo o crescimento de mais de 300 espécies vegetais nativas e um número muito superior de espécies animais. Mais de 120 espécies de aves nativas já foram registradas na reserva, inclusive migratórias. Os banhados e juncais servem como verdadeiros berçários para muitos organismos aquáticos como peixes, anfíbios e moluscos. Já nas elevações arenosas podemos encontrar os ovos de tartaruga e de lagartos. Além da conservação dos ecossistemas e suas espécies, a Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger dá suporte a atividades de pesquisa científica e educação ambiental.
- Parque Natural do Morro do Osso – o Morro do Osso, com 143m de altura, faz parte da cadeia dos morros graníticos existentes em Porto Alegre e localiza-se próximo à margem do Lago Guaíba. Possui 220 hectares de área natural e constitui-se num importante reduto biológico, praticamente isolado pela urbanização dos bairros Tristeza, Ipanema, Camaquã e Cavalhada, adjacentes ao morro. Do alto do morro tem-se uma das vistas mais belas do município, com o Lago Guaíba, o Delta do

Jacuí, os morros Santa Tereza, Teresópolis, Agudo, da Tapera, das Abertas e o da Ponta Grossa. Parte do Morro do Osso constitui-se no Parque Natural do Morro do Osso, com área de 127 hectares, inaugurado em 1979.

Parques

Porto Alegre possui nove parques urbanos, administrados pela SMAM. As atividades programadas de esporte, cultura e lazer são coordenadas pela SME. São eles: *Marinha do Brasil*, nos bairros Menino Deus e Praia de Belas; *Chico Mendes*, no bairro Jardim Leopoldina; *Maurício Sirotsky Sobrinho* (Harmonia), no bairro Centro Histórico; *Farroupilha* (Redenção), entre os bairros Bom Fim, Cidade Baixa e Farroupilha; *Gabriel Knijnik*, no bairro Nonoai; *Marechal Mascarenhas de Moraes*, no bairro Humaitá; *Moinhos de Vento* (Parcão), no bairro Moinhos de Vento e *Parque Alemanha* (Germânia), no bairro Passo d'Areia. Existem ainda parques de menor porte, administrados pela SME como o *Tamandaré*, no bairro Petrópolis, o *Araribóia*, no bairro Jardim Botânico; *Ramiro Souto*, parque esportivo no interior do Parque Farroupilha; o Parque Tenístico *José Montauray*, no bairro Moinhos de Vento; o *Alim Pedro*, no bairro IAPI, entre outros.

Praças

Porto Alegre possui 608 praças urbanizadas, ocupando uma área total superior a quatro milhões de metros quadrados. A primeira praça urbanizada que se tem registro é a praça Brigadeiro Sampaio, em 1865, no Centro Histórico da cidade. A manutenção e a qualificação dessas áreas, a cargo da Secretaria do Meio Ambiente (SMAM) é uma premissa da qualidade de vida na cidade e preocupação constante da prefeitura.

Praças do Esporte e da Cultura (PEC) – projeto idealizado pelo governo federal, dentro do Eixo Comunidade Cidadã do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, em 2010, tem como objetivo de promover a cidadania e reduzir a pobreza. Atualmente, o projeto adquiriu nova titulação passando a se chamar CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados. As ações previstas, nestes espaços, são nas áreas de cultura, esporte, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. Em Porto Alegre serão dois projetos, um na Lomba do Pinheiro e outro na Restinga.

Biblioteca Roberto Xavier

Localizada na Av. Carlos Gomes, 2120, térreo, a Biblioteca Roberto Xavier é administrada pela SMAM. Tem como missão dar suporte à pesquisa, a estudos e a projetos preservando a memória institucional, além de acompanhar os avanços na área de Ciências Ambientais, adotando uma postura pró-ativa de antecipação das necessidades dos usuários. Seu acervo é especializado em Ciências Ambientais, com enfoque em arborização urbana, áreas verdes (histórico de praças e parques), desenvolvimento sustentável, direito

ambiental, educação ambiental, fauna, gestão ambiental, história de Porto Alegre, impacto ambiental, jardinagem, legislação ambiental, paisagismo, poluição (ar, água, solo, sonora e visual), resíduos sólidos, unidades de conservação, vegetação. Possui também literatura brasileira e estrangeira. Possui um acervo de aproximadamente 12.220 volumes de livros técnico-científicos, além de documentos institucionais, periódicos, multimeios (fitas VHS, CD-ROM, discos sonoros, DVDs), normas técnicas, cartazes, fotografias, mapas, folhetos e plantas. A Videoteca conta com 301 fitas VHS produzidas na Smam, oriundas de instituições ou doadas por usuários. Disponibilização das obras na biblioteca virtual.

Biblioteca Ecológica Infantil Maria Dinorah

Localizada dentro do Parque Moinhos de Vento, é administrada pela SMAM. Tem a missão de promover a consciência ecológica no público infanto-juvenil, através de atividades de incentivo à leitura, de oficinas de literatura e educação ambiental. O seu acervo é constituído por livros de literatura infantil em geral, didáticos e materiais lúdicos. Entre os três mil volumes, incluem-se livros didáticos, literatura infanto-juvenil e gibiteca, disponíveis para consulta e empréstimo. Realiza atividades culturais com escolas como saraus, leituras dirigidas, eventos comemorativos, visitas de escolas e trilhas ecológicas no parque. Disponibilização das obras na biblioteca virtual.

Anfiteatro Pôr-do-Sol

O Anfiteatro Pôr do Sol é um espaço para espetáculos e outros eventos a céu aberto e gratuitos. Localizado no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, junto ao Lago Guaíba, o anfiteatro foi inaugurado no dia 13 de maio de 2000. Com capacidade para aproximadamente 70 000 pessoas, seu nome foi escolhido por votação popular. Entre os principais eventos realizados no local, estão as três edições do Fórum Social. O Anfiteatro é administrado pela SMAM.

Mercados, Feiras e Briques

Coordenados pela Secretaria da Produção, Indústria e Comércio, compreendem o Mercado Público Central, Mercado do Bom Fim, lojas do Viaduto Otávio Rocha, Chalé da Praça XV, Abrigo dos bondes da Praça XV, Abrigo Parobé, Brique da Redenção, Brique de Sábado, Brique do Gasômetro, Feiras de Artesanato, Feiras Modelos, Feiras Ecológicas, Mercadão do Produtor e Hortomercados.

- *Mercado Público Central* - Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre, o Mercado Público foi inaugurado em 1869 para abrigar o comércio de abastecimento da cidade. Tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre em 1979, o Mercado Público sofreu três incêndios (1912, 1976 e 1979) e resistiu à grande enchente de 1941. Além de oferecer bons produtos, procurando praticar uma boa política de preços, o Mercado Público também atua como espaço para manifestações culturais e

comunitárias. O Mercado é referência cultural, política, social e econômica do Estado. Possui hoje 111 estabelecimentos, que oferecem produtos regionais, produtos naturais, especiarias e alguns itens que o porto-alegrense só encontra no Mercado Público Central.

- *Mercado Bom Fim* - funciona com 24 permissionários, entre bares, floriculturas, delicatessen, petshop, artesanato, tabacaria, sorveteria, cafeteria e loja de fotografia. Possui uma loja de produtos da comunidade indígena gaúcha, que vende artesanato dos povos Caingangues e Mbyá Guaranis. A SMIC mantém no local a loja Etiqueta Popular, que vende produtos como artesanato, confecções e alimentos produzidos por artesãos locais. O Mercado também abriga uma loja do Escritório de Turismo da Prefeitura de Porto Alegre.
- *Viaduto Otávio Rocha* - começou a ganhar vida em 1914 e foi tombado pelo município em 1988. O primeiro Plano Diretor da cidade previu a necessidade de abertura de uma rua para ligar as zonas leste, sul e central de Porto Alegre, até então isoladas pelo chamado "morrinho". As escavações que rebaixaram o morro e permitiram a construção do Viaduto tiveram início com o plano de embelezamento da cidade. Possui 34 lojas de diversas atividades, como lancherias, artesanato, discos e fitas, serviço de fotocópias, produtos para mágicos, relojoeiro, lotérica, artigos religiosos, barbearia, material fotográfico, uma loja da Agadisc, com CDs independentes de músicos gaúchos, e uma loja da Etiqueta Popular, projeto da SMIC de incentivo ao comércio de artesanato e confecções locais.
- *Chalé da Praça XV* - O Chalé, fabricado em estrutura de aço desmontável, madeira e vidro, foi inaugurado em 1885. Além de ser o local ideal para descanso depois de um dia de trabalho, lembrava a Alemanha, sendo a numerosa colônia alemã sua principal frequentadora. Em 1909, foi construído um "pavilhão restaurant" em substituição ao velho Chalé. Em 1911, o poder público municipal reconstruiu o prédio. A segunda reforma aconteceu em 1971, após um incêndio. Já em precárias condições de conservação, em 19 de setembro de 1997, foi revogado o Contrato de Permissão de Uso. Em 1998, o Chalé foi tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal, o que fortaleceu os propósitos de sua conservação. Hoje, após obras de ampliação, o Chalé tem capacidade para 310 pessoas, incluindo a parte externa, sendo especializado nas culinárias regional e internacional.
- *Abrigo da Praça XV* - O abrigo de bondes da Praça XV de Novembro foi construído em duas etapas. No início da década de 30, junto à rua José Montauray, foi construído um abrigo pela Cia. Carris Porto-Alegrense. Em 1935, o abrigo foi prolongado numa extensão de 38m (ala voltada para o edifício Delapieve). O Abrigo atendia aos usuários das linhas de bondes Floresta e Independência, com acesso pelo lado voltado para a Praça XV, e a linha para a Cidade Baixa e Partenon pela ala do Edifício Malakof. Servia como ponto de confluência e traslado. Atualmente, o Abrigo da Praça XV possui 26 estabelecimentos, sendo a maioria lancherias.
- *Abrigo Parobé* - Construído sobre a antiga praça que deu origem ao nome,

completamente destruída por uma grande enchente ocorrida em 1941, está localizado no Centro da cidade, quase ao lado do Mercado Público Central, no início da avenida Voluntário da Pátria. O Abrigo da Praça Parobé foi construído em 1935, pelo então intendente Alberto Bins, com finalidade de atender aos usuários das linhas de bonde Navegantes e São João. No local, funcionam atualmente oito estabelecimentos, na sua grande maioria voltados para o comércio de lanches rápidos a preços populares.

- **Brique da Redenção** - Um dos pontos mais tradicionais e visitados de Porto Alegre, a feira é realizada todos os domingos, na avenida José Bonifácio, no Parque Farroupilha, das 9h às 18h. No local, o público encontra artesanato em diversas matérias-primas, como couro, prata, fios, madeira, resina, ferro, gesso, vidro e porcelana. O segmento das antiguidades é ideal para colecionadores que procuram peças e objetos raros. No setor de artes plásticas, são comercializadas telas, caricaturas, xilogravuras e esculturas. O segmento de gastronomia oferece lanches rápidos e integrais, como quibe, pastéis, biscoitos, empadas e sucos diversos, além de produtos embalados, como mel e bolachas caseiras. O Brique da Redenção começou em março de 1978 com o nome de Mercado de Pulgas, sendo formado inicialmente por 40 expositores de antiguidades. Em 1982, surgiu a Feira de Artesanato do Bom Fim e o Arte na Praça. Atualmente, são 180 expositores de artesanato, 70 de antiguidades, 40 de artes plásticas e 10 de gastronomia. Mais informação em www.briquedaredencao.com.br
Brique de Sábado (Feira de Artesanato) – A feira é realizada no mesmo espaço do Brique da Redenção, no canteiro central da Avenida José Bonifácio, entre a Rua Vieira de Castro e Rua Santa Teresinha, das 14h às 18h. Ao todo são 60 expositores. Somente artesanato local. Mais informação em www.briquedesabado.com.br
- **Brique do Gasômetro** – Realizado no passeio público ao lado da Usina do Gasômetro. Todos os domingos das 9h às 18h. São 55 expositores com artigos que vão do artesanato a produtos industrializados.
- **Feira de Natal do Bom Fim** - Organizada pelas associações de Artesãos do Brique da Redenção e do Brique de Sábado, com apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio da Smic, é realizada uma semana antes do Natal, das 15h às 22h. Tem cerca de 300 expositores.
- **Feiras de Artesanato** - A Divisão de Fomento ao Artesanato da SMIC realiza 10 feiras do setor em Porto Alegre, sem contabilizar as feiras esporádicas vinculadas à datas especiais, entre elas a Feira de Artesanato da Tristeza, oficializada em 2011, que acontece aos sábados, na Praça Comendador Souza Gomes; e a Feira de Variedades da Zona Sul, que ocorre aos sábados, no Centro de Eventos Ver. Ervino Besson, ambas com aproximadamente 50 expositores.
- **Feiras Ecológicas** - Originadas a partir da extinta Coolméia - cooperativa criada no final dos anos 70, que reunia inicialmente consumidores interessados em produtos integrais e orgânicos, e posteriormente, passou a incentivar a produção desses produtos pelos agricultores - as feiras ecológicas oferecem produtos diretamente dos produtores da

área rural de Porto Alegre e do interior do Estado para comercialização direta ao consumidor. As feiras ecológicas vendem apenas produtos hortigranjeiros e agroindustrializados sem agrotóxicos, pesticidas e substâncias sintéticas. Os agricultores que trabalham nessas feiras estão sendo qualificados também para atender as exigências da legislação sanitária vigente. As Feiras Ecológicas também estão sendo regulamentadas e em breve os produtos orgânicos de Porto Alegre receberão um selo de origem controlada.

FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS

A Matriz FOFA, aqui utilizada, é um instrumento metodológico para análise de organizações que se propõe a planejar, diagnosticando sua situação e preparando propostas de ações estratégicas.

Consiste em identificar os fatores positivos e negativos que interferem nos objetivos ou na missão da organização, classificando-os em internos e externos. Os fatores internos são classificados como *Forças* (ou fortalezas) e *Fraquezas*. São aqueles fatores controláveis pelo ator que planeja, estando sob sua responsabilidade. Os fatores externos são classificados como *Oportunidades* e *Ameaças*. São aqueles decorrentes do ambiente ou de outros atores sociais, não estando sob responsabilidade da organização.

A partir da compreensão desses fatores, estabelece-se um planejamento visando maximizar as FORTALEZAS, combater as FRAQUEZAS, aproveitar as OPORTUNIDADES e evitar as Ameaças.

Forças	Oportunidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. Institucionalidade das políticas culturais: Órgão gestor exclusivo de cultura consolidado; Legislação cultural abrangente, pioneira em alguns casos; Conselho de cultura atuante, com maioria da sociedade civil, fiscalizando as políticas públicas; Fundos de cultura consolidados, alguns com participação social na decisão da destinação dos recursos, via editais. 2. Pioneirismo no planejamento do desenvolvimento urbano. 3. Pioneirismo na mobilização pela proteção do patrimônio cultural e ambiental. 4. Existência de Observatório de Cultura e Núcleo de Economia Criativa. 5. Programas e projetos em diversos segmentos culturais integrados ao calendário de eventos do Município, com dotação orçamentária assegurada; além de suplementar o orçamento através de convênios com entidades governamentais e privadas. 6. Descentralização da cultura presente em todas as regiões da cidade. 7. Oferta de ações formativas em todos os segmentos da Cultura. 8. Fundos de Fomento em atividade, gerando oportunidades para produção e pesquisas, com processos transparentes de escolha. 9. Mapeamentos realizados nas áreas da Dança, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Capoeira e Casas de religião afro; 10. Existência de iniciativas culturais conveniados com o Ministério da Cultura. 11. Tradição e pioneirismo na mobilização para atividades culturais e participação social, com oito conferências realizadas. 12. Pioneirismo na criação do Sistema Municipal de Cultura. 13. Pioneirismo na criação da Lei do Livro e Leitura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cidade é reconhecida por revelar artistas de renome nacional, com destaque para a música, literatura e artes cênicas. 2. Proximidade cultural e geográfica com os países do Prata, facilitando trocas culturais com o MERCOSUL. 3. Condição de capital do estado e visibilidade para atrair recursos dos sistemas de incentivo fiscal estadual e federal. 4. Tradição em produção intelectual (jornalismo, academia) e artística (literária, musical, etc.) de qualidade. 5. Diversidade cultural em função da formação multiétnica da população. 6. Consumo cultural acima da média nacional. 7. Tradição no empreendedorismo inovador, com pioneirismo nos campos da literatura, música e audiovisual. 8. Presença de institutos universitários no campo das artes, com qualidade reconhecida e pesquisa acadêmica.

Fraquezas	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Escassez de recursos orçamentários (menos de 1% do orçamento municipal) 2. Escassez de recursos para manutenção do patrimônio cultural público. 3. Escassez de recursos para manutenção e reequipamento dos equipamentos culturais públicos. 4. Qualidade limitada dos serviços oferecidos pelos equipamentos públicos, demandando investimentos adicionais por parte dos usuários para viabilizar a produção de espetáculos. 5. Inexistência de incentivo fiscal em nível municipal para a cultura. 6. Inexistência, escassez ou desorganização dos dados para o dimensionamento da cultura local. 7. Inexistência de monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações culturais. 8. Falta de capacitação para a concepção e desenvolvimento de projetos e captação de recursos. 9. Falta de agilidade na liberação dos recursos orçamentários. 10. Escassez de espaços físicos qualificados para o desenvolvimento de ações e projetos. 11. Falta de qualificação permanente para um melhor atendimento aos usuários e público em geral. 12. Falta de investimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação, para a qualificação da gestão e serviços aos usuários. 13. Política de imagem e comunicação institucional pouco desenvolvida. 14. Dificuldades de interlocução entre os diversos órgãos municipais, dificultando a troca de informação e a otimização dos recursos 15. Transversalidade entre a SMC e outras pastas para desenvolvimento de projetos culturais, fortalecida pelo Modelo de Gestão adotado pelo Município. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grande parcela da população excluída do consumo/participação cultural. 2. Desigualdade social que se reflete nos hábitos culturais: convivem no mesmo espaço urbano os mais sofisticados e personalizados produtos e serviços culturais (conteúdos para computadores e dispositivos móveis) com aqueles mais padronizados e massivos (rádio, TV aberta e jornais populares). 3. Centralização geográfica dos principais equipamentos e da oferta cultural. 4. Escassez de recursos para manutenção do patrimônio cultural privado. 5. Patrimônio edificado ameaçado de desaparecimento por pressão do mercado imobiliário. 6. Incipiente organização da sociedade civil no campo das artes. 7. Baixa sustentabilidade das iniciativas privadas e comunitárias. 8. Público consumidor conhece ou aprecia pouco a produção local. 9. Alto custo dos produtos culturais. 10. Conservadorismo estético. 11. Escassez de oportunidades de formação em gestão cultural. 12. Relevância da cultura para o desenvolvimento pouco reconhecida: peso político reduzido nos programas do Município. 13. Sentimento de fraca integração à cultura brasileira. 14. Pouca integração entre instituições de ensino (em qualquer nível) e de cultura. 15. Dificuldades legais para o setor público na contratação de pessoal e serviços ou aquisição de materiais, ocasionando problemas com manutenção de equipamentos e descontinuidade na oferta de serviços. 16. Falta capacitação em concepção e desenvolvimento de projetos e captação de recursos 17. Escassez de espaços físicos qualificados para desenvolver ações e projetos culturais. 18. Baixa oferta formativa nos diversos segmentos da cultura 19. Falta de mecanismos de apoio e incentivo à participação de artistas e pesquisadores em eventos externos.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

PROCESSO DE ELABORAÇÃO

No ano de 2011, a Prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Cultura, e o Governo Federal, através do Ministério da Cultura, assinaram o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura. Este instrumento surgiu num momento de pactuação nacional, para a concretização do Sistema Nacional de Cultura; e simultaneamente local, envolvendo todos os atores sociais na definição dos rumos da política cultural, nas três instâncias de governo, em sintonia com o Plano Nacional de Cultura.

Para a elaboração do Plano Municipal de Porto Alegre, o município assinou também um Termo de Cooperação com o MinC e a Universidade Federal da Bahia, responsável por consultoria técnica para a construção dos Planos Municipais de 20 cidades contempladas num primeiro projeto piloto. As atividades relacionadas a este projeto, executadas durante o primeiro semestre de 2012, compreenderam o planejamento, discussão e capacitação para a elaboração participativa do Plano. Foi realizado um amplo diagnóstico da realidade local, com o auxílio dos gestores da SMC e demais órgãos municipais que possuem transversalidade com a cultura. O Conselho Municipal de Cultura ficou responsável por mapear os fatos da comunidade cultural. Também foram pesquisadas a legislação e a história da cultura e da gestão cultural local.

O lançamento do Plano Municipal de Cultura, no dia 5 de julho de 2012, foi um primeiro marco visível deste processo. A partir desta validação, o segundo semestre de 2012 foi o momento de sistematização dos eixos, objetivos gerais e específicos e ações, num trabalho “exaustivo”, que chegou a contar com encontros quase diários.

Durante o processo de sistematização, o Grupo Executivo procurou sintetizar as proposições das oito conferências municipais de cultura, terminando por agrupá-los em sete grandes eixos: I. Da Gestão Pública; II. Da Infraestrutura; III. Do Patrimônio Cultural; IV. Do Desenvolvimento sustentável; V. Do Acesso à Cultura e a Diversidade Cultural; VI. Da Formação Cultural e VII. Da Participação social. Essa classificação tomou como referências, além do Plano Nacional de Cultura, os objetivos da SMC, fixados pela Lei 6099-88; e a *Agenda 21 da Cultura*.

O resultado deste trabalho inicial foi então encaminhado para avaliação, complemento e validação do Conselho Municipal de Cultura, sendo posteriormente submetido à IX Conferência Municipal de Cultura e a consulta pública, realizada através da Internet. O conteúdo resultante, que apresentamos a seguir, foi novamente aprovado pelo CMC, e entregue ao Prefeito Municipal para formalização de Projeto de Lei, a ser enviado ao Poder Legislativo, ainda em 2013.

DIRETRIZES

1. CONSIDERAR a cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável, juntamente com os eixos ambiental, social e econômico.
2. RECONHECER a autonomia e a diversidade cultural dos bairros, garantindo o desenvolvimento cultural em sua totalidade territorial.
3. INCENTIVAR as conexões entre o patrimônio cultural e natural.
4. INCLUIR questões de gênero e etnia nas políticas culturais.
5. RESPEITAR e FORTALECER a participação popular no processo de tomada de decisões relativas à ação cultural pública, nas instâncias e foros instituídos e legitimados pela população.
6. PRIORIZAR as estratégias de descentralização nas políticas públicas de cultura
7. PROPICIAR a acessibilidade física e comportamental à cultura, de forma inclusiva.
8. GARANTIR a execução do Plano Municipal de Cultura em todas as suas instâncias, com os registros de sua elaboração e implementação acessíveis ao público, com vistas ao seu acompanhamento.
9. AUMENTAR a participação da cultura nas políticas de atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social.
10. FORTALECER a transversalidade da cultura com a educação, fortalecendo a escola como espaço cultural.
11. ASSEGURAR a participação da Secretaria Municipal de Cultura no planejamento e realização de grandes eventos.
12. DESENVOLVER bases legais, administrativas, técnicas e políticas para a preservação do patrimônio cultural, visando à educação, democratização do acesso e o uso sustentável.
13. PROMOVER de forma participativa o mapeamento, identificação e documentação do patrimônio cultural imaterial.
14. GARANTIR as condições socioambientais necessárias à produção, reprodução e transmissão dos bens culturais de natureza imaterial, provendo a defesa dos direitos a eles associados.
15. RECONHECER e VALORIZAR as culturas populares e de povos originários e comunidades tradicionais.
16. AMPLIAR os investimentos para a preservação do patrimônio cultural material e imaterial.
17. PRIORIZAR o interesse público e a proteção do patrimônio cultural nas políticas de patrocínio para equipamentos e programas culturais do Município.
18. GARANTIR a não privatização dos espaços culturais públicos (equipamentos culturais, parques, praças, largos, ruas e afins), pelo desenvolvimento de políticas culturais continuadas.
19. FOMENTAR a economia criativa como base da sustentabilidade local, promovendo o turismo cultural, principalmente na região do Centro Histórico.
20. FOMENTAR o intercâmbio com países latino-americanos, atendendo à diversidade cultural.
21. RECONHECER e ESTIMULAR o protagonismo das mulheres na área da produção e difusão cultural.
22. GARANTIR as modificações necessárias no Sistema Municipal de Cultura, de acordo com as orientações do Sistema Nacional de Cultura.
23. PENSAR a cidade e PLANEJAR o seu desenvolvimento considerando o uso de seus espaços públicos para manifestações culturais.
24. CONSIDERAR a cultura como um instrumento de paz e convivência.

EIXOS, OBJETIVOS E AÇÕES

O conteúdo que segue tem como origem as resoluções aprovadas em oito conferências municipais de cultura, realizadas em Porto Alegre desde 1995, as quais foram sistematizadas pelo Grupo de Trabalho constituído entre Conselho e Secretaria Municipal de Cultura, e ratificadas pelo Conselho em dezembro de 2012.

Posteriormente, o texto recebeu contribuições da IX Conferência Municipal de Cultura, realizada nos dias 3-4 e 10 de agosto; e da consulta pública realizada através do site <http://pmcportoalegre.com.br>, ao longo do mês de agosto de 2013, novamente organizadas pelo Grupo de Trabalho. As ações em negrito receberam indicativo do Grupo e do Plenário do CMC como prioritárias para o estabelecimento de metas e eventual inclusão no próximo Plano Plurianual (2018-2021). Para a indicação, foram considerados os seguintes critérios: propostas mais completas e detalhadas; recorrentes em resoluções de várias conferências; e alinhadas com metas do Plano Nacional de Cultura. O GT fixou um limite máximo de cinco metas por Eixo, totalizando 35, sendo um máximo de 12 destas metas específicas para propostas setoriais.

EIXO 1. GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA

“Fortalecer a função do Estado na institucionalização das políticas culturais; intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao campo cultural; consolidar a execução de políticas públicas para cultura”. (Plano Nacional de Cultura)

A Lei 12.343/2010, ao implementar o Plano Nacional de Cultura, estabeleceu como competências do poder público, nas três esferas de governo:

I - Formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano;

II - Garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Nacional de Cultura e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;

III - Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;

IV - Proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;

V - Promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural; a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais; e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;

VI - Garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

VII - Articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras;

VIII - Dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura brasileira no exterior, promovendo bens culturais e criações artísticas brasileiras no ambiente internacional; dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do País;

IX - Organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;

X - Regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais brasileiros com o objetivo de reduzir desigualdades sociais e regionais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico;

XI - Coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e também para os demais campos de manifestação simbólica identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindiquem a sua estruturação nacional;

XII - Incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura, por meio de ações próprias,

parcerias, participação em programas e integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Objetivo Geral 1. FORTALECER O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Objetivo Específico 1.1. Consolidar a legislação cultural

Ações

- 1.1.1 **CRIAR** lei para obrigar a realização de pesquisas arqueológicas prévias em terrenos de grandes obras na cidade.
- 1.1.2 **INCLUIR**, no formato de emenda, projetos de arte pública como o Espaço Urbano/Espaço Arte e “Praça das Artes”, para comercialização de artes visuais, no plano urbanístico da cidade.
- 1.1.3 **CRIAR lei que garanta o ensino da dança no currículo das escolas públicas municipais. (segmento dança)**
- 1.1.4 **ALTERAR** o Art. 1º da Lei Complementar 380, de 01/07/1996, retirando a palavra OU, do E/OU para que os centros comerciais a partir de determinada área tenham um cinema E um teatro em cada centro comercial.

Objetivo específico 1.2. Modernizar e reestruturar a gestão pública da cultura da Secretaria Municipal da Cultura

Ações

Sobre o Plano Municipal de Cultura

- 1.2.1 **GARANTIR a execução orçamentária sem contingenciamento do Plano Municipal de Cultura contemplado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA), anualmente. (GT)**

Sobre a Estrutura administrativa

- 1.2.2 **APERFEIÇOAR** a integração das ações realizadas pela Secretaria Municipal da Cultura ao Novo Modelo de Gestão Pública do Município.
- 1.2.3 **AVALIAR e ATUALIZAR o organograma e as funções das coordenações e assessorias da Secretaria Municipal da Cultura, buscando maior convergência com a terminologia do Sistema Nacional de Cultura e Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. (Região Sul)**
- 1.2.4 **CRIAR** a Coordenação de Economia da Cultura, Economia Solidária da Cultura e Economia Criativa.
- 1.2.5 **CRIAR** um departamento para manter e zelar pelos monumentos de arte pública da cidade.
- 1.2.6 **REALIZAR concursos para provimento imediato de Técnicos em Cultura nas diversas áreas da SMC e de Instrutores para o Atelier Livre, criando novos cargos quando necessário. (GT)**
- 1.2.7 **FORTALECER** a estrutura da EPAHC, criando cargos e repondo servidores, recursos materiais e financeiros.

- 1.2.8 **NOMEAR** no mínimo um arquivista por órgão municipal, para implementação e pleno funcionamento do programa de gestão documental.
- 1.2.9 **EFETIVAR** o concurso público para contratação de professores de música para escolas.
- 1.2.10 **GARANTIR a manutenção e funcionamento do Observatório da Cultura, para a realização de pesquisas e levantamentos de dados sobre a cultura local, incluindo cadastro dos artistas, espaços, grupos, entidades, rádios comunitárias e demais recursos culturais, acessível via Internet, a fim de apoiar a implementação do Plano Municipal de Cultura. (GT, Região Sul)**
- 1.2.11 **CRIAR** os subsistemas setoriais de cultura.
- 1.2.12 **Vincular** o artesanato à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, através de uma coordenação específica.
- 1.2.13 **DENOMINAR** a atual Assessoria de Nativismo e Tradicionalismo como Assessoria de Tradição e Folclore na SMC.

Objetivo específico 1.3. Promover a transversalidade na gestão e nas ações da Secretaria Municipal de Cultura, articulando a cooperação entre órgãos e governos, nos âmbitos internacionais, da União, do Estado e com outros municípios, sobretudo da região metropolitana.

Ações

- 1.3.1 **REGULARIZAR a situação das quadras e espaços de escolas de samba e blocos de Carnaval. No caso imperativo de necessidade de remoção, promover ampla discussão com as comunidades afetadas sobre a relocação nas imediações. Além disso, prover as mesmas condições dos investimentos em benfeitorias. (Região Norte, Região Eixo Baltazar)**
- 1.3.2 **CRIAR** parceria com a Secretaria Municipal da Educação para aquisição de livros de autores locais para bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, estimulando os autores locais.
- 1.3.3 **INCENTIVAR** projetos na área da musicoterapia e atividades musicais voltadas à promoção da saúde, em parceria com instituições do setor.
- 1.3.4 **IMPLEMENTAR** o Centro de Referência do Negro – CRN, oferecendo oficinas e atendimento em serviços culturais, assistenciais, sociais, comunitários e festejos populares de matriz africana.
- 1.3.5 **DESAFETAR o Centro de Eventos da Cultura Gaúcha, incluindo terreno e as dependências da Secretaria Municipal do Meio Ambiente para a Secretaria Municipal da Cultura, rescindindo o contrato atual (registrado sob nº 29.794 na Procuradoria Geral do Município) e abrindo nova licitação que restaure seu caráter original de equipamento cultural da tradição gaúcha, garantindo o protagonismo do conselho gestor. (Segmento Folclore)**
- 1.3.6 **OFERECER** oficinas de danças, poesias, culinária, trovas, lides campeiras da tradição na Casa do Gaúcho.
- 1.3.7 **CRIAR** o Museu da Indústria na Zona Norte - berço industrial, em parceria com a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.
- 1.3.8 **CONSTITUIR transversalmente, manter e promover o Escritório de Promoção e**

Apoio ao Audiovisual (PoA *Film Commission*). (segmento audiovisual)

- 1.3.9 RECUPERAR, junto com o governo estadual, o Centro Cultural João Cândido nos armazéns “A” no cais portuário de Porto Alegre, no local anteriormente assentado e do qual foi retirado.
- 1.3.10 DESENVOLVER projetos de cooperação entre os Centros de Tradições Gaúchas e o Município.
- 1.3.11 INCLUIR a Jornada da Visibilidade Lésbica no calendário cultural do Município, apoiando sua realização.
- 1.3.12 Proporcionar espaço e infraestrutura para apresentações circenses nas diferentes regiões. (Região Norte, Região Eixo Baltazar)**
- 1.3.13 Criar programas de intercâmbio artístico cultural, com a participação de artistas locais, enfatizando parcerias com cidades-irmãs, para fomentar a difusão e a diversidade das artes e produção cultural.
- 1.3.14 EFETIVAR parcerias com universidades para realização de projetos culturais para a preservação, conhecimento e interação das diversas manifestações culturais, destacando as das comunidades tradicionais e vulnerabilizados, nos diversos suportes de suas expressões.

Objetivo específico 1.4. Ampliar o fomento, diversificando as fontes de recursos.

Ações:

Orçamento Público

1.4.1 GARANTIR o aumento progressivo dos recursos orçamentários da Cultura em 0,28% ao ano, a fim de atingir o patamar de 2% do orçamento municipal no prazo de 4 anos. (GT, Região Cristal, Região Humaitá)

1.4.2 CRIAR uma rubrica para as atividades circenses no orçamento da cultura.

Leis, Editais e Fundos

1.4.3 REAVALIAR e ampliar a política de Editais, concursos e prêmios da Secretaria Municipal da Cultura.

1.4.4 AMPLIAR os recursos destinados aos fundos Funcultura, FUMPAHC e Fumproarte.

1.4.5 REFORMULAR e COLOCAR em funcionamento a lei municipal de incentivo fiscal à cultura (LC 283/92).

1.4.6 GARANTIR que a execução orçamentária do edital do Fumproarte seja, conforme a lei que o criou, de valor idêntico à do Funcultura.

1.4.7 AMPLIAR o Programa de Fomento ao Trabalho Continuado em Artes Cênicas (Lei 10.742/09) para todas as áreas.

1.4.8 MANTER e INVESTIR no projeto Usina das Artes. (segmento dança)

1.4.9 Criar editais específicos de Prêmio para fomentar a estruturação necessária às atividades dos Pontos de Memória e Museus Comunitários.

1.4.10 CRIAR edital específico para o segmento danças urbanas.

Recursos para Infraestrutura

1.4.11 CRIAR dotação orçamentária para criação, manutenção e qualificação dos

Centros Culturais e Casas de Cultura. (Fundações e entidades)

- 1.4.12 DESTINAR verbas para aquisição de obras nos acervos de arte de Porto Alegre.
- 1.4.13 CRIAR e MANTER bibliotecas, “salas verdes” e demais espaços de leitura através de recursos públicos em todas os bairros da cidade.
- 1.4.14 CRIAR dotação orçamentária para atualização de acervo e outras necessidades das bibliotecas públicas comunitárias, pontos de leitura, salas verdes, garantindo participação de autores e editores locais.
- 1.4.15 AMPLIAR a dotação orçamentária para as ações da descentralização da cultura.

Recursos para Projetos

- 1.4.16 AMPLIAR os investimentos em todas as festas populares e religiosas de grande importância econômica e cultural (Farroupilha – acampamento e desfile temático, Festa dos Navegantes, Festa de Oxúm, Procissão do Morro da Cruz, Carnaval, Festa da Consciência Negra e Festa de São Jorge) nos aspectos de comunicação, estrutura e logística, para promover o turismo cultural na cidade.
- 1.4.17 Criar um programa de patrocínio junto à SMC para projetos e equipamentos culturais públicos, possibilitando uma gestão mista e contrapartidas para a sociedade.

EIXO 2. INFRAESTRUTURA CULTURAL

“Criar, manter e administrar os equipamentos e os espaços culturais do Município”. (Lei Municipal 6.099/88, Art. 3º, inc.VII)

Este eixo trata dos espaços e equipamentos públicos ou privados que oferecem bens e serviços culturais à população. Seu foco é a criação, manutenção e gestão dos equipamentos e espaços culturais do Município, visando à sua ampliação, qualificação e ampla distribuição territorial para a inclusão social e a sustentabilidade a longo prazo, assegurando a fruição cultural às futuras gerações.

Para tanto, é fundamental fortalecer parcerias entre o poder público nos diversos níveis, a sociedade civil organizada, artistas, produtores e empresários. Devem ser incorporadas às inovações e tecnologias recentes, inclusive para a criação de redes que favoreçam a diversificação da oferta e a ampliação dos circuitos de distribuição. É fundamental também aprimorar a gestão dos equipamentos e seus acervos, buscando torná-los acessíveis.

A instalação de novos equipamentos deve priorizar regiões socialmente vulneráveis, degradadas ou estratégicas para o desenvolvimento da cidade, contribuindo para a qualificação de sua urbanização e tendo em vista a integração com atividades educativas, de esporte e lazer.

Objetivo Geral 2: QUALIFICAR A INFRAESTRUTURA CULTURAL

Objetivo específico 2.1. Implantar equipamentos culturais novos ou readequar espaços disponíveis para esta finalidade, em todos os bairros.

Ações

Centros culturais

- 2.1.1 **CRIAR e IMPLANTAR Centros de Referência Cultural Comunitários, voltados às diversas expressões culturais e linguagens artísticas, inclusive as manifestações populares, em todas as regiões, que atuem como núcleos de criação, pensamento e pesquisa, na realização de seminários, preservação da memória e valorização das tradições e culturas locais. Para isso, no curto prazo, aproveitar os espaços sociais e comunitários disponíveis. (GT)**
- 2.1.2 **CRIAR e IMPLANTAR Centros Culturais com gestão Comunitária, em todas as regiões do OP, priorizando aqueles já aprovados na Plenária Temática da Cultura: Lomba do Pinheiro; Partenon - “Vermelhão”, Cristal - “Clube de Mães”; Humaitá - “Ferrinho”; Região Leste - “Celeste”. Para isso, aproveitar, no curto prazo, os espaços de associações comunitárias e outros equipamentos sociais e comunitários disponíveis em cada localidade e, em longo prazo, tendo por meta a construção de Casas de Cultura, em cada uma das regiões, contemplando espaços diversos para atividades culturais como salas adaptadas para cinema, apresentações de música, dança e teatro, biblioteca e sala de leitura, espaço para oficinas de artes. (GT, Região Cristal, Região Humaitá)**
- 2.1.3 **CONCLUIR, MANTER e PROGRAMAR o Complexo Cultural do Porto Seco, garantindo o uso continuado de suas instalações para finalidades culturais e sociais; com recursos humanos e financeiros para sua manutenção; e com a**

implantação de biblioteca comunitária e estúdio de som.

2.1.4CRIAR editais específicos para os quatro elementos da cultura hip-hop: graffiti, Rap, B-Boy e DJ e para iniciativas do quinto elemento, o conhecimento. (Região Centro)

Pontos de Cultura

2.1.5ADERIR ao Programa Cultura Viva, firmando convênio com o Ministério da Cultura para a implantação da Rede Municipal de Pontos de Cultura, priorizando as regiões onde não existam, destinando como contrapartida os recursos previstos no Plano Plurianual, criando mecanismos de avaliação continuada das atividades dos Pontos.

Espaços culturais especializados

2.1.6CRIAR e manter a Companhia Municipal de Dança de Porto Alegre, atendendo aos diversos gêneros, com admissão de profissionais mediante concurso público. (GT, segmento dança)

2.1.7CONSTRUIR, reformar e adequar os espaços públicos culturais com infraestrutura arquitetônica própria à dança e às artes cênicas e circenses, inclusive com equipamentos aéreos, respeitando as especificidades dessas atividades. (Região Nordeste)

2.1.8CRIAR um centro de cultura de matriz africana.

2.1.9CRIAR centro de cultura ambiental e urbano.

2.1.10CRIAR o Instituto Municipal do Livro.

2.1.11CRIAR estúdio de som na Lomba do Pinheiro.

2.1.12CRIAR um parque temático de referência tradicionalista, para fins de turismo cultural, em atendimento às leis 8.681/2000 e 11.309/2012. (GT, Segmento Folclore)

2.1.13ESTUDAR a viabilidade de adequação dos espaços naturais das pedreiras para Conchas acústicas e espaços culturais.

2.1.14CONCLUIR o Teatro Elis Regina da Usina do Gasômetro.

2.1.15AMPLIAR o Museu de Porto Alegre, com a construção do prédio Anexo, conforme projeto existente.

2.1.16CONCLUIR as obras da Cinemateca Capitólio prevendo a contratação de recursos humanos, fornecedores, programação e manutenção, contemplando a midiateca que reúna e disponibilize a produção audiovisual na cidade, com acesso universal. (Fundações e entidades)

2.1.17CONTRUIR ou ADAPTAR espaço público com infraestrutura adequada para receber grandes companhias de danças, circo e teatro, bem como para desenvolver aulas públicas, oficinas e apresentações dessas modalidades artísticas.

2.1.18EQUIPAR centros Culturais comunitários com espaços e recursos para formação em danças comunitárias e populares.

2.1.19Desapropriação da área do antigo lixão da Olaria, no Jardim Urubatã, para torná-lo um Parque de Rodeios e Eventos na Região.

2.1.20Continuação da construção do Piquete do Orçamento Participativo no Acampamento Farroupilha;

2.1.21Implementar a casa do hip-hop de Porto Alegre

Museus

- 2.1.22CRIAR o Museu de Arte de Porto Alegre, para abrigar e disponibilizar o acervo da Pinacoteca, incorporando um Centro de documentação em artes, com catálogos, vídeos, CDs, DVDs, à disposição da comunidade.
- 2.1.23CRIAR o Museu Açoriano de Porto Alegre.
- 2.1.24CRIAR o Museu da Cultura Indígena.
- 2.1.25CRIAR o Museu da Imagem da Capoeira.
- 2.1.26CRIAR o Museu do Carnaval. (Região Centro)**
- 2.1.27Apoiar a criação do MUSA – Museu das Águas de Porto Alegre, em parceria com os demais secretarias e departamentos da Prefeitura envolvidos no processo.

Bibliotecas

- 2.1.28CRIAR biblioteca comunitária em todas as regiões, preferencialmente com bibliotecárias da comunidade e contemplando a aquisição de acervo para constituí-las. (GT, Região Norte, Região Eixo Baltazar, Região Cristal, Região Humaitá)**
- 2.1.29CRIAR Biblioteca pública municipal infanto-juvenil e brinquedoteca.
- 2.1.30CRIAR banca de leitura no Mercado Público.
- 2.1.31CRIAR biblioteca das danças abertos à comunidade com livros, videoteca, hemeroteca, arquivos, etc.

Objetivo específico 2.2. Qualificar a gestão técnica e financeira e assegurar a manutenção e melhoria dos espaços culturais, existentes ou que venham a ser criados.

Ações

- 2.2.1MODERNIZAR o funcionamento das instituições públicas detentoras de acervos artísticos e documentais.
- 2.2.2INVESTIR na modernização, aquisição e manutenção dos equipamentos de som, luz e multimídia dos espaços culturais municipais.
- 2.2.3MANTER em boas condições os equipamentos próprios de som, luz e projeção, para atender eventos nos bairros da cidade, bem como DISPONIBILIZAR técnicos(as) em som e iluminação para essas atividades.
- 2.2.4EXPANDIR, MODERNIZAR e INFORMATIZAR as bibliotecas municipais, conectando-as em rede com as demais (públicas, privadas e comunitárias) e outros espaços de leitura, através de um portal único e climatizando-as para melhor conservação do acervo.
- 2.2.5PROMOVER eventos reunindo a rede de espaços de leitura, visando maior integração.
- 2.2.6IMPLANTAR o sistema de vigilância pessoal e eletrônica permanente nos espaços expositivos e reserva técnica do acervo artístico da PMPA.
- 2.2.7CRIAR mais praças públicas, especialmente em bairros mais densos e desprovidos desse tipo de área, e dotá-las de equipamentos de lazer e cultura, de acordo com consulta pública junto à população dos bairros que as rodeiam.

- 2.2.8 ASSEGURAR a pluralidade nos editais de ocupação dos espaços públicos, buscando o equilíbrio entre as diversas manifestações artísticas.
- 2.2.9 REVITALIZAR os espaços públicos, através de arte de rua e artes visuais (grafite) em praças e prédios.
- 2.2.10 CONCLUIR a reforma das instalações do Atelier Livre.
- 2.2.11 MANTER na sala 209 o projeto Usina das Artes e o uso de todas as linguagens artístico-culturais, mediante edital.
- 2.2.12 MANTER a Companhia de Arte, garantindo o espaço para criação e produção de trabalhos artísticos e apoiando a sua gestão.
- 2.2.13 AMPLIAR as atividades culturais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho, com especial atenção à população do entorno.
- 2.2.14 REGULARIZAR os espaços já ocupados pelos Centro de Tradições Gaúchas, Departamentos de Tradições Gaúchas e piquetes para revitalização cultural.
- 2.2.15 REALIZAR ações culturais no Centro Popular de Compras (Camelódromo).
- 2.2.16 UTILIZAR os terminais de ônibus para atividades artístico-culturais.
- 2.2.17 Qualificar a infraestrutura e recursos do Centro Cultural James Kulisz.
- 2.2.18 MAPEAR os espaços subsidiados pela Prefeitura, dando transparência aos critérios de seleção, fiscalizando sua atuação conforme esses critérios.
- 2.2.19 Mapear e divulgar os serviços culturais existentes nas regiões.

EIXO 3. PATRIMÔNIO CULTURAL

“Preservar a herança cultural de Porto Alegre por meio de pesquisa, proteção e restauração do seu patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico e do resgate permanente e acervamento da memória da cidade” (Lei Municipal 6.099/88, Art. 3º, inc.III)

Constituem o Patrimônio Cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade porto-alegrense, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebração, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições.

Objetivo geral 3: Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial

Objetivo específico 3.1. Garantir a preservação do patrimônio cultural

Ações

- 3.1.1. **APERFEIÇOAR** a legislação municipal para proteção do patrimônio edificado
- 3.1.2. **PROTEGER** as Áreas de Interesse Cultural (AIC) e Áreas de Ambiência Cultural (AAC), estabelecendo diretrizes adequadas, respeitando as convenções internacionais e de boas práticas profissionais nas áreas afins.
- 3.1.3. **RECUPERAR e VALORIZAR espaços construídos, reforçando os laços de identidade da população com a cidade. (GT)**
- 3.1.4. **INCENTIVAR** a participação do Município na preservação de acervos particulares, quando de notório interesse público.
- 3.1.5. **RESTAURAR e PRESERVAR as obras de arte pública. (GT)**
- 3.1.6. **CRIAR** cursos para a apreciação, preservação e conservação da arte pública.
- 3.1.7. **OFERECER** cursos de patrimônio cultural e memória em espaços adequados como telecentros, pontos de cultura, associações comunitárias, entre outros, por meio de acesso aos museus, arquivos, bibliotecas, galerias e sites específicos.
- 3.1.8. **Oferecer incentivo fiscal para investimentos em preservação e restauro de bens tombados e inventariados. Criar incentivos simbólicos, como reconhecimento público, divulgação e premiação a proprietários que preservem de forma especial o patrimônio histórico. (GT)**
- 3.1.9. **IDENTIFICAR, REGULARIZAR e APOIAR** a manutenção dos microespaços, como terreiros e demais espaços apropriativos das comunidades.
- 3.1.10. **CRIAR** um centro municipal de restauração de obras artísticas com vistas a promover o desenvolvimento de projetos de restauração de acervos arquivísticos, bibliográficos e museais, obras de arte pública e monumentos.

- 3.1.11.REQUISITAR, quando necessário, funcionários graduados em Arquivologia e História para o planejamento e implantação dos acervos do Município.
- 3.1.12.TOMBAR o Centro de Umbanda Reino da Mãe Oxum do Culto Africano. Apoiar o desvio da Avenida que será reestruturada para a Copa de 2014 para a permanência do centro no mesmo local.
- 3.1.13.DESENVOLVER um projeto de recuperação dos parques municipais Farroupilha e Marinha do Brasil.
- 3.1.14.REVITALIZAR o Largo Zumbi dos Palmares, em articulação com a sociedade civil, enfatizando sua identidade como ponto de referência da consciência negra e resgatar a produção da “Festa Zumbi dos Palmares” no local.
- 3.1.15.MANTER a entidade MOCAMBO para fortalecimento da memória e oralidade no atual espaço físico.
- 3.1.16.DESENVOLVER ações para a proteção do patrimônio arqueológico.
- 3.1.17.CRIAR O prêmio anual “Patrimônio Vivo”, com dotação orçamentária, que contemple artistas reconhecidos que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- 3.1.18.CRIAR um laboratório de arqueologia da cidade e mapa arqueológico, visando à pesquisa, proteção e democratização do patrimônio cultural e criação de roteiros culturais.
- 3.1.19.VALORIZAR e QUALIFICAR o COMPAHC, incluindo em sua composição, profissionais das áreas de História, Antropologia, Arqueologia, etc.
- 3.1.20.RESTAURAR e DAR uso público à Casa Godoy, prédio tombado e próprio municipal administrado pela Secretaria Municipal da Cultura. (Av. Independência 456). (GT)**
- 3.1.21.Priorizar a utilização dos prédios públicos que fazem parte do patrimônio histórico e cultural na realização das atividades administrativas do governo, quando adequados.
- 3.1.22.Garantir o cumprimento das leis de preservação contra incêndio nos equipamentos histórico e culturais, bens tombados e inventariados, seja na esfera pública ou privada. Prédios tombados e inventariados não possuem Plano Contra incêndio.

Objetivo específico 3.2. Preservar e difundir o patrimônio cultural imaterial

Ações

- 3.2.1.INSTITUCIONALIZAR a Usina do Gasômetro como um centro de referência das culturas populares.
- 3.2.2.CRIAR e MANTER espaços de preservação da memória com respeito às questões de território, identidade e grupos étnicos.
- 3.2.3.RECONHECER o tradicionalismo gaúcho e suas manifestações como patrimônio imaterial de Porto Alegre. (Segmento Folclore)**
- 3.2.4.CRIAR um fórum anual para discussão de memória e patrimônio material e imaterial da cidade.
- 3.2.5.OFERECER palestras sobre a história de Porto Alegre e seus bairros, através da Memória Cultural.
- 3.2.6.CRIAR projeto de valorização do patrimônio histórico e cultural de espaços de

ocupação afro-brasileira como terreiros, sítios arqueológicos, etc.

3.2.7.CRIAR ações e projetos para o artesanato e valorização da cultura indígena, observando as especificidades tribais. (GT)

3.2.8.RESGATAR técnicas tradicionais de produção de arte e artesanato, com seus saberes e fazeres. (GT)

3.2.9.CRIAR ciclos de debates, seminários, palestras, cursos, painéis, bem como orientações pedagógicas sobre a capoeira, hip-hop, entre outras, como patrimônio de manifestações populares da comunidade afro-brasileira.

3.2.10.CRIAR projetos de apoio à memória e preservação do segmento da dança.

3.2.11.MANTER a vinculação do Mercado Público com a identidade negra local.

3.2.12.TOMBAR como patrimônio imaterial o Grupo de Atuadores Oi Nóis Aqui outra Vez.

Festas populares

3.2.13.PRESERVAR e DIFUNDIR o conhecimento sobre as festas populares ao cidadão.

3.2.14.INCLUIR no calendário oficial de eventos o período das festas juninas

3.2.15.INCENTIVAR a caracterização gaúcha nas festas juninas.

3.2.16.CRIAR o festival das culturas populares, folclore e tradicionalismo.

3.2.17.CRIAR o “Dia Oliveira Silveira” no período da Semana da Consciência Negra de Porto Alegre.

3.2.18.OFICIALIZAR o “Dia da Consciência Negra” (20 de novembro) como feriado municipal.

3.2.19.Criação de Festa Junina Gauchesca, na Zona Sul de Porto Alegre;

Reconhecimento individual

3.2.20.RECONHECER, como patrimônio imaterial do município, pessoas cuja trajetória na produção cultural e artística seja singular e altamente relevante, conforme regulamento a ser criado.

3.2.21.PROMOVER o resgate histórico da vida e obra de cidadãos e cidadãs que militaram pela preservação da paisagem natural como cultura de vida.

3.2.22.CRIAR ações de resgate de personagens da cultura afro-brasileira.

3.2.23.PREMIAR e DIVULGAR os Mestres da Memória das culturas popular e tradicional.

Objetivo específico 3.3. Atualizar e dar prioridade ao inventário do patrimônio cultural

Ações

3.3.1.MAPEAR a evolução urbana da cidade

3.3.2.RESGATAR a memória patrimonial material e imaterial das comunidades nas diversas regiões

3.3.3.REGISTRAR e DIFUNDIR a trajetória das comunidades e registros das manifestações populares, reconhecendo a forma oral de registro da memória como fonte histórica, inclusive para a realização de inventários. (GT)

3.3.4.MAPEAR, CATALOGAR e DIGITALIZAR o acervo de imagens e audiovisual do

samba e do Carnaval.

- 3.3.5. REALIZAR pesquisas e mapeamento para preservação e valorização da memória artística e cultural, em especial dos grupos sociais vítimas de discriminação e marginalização.
- 3.3.6. MAPEAR e RESTAURAR o acervo literário oral e escrito das diversas culturas formadoras da sociedade brasileira, nos idiomas de origem africana ou na língua portuguesa, incluindo os sambas e temas de enredo de Carnaval. (Região Centro)**
- 3.3.7. PUBLICAR a História do Carnaval de Porto Alegre em livro, com reedições periódicas para atualização. (segmento música)**
- 3.3.8. CRIAR publicação que resgate a memória do “Festival de Música de Porto Alegre”. (segmento música)**
- 3.3.9. Promover a complementação do inventário do patrimônio cultural material e imaterial, de forma democrática, promovendo a participação na identificação das edificações a proteger.
- 3.3.10. CRIAR Premiação específica para a preservação da memória cultural dos mestres da oralidade, fazeres e saberes.
- 3.3.11. FORTALECER a estrutura da EPAHC, criando cargos e repondo servidores, recursos materiais e financeiros.
- 3.3.12. RECONHECER o bairro Cidade Baixa como patrimônio cultural municipal
- 3.3.13. TOMBAR como patrimônio cultural a Chaminé da Olaria, no Jardim Urubatã.
- 3.3.14. APOIAR o processo de reconhecimento dos territórios indígenas e comunidades tradicionais, garantindo o desenvolvimento humano e sócio biodiversidade local
- 3.3.15. GARANTIR o registro, nas respectivas certidões e declarações dos imóveis inventariados ou tombados nos órgãos competentes, em todas as esferas, com prazo determinado, conforme determina a Lei Complementar 601/2008.
- 3.3.16. PROMOVER a complementação do inventário do patrimônio cultural material e imaterial, de forma democrática, otimizando e oportunizando a participação social na identificação das edificações a proteger.

Objetivo específico 3.4. Qualificar a gestão documental (Decreto 16.798/2010).

Ações:

- 3.4.1. IMPLEMENTAR o Sistema de Arquivos de Porto Alegre - SIARQ-POA (Decreto 16.798).
- 3.4.2. PROPORCIONAR o amplo acesso ao acervo arquivístico municipal.
- 3.4.3. REALIZAR a integração da informação entre a SMC e demais órgãos da Prefeitura.
- 3.4.4. INSTRUMENTALIZAR o acervo da fototeca do Museu Joaquim Felizardo.
- 3.4.5. IMPLEMENTAR um sistema informatizado de gerenciamento arquivístico de documentos natos digitais no âmbito do Município.

EIXO 4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento sócio-econômico. Promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura. Induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais.” (Plano Nacional de Cultura)

A cultura faz parte da dinâmica de inovação social, econômica e tecnológica. Da complexidade do campo cultural derivam distintos modelos de produção e circulação de bens, serviços e conteúdos, que devem ser identificados e estimulados, com vistas na geração de riqueza, trabalho, renda e oportunidades de empreendimento, desenvolvimento local e responsabilidade social. Nessa perspectiva, a cultura é vetor essencial para a construção e qualificação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Objetivo geral 4: FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SÓCIO-ECONÔMICO e AMBIENTAL, EM TODOS OS BAIRROS DA CIDADE, COM O INTUITO DE CONSOLIDAR A ECONOMIA CRIATIVA.

Objetivo específico 4.1. Incentivar o mercado cultural sustentável.

Ações:

- 4.1. 1. MAPEAR a cadeia produtiva da cultura. (GT)**
- 4.1. 2. REALIZAR uma pesquisa de mercado cultural para quantificação do potencial econômico. (GT)**
- 4.1. 3. CRIAR uma incubadora para apoio ao empreendedorismo cultural. (GT)**
- 4.1. 4. CRIAR linha de microcrédito para a cadeia produtiva da música, através de parcerias.
- 4.1. 5. CRIAR uma agência de projetos, oferecendo capacitação e consultoria permanente para formatação de projetos e captação de recursos. (GT)**
- 4.1. 6. REALIZAR encontros de negócios para promover a integração da cadeia produtiva do audiovisual e a realização de coproduções.
- 4.1. 7. APOIAR estabelecimentos comerciais e associativos tais como bares, restaurantes e casas noturnas que desenvolvam atividades artísticas e culturais, especialmente em zonas de interesse cultural, com incentivos fiscais e maior agilidade na formalização e regularização dos empreendimentos junto a outros órgãos do Município, sem prejuízo ao atendimento das normas trabalhistas, ambientais e de segurança.
- 4.1. 8. CRIAR a Feira Internacional de Arte de Porto Alegre.
- 4.1. 9. CRIAR um programa municipal de turismo cultural sobre a tradição e folclore com a criação de uma comissão receptiva para turistas e visitantes.
- 4.1. 10. Garantir a participação de artistas profissionais e palestrantes locais nos eventos

promovidos ou financiados pelo poder público.

- 4.1. 11. Criar um birô de projetos dentro da SMC, para prospecção de financiamento de linhas de crédito em fundos e instituições estaduais, federais e internacionais.
- 4.1. 12. Criar um espaço central para encontros semanais de dançarinos, bem como para a comercialização de produtos produzidos pelos mesmos para geração de renda.
- 4.1. 13. CRIAR Parada turística obrigatória nos Pontos de Cultura, Pontos de Memória e Museus Comunitários, Pontos de Leitura de Porto Alegre onde conhecerão as linguagens culturais desenvolvidas e a gastronomia, com resgate de saberes e fazeres ancestrais, além do artesanato criativo e solidário.
- 4.1. 14. ADQUIRIR mudas e sementes de espécies nativas compatíveis com a biodiversidade local e recursos naturais para o desenvolvimento do artesanato indígena e fitoterapia
- 4.1. 15. OTIMIZAR a utilização dos resíduos naturais das podas realizadas pelas Secretarias de Meio Ambiente, para que sejam reaproveitados pelos artesãos, incentivando o cultivo e a sustentabilidade de plantas, que são matérias-primas para o artesanato, como o Agave, conforme a Lei Federal 9.456/1997- Lei de Proteção de Cultivares.

Objetivo específico 4.2. Revitalizar espaços e regiões urbanas degradados ou em processo de degradação econômica e ambiental, por meio da cultura.

Ações:

- 4.2. 1. INCENTIVAR o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) e distritos ou territórios criativos. (GT)**
- 4.2. 2. CONVERTER espaços ociosos públicos ou privados, mediante eventuais parcerias, para usos artísticos, culturais e educacionais.
- 4.2. 3. CRIAR feiras culturais regionais periódicas, de acordo com as características sociais e econômicas de cada região.
- 4.2. 4. GARANTIR espaço público para mostra e comercialização da produção artística e cultural local no Cais do Porto, inclusive através de editais.
- 4.2. 5. MAPEAR a rede de espaços culturais reconhecidos, para criar um calendário artístico alternativo.

Objetivo específico 4.3. Promover a condição profissional e qualidade de vida dos artistas e demais trabalhadores da cultura.

Ações:

- 4.3. 1. INCLUIR remuneração condizente com o ramo artístico para artistas amadores ou profissionais, produtores e técnicos selecionados em editais.
- 4.3. 2. ELIMINAR o ISSQN sobre prestação de serviços culturais. (GT)**
- 4.3. 3. APOIAR a Casa do Artista Rio-Grandense, para que desenvolva atividades culturais, buscando a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

EIXO 5 – ACESSO E DIVERSIDADE CULTURAL

Valorizar a diversidade cultural. Proteger e promover as artes e expressões culturais. Universalizar o acesso à arte e à cultura. Qualificar ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público. Permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural. (Plano Nacional de Cultura)

A formação sociocultural do Brasil é marcada por encontros étnicos, sincretismos e mestiçagens. É dominante, na experiência histórica, a negociação entre suas diversas formações humanas e matrizes culturais no jogo entre identidade e alteridade, resultando no reconhecimento progressivo dos valores simbólicos presentes em nosso território. Não se pode ignorar, no entanto, as tensões, dominações e discriminações que permearam e permeiam a trajetória do País, registradas inclusive nas diferentes interpretações desses fenômenos e nos termos adotados para expressar as identidades.

A diversidade cultural no Brasil se atualiza – de maneira criativa e ininterrupta – por meio da expressão de seus artistas e de suas múltiplas identidades, a partir da preservação de sua memória, da reflexão e da crítica. As políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para reconhecer, valorizar, proteger e promover essa diversidade.

Esse planejamento oferece uma oportunidade histórica para a adequação da legislação e da institucionalidade da cultura brasileira de modo a atender à Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, firmando a diversidade no centro das políticas de Estado e como elo de articulação entre segmentos populacionais e comunidades nacionais e internacionais.

O acesso à arte e à cultura, à memória e ao conhecimento é um direito constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a formação da subjetividade e dos valores sociais. É necessário, para tanto, ultrapassar o estado de carência e falta de contato com os bens simbólicos e conteúdos culturais que as acentuadas desigualdades socioeconômicas produziram nas cidades brasileiras, nos meios rurais e nos demais territórios em que vivem as populações.

É necessário ampliar o horizonte de contato de nossa população com os bens simbólicos e os valores culturais do passado e do presente, diversificando as fontes de informação. Isso requer a qualificação dos ambientes e equipamentos culturais em patamares contemporâneos, aumento e diversificação da oferta de programações e exposições, atualização das fontes e canais de conexão com os produtos culturais e a ampliação das opções de consumo cultural doméstico.

Faz-se premente diversificar a ação do Estado, gerando suporte aos produtores das diversas manifestações criativas e expressões simbólicas, alargando as possibilidades de experimentação e criação estética, inovação e resultado. Isso pressupõe novas conexões, formas de cooperação e relação institucional entre artistas, criadores, mestres, produtores, gestores culturais, organizações sociais e instituições locais.

Estado e sociedade devem pactuar esforços para garantir as condições necessárias à realização dos ciclos que constituem os fenômenos culturais, fazendo com que sejam disponibilizados para quem os demanda e necessita.

Objetivo geral 5. GARANTIR A TODA A POPULAÇÃO O ACESSO À FRUIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

Objetivo específico 5.1. Incentivar a produção artística local.

Ações:

Formação de público

- 5.1. 1.RETOMAR e VALORIZAR o Festival de Música de Porto Alegre, promovendo ações descentralizadas (oficinas, shows e debates) em espaços como parques, escolas, centros comunitários e equipamentos culturais públicos, contemplando a diversidade de gêneros musicais, agregando artistas profissionais e amadores e promovendo a interação e o intercâmbio de artistas locais com artistas de outros estados do Brasil e da América Latina. (GT, segmento música)**
- 5.1. 2.CRIAR projeto de formação de público, para interagir com o artista e despertar interesse nas diversas áreas culturais, com acesso gratuito, por meio de lona itinerante

Grandes eventos

- 5.1. 3.GARANTIR a realização dos seguintes salões e mostras de artes visuais: Salão da Câmara de Porto Alegre, conforme Lei nº 6.152/1988; Salão de Desenho Infantil, conforme Lei nº 9.649/2004; Salão do Jovem Artista, conforme Decreto Nº 5.385/1975 e a Mostra de Arte da Pessoa Portadora de Deficiência, conforme Lei nº 7.783/1996, visando incentivar a produção artística local. (GT)**
- 5.1. 4.CRIAR um Salão de Gravura com periodicidade bienal, com prêmios de aquisição nacional e internacional.
- 5.1. 5.CRIAR um Salão de Arte, com periodicidade bienal, com premiação de aquisição.
- 5.1. 6.REALIZAR o Festival de Arte da Cidade nos Bairros
- 5.1. 7.RETOMAR o Festival de música regionalista “Laçador do Canto Nativo de Porto Alegre”. (segmento música)**
- 5.1. 8.REALIZAR encontros temáticos internacionais de cultura.
- 5.1. 9.REALIZAR encontros culturais de arte com temática de matrizes étnicas.
- 5.1. 10.CRIAR o Rodeio Crioulo e Artístico de Porto Alegre em parceria da Secretaria Municipal da Cultura com o Movimento Tradicionalista Gaúcha. (Segmento Folclore, segmento música)**
- 5.1. 11.CRIAR um encontro anual de fotografia, como era realizada a “Semana da Fotografia”
- 5.1. 12.POTENCIALIZAR a “Semana da Capoeira” com a mostra de cânticos de Capoeira para talentos e novos talentos da área expressarem músicas regionais.
- 5.1. 13.CRIAR condições p/participação dos artistas circenses em festivais e convenções.
- 5.1. 14.Promover encontros culturais de arte com a temática de mulheres, feminismo e gênero.
- 5.1. 15.Apoiar e fortalecer o Encontro de Percussão de Porto Alegre (PercPoA), disponibilizando local adequado e equipamento cultural de apoio, bem como subsídios necessários a sua realização.
- 5.1. 16.Elaborar, em parceria com o Gabinete do Povo Negro e as entidades que representam a comunidade cultural negra, um prêmio que contemple projetos nas áreas de artes visuais, circo, dança, música, teatro e preservação da memória, direcionados especificamente ao povo negro.
- 5.1. 17.Elaborar, em parceria com a Coordenação Municipal da Mulher e as entidades civis que representem os interesses das mulheres, um prêmio que contemple projetos nas áreas de artes visuais, circo, dança, música, teatro e preservação da memória, direcionados especificamente às mulheres.

Projetos setoriais

- 5.1. 18. CRIAR o projeto “Fotos no Ônibus”, a exemplo do já existente “Poemas no Ônibus e no Trem”.
- 5.1. 19. AMPLIAR as ações culturais que valorizem e propiciem contato com o Lago Guaíba, a exemplo do extinto Projeto “Por do Sol”.
- 5.1. 20. INCENTIVAR a realização e as atividades dos blocos de rua e comunitários do carnaval da cidade.
- 5.1. 21. PROMOVER a dança, criando e ampliando programas de apoio à manutenção das companhias e grupos independentes.
- 5.1. 22. APOIAR os grupos de pagode, hip hop, teatro amador e todos os gêneros artísticos, em sua diversidade cultural.
- 5.1. 23. FOMENTAR o artesanato local produzido em madeira, metal, couro, reciclagem de materiais industrializados.
- 5.1. 24. CRIAR ações e projetos de fomento ao artesanato indígena.
- 5.1. 25. ASSEGURAR a manutenção e regularização do Grupo Experimental de Dança e Escola Livre de Dança.

Prêmios

- 5.1. 26. INCREMENTAR os prêmios literários da SMC, com maior premiação e ampliação das edições e tiragens.
- 5.1. 27. Criar um prêmio da cultura feminista na cidade de Porto Alegre.
- 5.1. 28. **CRIAR a categoria de jovens talentos regionais no programa música dos Gaúchos. (segmento música)**

Objetivo específico 5.2. Promover a acessibilidade física e atitudinal (Lei Federal 10.098/2000)

Ações:

- 5.2. 1. **DOTAR os equipamentos culturais públicos de acessibilidade, por meio de rampas, banheiros adaptados e elevadores. (GT)**
- 5.2. 2. PROPORCIONAR oficinas e cursos artísticos para inclusão dos PCDs em conjunto com os demais.
- 5.2. 3. CRIAR uma contrapartida nos projetos aprovados no município para terem intérpretes de libras e áudio-descrição.

Objetivo específico 5.3. Incentivar e promover diversificadamente a circulação da produção cultural

Ações:

- 5.3. 1. DESCENTRALIZAR as ações de leitura em todas as regiões.
- 5.3. 2. CRIAR parcerias com os ateliês de arte.
- 5.3. 3. **PROMOVER e dar visibilidade aos resultados das oficinas da Descentralização da Cultura, através de intercâmbio, mostras, exposições e outros meios, a serem**

realizados em equipamentos públicos da cultura em toda a cidade. (GT)

- 5.3. 4. IMPLANTAR um ônibus itinerante cultural, para percorrer as regiões da cidade, equipado com materiais e educadores.
- 5.3. 5. CRIAR ações educativas, junto ao circuito de artes com disponibilidade de ônibus para as regiões da periferia.
- 5.3. 6. CRIAR o circuito de turismo cultural nas regiões.
- 5.3. 7. CRIAR atividades de turismo cultural para as áreas de preservação ambiental, com abertura de trilhas naturais e capacitando os jovens do local para o trabalho. Tais ações não poderão ser privatizadas e devem acompanhar a criação de políticas públicas de preservação desses morros.
- 5.3. 8. CRIAR programas de editais para apoio à circulação dos músicos locais selecionados para participarem de eventos em outros estados ou países.
- 5.3. 9. CRIAR biblioteca itinerante com espaço lúdico, com acervo de todas as áreas do conhecimento e ações de fomento à leitura nas regiões.
- 5.3. 10. AMPLIAR a edição da Feira de Troca de Livros descentralizando-a nas regiões de Porto Alegre.
- 5.3. 11. RESGATAR o projeto “Trova na Lotação”.
- 5.3. 12. ADQUIRIR exemplares dos livros selecionados pelo prêmio Açorianos para as bibliotecas escolares, quando adequados ao público escolar.
- 5.3. 13. REALIZAR mostras de trabalhos produzidos nas regiões da OP nos espaços municipais de cultura.
- 5.3. 14. GARANTIR infraestrutura para intercâmbio das oficinas, criar evento de aula inaugural e manter rede integrada de visitação entre as regiões.
- 5.3. 15. PROMOVER seminários descentralizados com escritores, poetas, contadores de histórias e causos populares, valorizando a cultura local.
- 5.3. 16. CRIAR e INCENTIVAR mostras e festivais de cinema popular ao ar livre, nas praças e outros espaços da periferia.
- 5.3. 17. REALIZAR mostras de filmes “verdes” nos parques, difundindo a prática da preservação ambiental com consciência individual e coletiva.
- 5.3. 18. CRIAR o “Foto nas Telas”, entre circuitos exibidores institucionais.
- 5.3. 19. CRIAR mostra ou festival de fotografia para estudantes.
- 5.3. 20. REALIZAR anualmente festival de cinema estudantil.
- 5.3. 21. CRIAR projetos para a circulação da dança.
- 5.3. 22. CRIAR circuito de apresentação circense.
- 5.3. 23. **AMPLIAR o Porto Alegre em Cena, realizando ações descentralizadas durante todo o ano, com ingressos acessíveis e ampliando a participação de grupos teatrais locais e das oficinas da descentralização. (GT)**
- 5.3. 24. REALIZAR mostras e intercâmbios de fotógrafos e oficinairos de fotografia nos bairros.
- 5.3. 25. CRIAR um circuito itinerante de exibição de filmes nacionais em todas as regiões da cidade, com temática de consciência político-cultural, retomando o projeto “Circuito Popular de Cinema”.
- 5.3. 26. **AUMENTAR a divulgação e o número de mostras gratuitas na Sala P. F.**

Gastal. (Fundações e entidades)

- 5.3. 27.AMPLIAR as mostras e festivais audiovisuais para público em situação de vulnerabilidade social e privado de liberdade.
- 5.3. 28.CRIAR ações com linguagem do teatro com a temática de tradição e folclore.
- 5.3. 29.CRIAR projetos artísticos para o protagonismo do público idoso, com a finalidade de reintegrá-los à sociedade.
- 5.3. 30.AUMENTAR o número de selecionados e o circuito exibidor do concurso “Curta nas Telas”.
- 5.3. 31.AMPLIAR a oferta de transporte gratuito para acesso à programação cultural e eventos pré-carnavalescos.
- 5.3. 32.Motivar e divulgar a frequência à programação cultural nos bairros com publicidade pela SMC.
- 5.3. 33.GARANTIR a permanência da “Descida da Borges”, com reforço na segurança e infraestrutura, e incluir no Calendário de Eventos do Município.
- 5.3. 34.GARANTIR o uso do espaço público por artistas de rua e para manifestações culturais, alterando as Leis 10.376/2008 e 11.213/2012.
- 5.3. 35.IMPLANTAR a linha do bonde turístico no centro histórico, conforme projeto existente.

Objetivo específico 5.4. Incentivar e promover a difusão da produção cultural

Ações

- 5.4. 1.FORTALECER e MODERNIZAR a Rádio Web da prefeitura e utilizá-la para promoção da música local.
- 5.4. 2.CRIAR emissora de TV web e REVER a forma de funcionamento da rádio web, com conselhos gestores formados com participação majoritária da sociedade civil, incluindo artistas e ativistas culturais da área de mídia livre e produção audiovisual.
- 5.4. 3.AMPLIAR a divulgação dos editais do FUMPROARTE, com a realização de oficinas de formação em todas as regiões, disponibilizando as aulas em vídeos que possam ser acessados via internet.
- 5.4. 4.INCENTIVAR a criação de rádios e TVs web comunitárias, e o acesso livre e universal à internet para a fruição desses meios de comunicação.
- 5.4. 5.GARANTIR espaços na programação audiovisual da TV Câmara para veiculação de conteúdos de produção independente, incluindo aqueles produzidos em pontos de cultura e coletivos de Mídia Livre e outros movimentos sociais.
- 5.4. 6.CRIAR núcleos comunitários de comunicação com perspectiva de fornecer aparatos técnicos e instrumentais para que a sociedade construa e socialize suas produções.
- 5.4. 7.INCLUIR nos projetos de comunicação os diversos gêneros, raças e etnias, valorizando a diversidade da sociedade de Porto Alegre.
- 5.4. 8.FOMENTAR a execução de obras de artistas locais e cobertura de eventos relacionados à música , priorizando as mídias alternativas e os coletivos de comunicação.
- 5.4. 9.AMPLIAR a divulgação dos prêmios, concursos e editais em todas as áreas da SMC.
- 5.4. 10.INCLUIR nos projetos de comunicação os diversos gêneros, raças e etnias,

valorizando a pluralidade da sociedade de Porto Alegre.

- 5.4. 11. Assegurar a citação dos nomes dos autores das músicas na radio Web e outros veículos de comunicação da prefeitura, segundo a Lei 9.610/98.
- 5.4. 12. CRIAÇÃO de um prêmio para a dança com shows dos estilos que compõem as danças urbanas, dançarino, trabalho social de dança, companhia, crew ou grupo de danças urbanas.
- 5.4. 13. CONTINUAR os Seminários de vários estilos de dança contemporânea, clássica, danças urbanas com profissionais da capital, estado RS, país e exterior.
- 5.4. 14. Implementar uma programação de exibição de filmes produzidos pelas comunidades periféricas de Porto Alegre na Sala PF Gastal.
- 5.4. 15. CRIAR festivais de danças urbanas com o intuito de difundir e proporcionar intercâmbio de conhecimentos, técnicas, geração de renda, fortalecendo os estilos de danças urbanas.
- 5.4. 16. Proporcionar intercâmbios de dançarinos da capital e do estado com dançarinos do mundo com o propósito de tornar estes ativistas, produtores culturais, socioeducadores e artistas de se capacitarem trazendo profissionais e levando profissionais deste segmento.
- 5.4. 17. Fortalecer a identidade, os direitos trabalhistas e humanos dos artistas e artesãos

EIXO 6. FORMAÇÃO E PESQUISA

“Promover a educação para a cultura através de ações formativas e informativas, com vistas à participação de indivíduos e grupos no processo cultural” (Lei Municipal 6.099/88, Art. 3º, inc. II)

Para atender à crescente demanda por profissionais qualificados e especializados no setor cultural, fomentando o desenvolvimento econômico e cultural da cidade, é necessário investir na capacitação profissional de artistas, técnicos, empreendedores e gestores, dos setores público e privado, nas diversas áreas culturais. Por outro lado, os direitos de acesso e participação na cultura, estabelecidos na Constituição Federal, dependem para sua efetivação de um intenso esforço para a formação de públicos, pelo estímulo à prática artística, o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural, desde a idade escolar até os adultos.

Objetivo Geral 6. FOMENTAR A FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DAS FORMAÇÕES ARTÍSTICA E TÉCNICA PROFISSIONAL

Objetivo específico 6.1. Capacitar profissionais na área cultural

Ações:

- 6.1.1 FORMAR profissionais para gestão compartilhada dos espaços culturais descentralizados.
- 6.1.2 PROMOVER a formação profissional nas diversas áreas, investindo na remuneração, valorização do trabalho, geração de renda e orientando para a captação dos recursos. (GT)
- 6.1.3 CAPACITAR e VALORIZAR osicineiros culturais contratados pela SMC.
- 6.1.4 CRIAR centros de formação técnica nos diversos setores artístico-culturais. (GT, segmento audiovisual)
- 6.1.5 OFERECER cursos profissionalizantes para trabalhadores do Carnaval.
- 6.1.6 OFERECER capacitação de pessoas nas comunidades como brinquedistas e contadores de histórias, com a produção de material pedagógico.
- 6.1.7 PROMOVER cursos de empreendedorismo, em especial para estudantes das diferentes regiões, em diversas linguagens artísticas. (GT)
- 6.1.8 OFERECER capacitação profissional em audiovisual para adultos e jovens em todas as regiões.
- 6.1.9 CRIAR a Escola Pública Técnica do Audiovisual. (segmento audiovisual)
- 6.1.10 PROMOVER cursos para formação cultural e profissional dos músicos.
- 6.1.11 OFERECER cursos de programação visual, artes gráficas (produção de convites, folders, cartazes) nos telecentros.
- 6.1.12 FORMAR profissionais para atuar como monitores dentro dos telecentros
- 6.1.13 APOIAR iniciativas para criação das universidades do carnaval e da tradição gaúcha

- 6.1.14CRIAR um centro cenotécnico para formação em tecnologia cênica, em iluminação, sonorização, cenografia e figurino.
- 6.1.15CAPACITAR agentes culturais com o intuito de criar multiplicadores para atuarem nas diversas regiões da cidade. (Região Cristal, Região Humaitá)**
- 6.1.16CRIAR e incentivar financeiramente a rede de ensino de artes nos pontos de cultura e nas escolas, para qualificar agentes culturais e artistas com vistas a formar multiplicadores de ações culturais e educativas.
- 6.1.17CRIAR fundos de investimento ou utilizar os existentes com vistas a promover a capacitação de profissionais e trabalhadores da arte.
- 6.1.18CRIAR a Escola Técnica Municipal de Cultura, em convênio com o Ministério da Cultura, em nível profissionalizante, no intuito de formar cidadãos atuantes nas áreas das artes abrangendo várias linguagens artísticas, com intuito de profissionalizar e multiplicar através de seus alunos o conhecimento das artes. Para isso se faz necessária a elaboração de um currículo para a formação e capacitação em todas as áreas. Criar espaço físico adequado com seleção e recrutamento de pessoal capacitado para docência. (Região Cristal, Região Humaitá)**
- 6.1.19CONTEMPLAR apresentações oriundas das oficinas da descentralização da cultura nos principais eventos culturais públicos
- 6.1.20ESTABELECEER convênios entre os espaços culturais existentes e os cursos de formação profissional nas áreas técnicas que dão suporte às artes.
- 6.1.21ASSEGUARAR que todas as propostas de criação de espaços culturais contemplem a formação profissional nas áreas técnicas que dão suporte às artes.
- 6.1.22PERMITIR a participação da Ordem dos Músicos do Brasil-RS na formação e qualificação dos professores dessa área. (segmento música)**
- 6.1.23AMPLIAR a oferta de oficinas de artesanato, com espaço físico adequado e acessibilidade. (segmento audiovisual)**

Objetivo específico 6.2. Promover a formação artística

Ações:

- 6.2. 1.REALIZAR oficinas para os trabalhadores das unidades de triagem e catadores, nas diversas linguagens artísticas. (Região Centro)**
- 6.2. 2.CRIAR cursos de formação, capacitação, conscientização e preservação das culturas populares nas escolas no formato de EaD.
- 6.2. 3.CRIAR oficina de design gráfico para desenvolvimento de projetos culturais e de artes visuais.
- 6.2. 4.AMPLIAR os recursos para o Edital de bolsas de intercâmbio individual e coletivo, bem como de criação, formação e pesquisa do FUMPROARTE (“Décio Freitas”).
- 6.2. 5.AMPLIAR cursos sobre o edital e a apresentação de projetos através do site do Fumproarte.
- 6.2. 6.CRIAR cursos para qualificação dos integrantes de Comissão de Avaliação e Seleção (CAS) do FUMPROARTE.
- 6.2. 7.CAPACITAR alunos da rede municipal por meio de intercâmbio cultural, promovendo a aprendizagem lúdica, nas diversas áreas artísticas, relacionando-as com os

conteúdos do ensino formal.

- 6.2. 8.CRIAR, EQUIPAR e MANTER a Escola Pública Municipal Integral de Dança, ligada à rede do ensino público infantil, fundamental e médio, em sede própria e adequada para suas funções e ações, com direção, administração, docentes e técnicos admitidos por concurso público específico e gestão compartilhada entre sociedade civil e governo. (Região Norte, Região Eixo Baltazar, Fundações e entidades)**

Objetivo específico 6.3. Promover a formação cidadã cultural

Ações:

- 6.3.1PROMOVER a educação cultural pela transversalidade patrimonial e ambiental.
- 6.3.2CAPACITAR educandos e educadores no estudo de conteúdos e culturas populares e regionais.
- 6.3.3CAPACITAR os mediadores de leitura para produção de livros artesanais como resultado das oficinas de leitura e desenho.
- 6.3.4PROMOVER oficinas práticas, teóricas e debates públicos nas comunidades, visando à socialização dos códigos da cultura erudita.
- 6.3.5CUMPRIR as leis federais 10.639/2003 (ensino da cultura afro-brasileira) e 11.645/2008, que incluem “no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, oferecendo capacitação aos educadores sobre esses conteúdos.
- 6.3.6INCLUIR no currículo do ensino básico o ensino de linguagem audiovisual, garantindo a manutenção e ampliação do programa de alfabetização audiovisual e do Festival Escolar de Cinema.
- 6.3.7REALIZAR oficinas de audiovisual e outras linguagens para capacitação de povos indígenas, comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, ribeirinhos entre outros) e coletivos urbanos (moradores de rua, catadores de recicláveis), com foco na geração de renda. (GT)**
- 6.3.8REALIZAR palestras sobre literatura e oficinas de escrita criativa em escolas.
- 6.3.9CRIAR concursos, nas escolas, nas diversas modalidades do tradicionalismo, linguagens artísticas e manifestações populares e regionais, com premiação.
- 6.3.10GARANTIR a aplicação da Lei Federal 11.769/2008 que “altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”; Lei Estadual 13.669/2011; e Ordem de Serviço nº 2 de 15/2/2008, que determina “a criação de Centros Musicais, divididos em 8 (oito) núcleos que deverão atender todas as escolas da Rede Municipal de Ensino”.
- 6.3.11INTRODUZIR nos currículos dos cursos de cultura gaúcha, o conhecimento da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.
- 6.3.12OFERECER formação em políticas públicas, cidadania e direitos humanos.
- 6.3.13CRIAR laboratórios de novas tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública municipal.
- 6.3.14PROMOVER espaço e condições adequadas para o ensino de dança nas escolas municipais.
- 6.3.15GARANTIR a inclusão, no currículo escolar do município, dos temas da livre

- orientação sexual e violência contra a mulher (Lei Maria da Penha).
- 6.3.16 REALIZAR oficinas de politização e direitos humanos nas unidades de triagem para catadores, trabalhando em parcerias com a FASC, DMLU e SMDH.
- 6.3.17 CRIAR ateliês comunitários (tendo como modelo o Atelier Livre de Artes Plásticas), conveniados à Secretaria da Cultura, a partir da demanda específica das regiões. (Região Centro)**
- 6.3.18 CRIAR Núcleo Experimental de produção de imagens nas comunidades que demandem essas oficinas (fotografia e vídeo)
- 6.3.19 EXPANDIR a oficina de chimarrão, com ação compartilhada entre a Secretaria Municipal da Cultura e 1ª Região Tradicionalista do MTG.
- 6.3.20 GARANTIR a realização de oficinas de Capoeira nas 17 regiões, assegurando que as oficinas proporcionem resgate cultural histórico e afirmação da identidade do povo negro.
- 6.3.21 INSTRUMENTALIZAR as Oficinas de Fotografia e Vídeo.
- 6.3.22 PROMOVER oficinas de incentivo à leitura nas regiões.
- 6.3.23 CONTEMPLAR todas as modalidades musicais nas oficinas da descentralização, estendendo a sua realização ao longo de todo o ano.
- 6.3.24 APOIAR a realização de oficinas do FestiPoA Literária nas diversas regiões.
- 6.3.25 AMPLIAR e FORTALECER as oficinas de hip-hop e outras danças urbanas nas escolas e em todos os espaços culturais, priorizando as periferias.
- 6.3.26 AMPLIAR as atividades dos Campeonatos, batalhas de B-boying, B-girl e freestyle Hip-Hop dance (onde ocorrem debates e aulas de dança gratuitas), com participação de dançarinos locais e convidados.
- 6.3.27 CRIAR oficina de fabricação de instrumentos musicais nas diversas regiões.
- 6.3.28 CRIAR oficinas, palestras, exposições, cursos, concursos e demonstrações populares nos eventos como Terno de Reis, Cavalhadas, Maçambiques, etc.
- 6.3.29 CRIAR um programa de prevenção ao consumo de drogas, através da formação em audiovisual.
- 6.3.30 CRIAR o programa Jornada Cultural nas escolas, com dotação orçamentária, para estimular a prática das artes e a demanda pela cultura nas comunidades, por intermédio das comissões de cultura. (segmento audiovisual)**
- 6.3.31 Estabelecer convênio com a FASC para proporcionar oficinas de cultura para os educandos de todos os SASE.
- 6.3.32 CRIAR espaços abertos, ampliando e instrumentalizando os já existentes, para debates permanentes em dança, com periodicidade bianual, para pensá-la como estrutura de formação pedagógica, curricular, formação e capacitação de docentes.
- 6.3.33 Implantação de espaço para oficinas de arte em todos os galpões de reciclagem, consultando o Fórum de Catadores de Porto Alegre onde existe uma imensa quantidade de material que não tem valor no mercado tradicional de reciclagem mas de grande importância e valor no mercado da arte e do artesanato. Materiais para reuso, restauração e transformação.

Objetivo Específico 6.4. Estimular as pesquisas e publicações na área

artístico-cultural.

- 6.4. 1. REALIZAR, em parceria com organizações da sociedade civil, publicações sobre os temas Gênero, Raça, Etnia, Diversidade Sexual e Educação não-sexista.
- 6.4. 2. CRIAR um catálogo dos espetáculos locais de dança, circo e teatro.
- 6.4. 3. ESTIMULAR e INCENTIVAR a produção de jornais e revistas de rua (*street papers*) por e para pessoas em situação de vulnerabilidade social, em todas as regiões, em cooperação com entidades da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais formais e informais, com foco na politização, mobilização, geração de trabalho e renda, cidadania e direitos humanos. (Fundações e entidades)**
- 6.4. 4. ESTIMULAR e REALIZAR publicações de livros de literatura e poesia como consequência das ações realizadas nas oficinas de literatura da Descentralização da Cultura da SMC.
- 6.4. 5. ESTIMULAR a produção de impressos culturais privilegiando iniciativas independentes que contribuam para a regionalização e a promoção da diversidade e visibilidade de coletivos e movimentos sociais não formais. (segmento audiovisual)**
- 6.4. 6. CRIAR concursos, prêmios e publicações de pesquisas. (GT)**
- 6.4. 7. APOIAR e GARANTIR ações de formação e pesquisa em dança.
- 6.4. 8. ESTABELEECER convênio com entidades previamente cadastradas na Prefeitura para obtenção de verbas de auxílio de transporte, alimentação e materiais paraicineiros voluntários que trabalham nas comunidades carentes da cidade.

EIXO 7. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

“Estimular a organização de instâncias consultivas. Construir mecanismos de participação da sociedade civil. Ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores.” (Plano Nacional de Cultura)

O desenho e a implementação de políticas públicas de cultura pressupõe a constante relação entre Estado e sociedade de forma abrangente, levando em conta a complexidade do campo social e suas vinculações com a cultura. Além de apresentar aos poderes públicos suas necessidades e demandas, os cidadãos, criadores, produtores e empreendedores culturais devem assumir corresponsabilidades na implementação e na avaliação das diretrizes e metas, participando de programas, projetos e ações que visem ao cumprimento do PNC.

Retoma-se, assim, a ideia da cultura como um direito dos cidadãos e um processo social de conquista de autonomia, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de participação dos setores culturais na gestão das políticas culturais. Nessa perspectiva, diferentes modalidades de consulta, participação e diálogo são fundamentais para a construção e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Reafirma-se, com isso, a importância de sistemas de compartilhamento social de responsabilidades, de transparência nas deliberações e de aprimoramento das representações sociais buscando o envolvimento direto da sociedade civil e do meio artístico e cultural. Este processo vai se completando na estruturação de redes, na organização social dos agentes culturais, na ampliação de mecanismos de acesso, no acompanhamento público dos processos de realização das políticas culturais. Esta forma colaborativa de gestão e avaliação também deve ser subsidiada pela publicação de indicadores e informações do Sistema Informações Culturais – SiC-PoA.

Objetivo geral 7. FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Objetivo específico 7.1. Promover a gestão compartilhada das ações culturais públicas

Ações:

- 7.1.1 INCLUIR o Dia Nacional da Cultura (5 de novembro) e CRIAR a “Semana da Cultura” no calendário oficial da cidade, utilizando os mais diversos espaços disponíveis, de forma descentralizada, mesmo os não usados regularmente com esta finalidade. com dotação orçamentária, com no mínimo um evento em cada região.
- 7.1.2 REALIZAR a seleção e avaliação permanente dosicineiros e oficinas, inclusive das atividades de circulação, com participação da sociedade civil, por meio das organizações da área cultural.
- 7.1.3 INCENTIVAR a criação dos foruns permanentes e colegiados setoriais nas diversas áreas artísticas, com representantes dos diversos agentes da cadeia produtiva (artistas, produtores, universidades, empresas, pontos de cultura, organizações da sociedade civil, coletivos, etc.), com a função de debater e auxiliar na formulação e

acompanhamento das políticas culturais, em permanente diálogo com a Secretaria Municipal da Cultura.

7.1.4 GARANTIR a participação das entidades representativas culturais no planejamento e produção do Porto Alegre em Cena. (Fundações e entidades)

7.1.5 ESTABELEÇER diálogo entre os gestores dos equipamentos públicos culturais e as comunidades do entorno, promovendo a divulgação das ações e realização de atividades conjuntas.

7.1.6 GARANTIR a inclusão do segmento de artes visuais, na Comissão Técnica Permanente de Gerenciamento e Avaliação das Obras de Arte, Monumentos e Marcos Comemorativos em espaços públicos.

7.1.7 INCLUIR representantes do Conselho Municipal de Cultura como consultores em todas as comissões, câmaras temáticas e ações, que vierem a tratar sobre assuntos relacionados aos respectivos segmentos.

Objetivo específico 7.2. Garantir a participação social, através do Conselho Municipal de Cultura, na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas culturais do Município.

Ações:

7.2.1 GARANTIR ao Conselho Municipal de Cultura a infraestrutura adequada para o cumprimento de suas funções, de maneira autônoma. (GT, Plenário)

7.2.2 CRIAR um mecanismo legal que garanta que as políticas e ações da Secretaria Municipal da Cultura sejam avaliadas previamente pelo Conselho Municipal de Cultura, antes de sua implementação. (GT, Plenário)

7.2.3 CRIAR lei específica para autorizar o pagamento de jetom aos membros do Conselho Municipal de Cultura, conforme disposto na Lei Municipal 661, art. 4º. (GT, Plenário)

7.2.4 PRESTAR contas da execução orçamentária da Secretaria Municipal da Cultura ao Conselho Municipal de Cultura, no mínimo duas vezes ao ano. (Plenário)

7.2.5 GARANTIR a realização da Conferência Municipal de Cultura como instância máxima do setor, promovendo ampla participação da sociedade. (GT)

7.2.6 Participação permanente do Conselho de Cultura na escolha das indicações ao Prêmio Joaquim Felizardo.

7.2.7 ADEQUAR o nome do Conselho Municipal do Livro e Leitura para Comitê Setorial do Livro e Leitura (Lei 11.226/2012) e do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural Lei 4.139/1976) para Comitê Setorial do Patrimônio Histórico e Cultural, respeitando as orientações do Sistema Nacional de Cultura.

7.2.8 Modificar na Lei 399/97 e decreto 11.738, onde orienta a formação de "núcleos de cultura" e substituir por "comissões de cultura".

Objetivo específico 7.3. Incentivar a autonomia dos bairros, regiões e comunidades.

Ações

- 7.3.1. FORTALECER a participação de associações e entidades de moradores de bairros.
- 7.3.2. REALIZAR as festas temáticas através de convênios com entidades culturais, prioritariamente vinculadas às regiões.
- 7.3.3. ESTIMULAR a criação e permanência das comissões de cultura regionais, convocando a participação da comunidade cultural e assegurando às comissões a prerrogativa de eleger os representantes das regiões no Conselho Municipal de Cultura. (GT, Plenário)**
- 7.3.4. GARANTIR a participação das comissões regionais de cultura no planejamento dos eventos culturais das respectivas regiões.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA-ANCINE. www.ancine.gov.br
- Agenda 21 da Cultura. <http://www.agenda21culture.net>.
- BIASOLI, Vítor. *Grupo Quixote: História e produção poética*. Porto Alegre, EDIPUCRS/IEL, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: O direito à cultura*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. “Municípios gastam mais com cultura”. Página eletrônica. www.cnm.org
- CORRÊA, João Alexandre; DOBERSTEIN, Juliano. *Memória em ruínas: a Casa Branca do Morro Santana*. Porto Alegre, Dacasa, 2005.
- CORTE REAL, Antônio. *Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul*. 2a. ed. rev. aum. Porto Alegre, Movimento, 1984.
- DEROSSO, Simone; ORTIZ, Helen; SODRÊ, Elaine. *Os bastidores da Feira do Livro*. Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 2000.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. *Curso de Tradicionalismo Gaúcho*. Porto Alegre, Martins Livreiro,
- GEHLEN, I.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. *Diversidade e proteção social: estudos quantitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century.
- HESSEL, L. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS, 1999.
- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006* / IBGE. Rio de Janeiro, IBGE, 2007. <http://www.ibge.gov.br>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Museus em números*. Brasília, IBRAM, 2011. vol.2
- Lei de Orçamento Anual (LOA) 2012. Páginas eletrônicas das prefeituras das capitais brasileiras.*
- MAPA DA VIOLÊNCIA. www.mapadaviolencia.org.br
- MEDEIROS, Laudelino. *Formação da sociedade Rio-Grandense*. Porto Alegre, UFRGS, 1975.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O passado no futuro da cidade: Políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, 2004.
- MILLER, Toby; YÚDICE, George. *Cultural Policy*. London, Sage, 2002.
- NAÇÕES UNIDAS. PNUD. <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li Atlas2013>

- ROSSINI, Miriam Souza. "Cinema gaúcho: construção de história e de identidade". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [on line], Debates, 12 jan.2007. <http://nuevomundo.revues.org/3164>. Acesso em 14 jul.2013.
- PFEIL, Antônio. *Cinema Gaúcho I – 1900-1913*. <http://www.cpcb.org.br/artigos/cinema-gaúcho-i-1900-1913/>. Acessado em: 11 ago.2013.
- PORTAL BRASIL. "Pesquisa identifica mais 4 mil terreiros em apenas quatro cidades do País." <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/11/09/pesquisa-identifica-mais-4-mil-terreiros-em-apenas-quatro-cidades-do-pais>. Acesso em 11 ago.2013
- PORTO ALEGRE. Portal da Câmara Municipal de Vereadores. <http://www.camapoa.rs.gov.br/>.
- PORTO ALEGRE. Portal da Prefeitura Municipal. www.portoalegre.rs.gov.br.
- PORTO ALEGRE. Portal do ObservaPoA. <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio>
- PORTO ALEGRE. Assessoria de Estudo e Pesquisa da Secretaria Municipal da Cultura. "Consumo cultural na cidade de Porto Alegre". [2002] <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio>
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Cultura. *Atelier Livre: 30 Anos*. 1ª edição. Porto Alegre, Unidade Editorial SMC, 1992.
- PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. Comissão Especial de Revisão, Sistematização e Compilação da Legislação Municipal. *Coletânea de leis municipais sobre cultura*. Porto Alegre, Câmara Municipal, 2012.
- "Programa Mais Cultura: Indicadores de exclusão". (apresentação de slides) www.cultura.gov.br
- SANTI, A. *Do partenon à Califórnia: O nativismo gaúcho e suas origens*. Porto Alegre, UFRGS, 2004.
- TEIXEIRA COELHO. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. 3. ed. São Paulo, Iluminuras, 2004.
- THROSBY, D. *The Economics of Cultural Policy*. New York, Cambridge, 2010.